

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZA NUNES CORRÊA

**A RÚSSIA FRENTE ÀS PRESSÕES OCIDENTAIS NO SÉCULO XXI: OS CASOS
DA GEÓRGIA, DA UCRÂNIA E DA SÍRIA**

PORTO ALEGRE

2021

LUIZA NUNES CORRÊA

**A RÚSSIA FRENTE ÀS PRESSÕES OCIDENTAIS NO SÉCULO XXI: OS CASOS
DA GEÓRGIA, DA UCRÂNIA E DA SÍRIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra Analucia Danilevich Pereira

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Corrêa, Luiza Nunes
A RÚSSIA FRENTE ÀS PRESSÕES OCIDENTAIS NO SÉCULO
XXI: OS CASOS DA GEÓRGIA, DA UCRÂNIA E DA SÍRIA /
Luiza Nunes Corrêa. -- 2021.
111 f.
Orientadora: Analucia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Rússia. 2. Geórgia. 3. Síria. 4. Ucrânia. 5.
Política Externa. I. Pereira, Analucia Danilevicz,
orient. II. Título.

LUIZA NUNES CORRÊA

**A RÚSSIA FRENTE ÀS PRESSÕES OCIDENTAIS NO SÉCULO XXI: OS CASOS
DA GEÓRGIA, DA UCRÂNIA E DA SÍRIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dra Analucia Danilevicz Pereira

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra Analucia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dra Ana Regina Simão
ESPM

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr Rafael Balardim
Unipampa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos cidadãos e o Estado brasileiro por terem me proporcionado uma formação acadêmica de qualidade e pelo investimento em mim realizado. Mantereï como prioridade contribuir para que o mesmo seja acessível a todos aqueles que desejarem.

Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde me encontro desde a graduação e ao seu Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) pelo ensino gratuito e de qualidade proporcionado durante o curso e pela bolsa de estudo, sem a qual essa pesquisa não teria sido possível.

À minha orientadora, Prof. Dr. Analucia Pereira pela oportunidade, inspiração e paciência na realização deste trabalho. Agradeço igualmente aos professores Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini, Prof. Dra Ana Regina Simão e Prof. Dr Rafael Balardim por terem aceitado o convite de participar da minha banca.

Agradeço a meus pais pelo apoio e por me permitirem ter dedicação total aos estudos. Aos amigos por todo o apoio nessa trajetória e pela amizade sempre verdadeira.

Um agradecimento especial à Alexandra Elbakyan, fundadora do Sci-hub, e aos criadores do Library Genesis, cujos trabalhos para a democratização do acesso ao conhecimento tornaram possível toda minha trajetória acadêmica.

Por último, mas não menos importante, agradeço à UFRGS e, em especial, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, estando incluídos aqui todos os seus funcionários docentes, técnico-administrativos e terceirizados, por todo o trabalho e esforço realizados na manutenção de um ambiente de estudos proveitoso para todos.

“Nenhum regime, não importa o peso de seus crimes, quão grandes eles foram, jamais caiu devido a eles. Para que caia, é preciso encontrar as forças que o empurram”

Evguiéni Pachukanis

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a política externa russa para seu entorno estratégico a partir dos anos 2000, a partir de uma avaliação da articulação entre a política externa e a política de segurança e defesa da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Para isso, examina os fatores regionais e externos que explicam as ações russas em âmbito internacional nos últimos anos, focando na análise de três casos: a atuação na guerra da Geórgia, a incorporação da Crimeia e a intervenção na Síria a favor do governo de Bashar al-Assad. Todas essas ações são tratadas pelas potências ocidentais como prova de um “expansionismo russo”, porém o trabalho busca demonstrar que a atuação russa teria um caráter reativo frente à expansão da OTAN e dos EUA para suas regiões tradicionais de influência e que compõe seu entorno estratégico no pós Guerra Fria.

Palavras-chave: Rússia; Geórgia; Síria; Ucrânia; Política Externa.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze Russian foreign policy for its “Near Abroad” from the 2000s onwards, based on an evaluation of the articulation between Russian foreign policy and security and defense policy during the governments of Vladimir Putin and Dmitry Medvedev. For this, it examines the regional and external factors that explain Russian actions internationally in recent years, focusing on the analysis of three cases: the role in the Georgian war, the incorporation of Crimea and the intervention in Syria in favor of the government of Bashar al-Assad. All these actions are treated by the Western powers as proof of a "Russian expansionism", but the work seeks to demonstrate that Russian action would have a reactive character in face of the expansion of NATO and the USA to its traditional regions of influence in the post-Cold War period.

Keywords: Russia; Georgia; Syria; Ukraine; Foreign policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Fórum de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CS	Conselho de Segurança da ONU
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G20	Grupo dos 20
ISFED	International Society for Fair Elections and Democracy
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
PES	Política Externa e de Segurança
PIB	Produto Interno Bruto
RSSR	República Soviética Socialista da Rússia
RSSU	República Soviética Socialista da Ucrânia
START	Tratado de Redução de Armas Estratégicas
UE	União Europeia
UEE	União Económica Euroasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Expansão da OTAN para o leste da Europa.....	22
Figura 2 - Revoluções Coloridas.....	23
Figura 3 - Região do Mar Negro e a península da Crimeia.....	44
Figura 4 - Gasodutos russos que atravessam a Ucrânia.....	47
Figura 5 - Evolução das fronteiras da Ucrânia até 1954.....	48
Figura 6 - Acordo de Sykes-Picot.....	69
Figura 7 – Grupos e países que atuam no conflito.....	75
Figura 8 – Campos de gás e petróleo na Bacia Levantina.....	80
Figura 9 – Bases aéreas e navais utilizadas pela Rússia.....	81

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	CONDICIONANTES DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA	17
2.1	GORBACHEV E O FIM DA URSS.....	17
2.2	BORIS YELTSIN E A CRISE DOS ANOS 1990.....	19
2.3	OS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE VLADMIR PUTIN (1999 A 2008).....	20
2.4	O GOVERNO DE DMITRY MEDVEDEV (2008 - 2012).....	23
2.5	O RETORNO DE VLADMIR PUTIN (2012 - 2016).....	25
3	INTERVENÇÃO NA GEÓRGIA	28
3.1	AS RELAÇÕES COM A RÚSSIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	28
3.2	REVOLUÇÃO DAS ROSAS (2003).....	32
3.3	A GUERRA DA GEÓRGIA (2008).....	38
4	GUERRA CIVIL NA UCRÂNIA E INCORPORAÇÃO DA CRIMEIA	46
4.1	BREVE PANORAMA HISTÓRICO.....	46
	Figura 3: Região do Mar Negro e a península da Crimeia.....	46
4.2	A REVOLUÇÃO LARANJA (2004).....	51
4.3	O GOLPE, A INCORPORAÇÃO DA CRIMEIA E A GUERRA CIVIL NO LESTE.....	54
5	CONFLITO SÍRIO E A ATUAÇÃO RUSSA	70
5.1	HISTÓRIA DA SÍRIA.....	70
5.2	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E SÍRIA.....	73
5.3	DESENNOLAR DO CONFLITO E A PARTICIPAÇÃO DA RÚSSIA.....	75
6	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

1. INTRODUÇÃO

As reformas promovidas por Mikhail Gorbachev (*perestroika e glasnost*) levaram ao fim da Guerra Fria, em 1989, e ao colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. O fim da URSS, assim como a Revolução de 1917, teve impactos importantes na polaridade do sistema internacional e nas relações internacionais como um todo.

Após a desintegração da URSS, Boris Ieltsin assumiu a presidência da nova Rússia. As rápidas privatizações levaram ao desmonte das capacidades estatais e a um enfraquecimento sem precedentes da Rússia. Como resultado, uma grave crise econômica e política assolou o país com enormes consequências para capacidade de ação do Estado russo.

Nos anos 2000, no entanto, a Rússia reemerge como um dos polos de poder global. Vladimir Putin buscou criar condições externas favoráveis para a ascensão da Rússia à condição de grande potência, preservar a integridade territorial e estimular o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, a recuperação econômica e as reformas profundas do setor militar, aliadas a uma política externa pragmática, autonomista e assertiva, contribuíram para a recuperação do status de potência perdido e a reafirmação do país como um ator importante nos assuntos da agenda global.

Para esse trabalho e para a melhor compreensão das questões mencionadas acima, é fundamental que busquemos definir alguns conceitos. A definição do que seria o entorno estratégico russo é primordial para entender as principais diretrizes da política de defesa adotadas pelo país. O Conceito de Política Externa, já em 1993, definiu o espaço pós-soviético como sendo o “entorno estratégico” (também referido como “exterior próximo”) russo, pois era considerado vital para os cálculos políticos, a segurança e a defesa da Rússia. Esse conceito refere-se às regiões onde o país pretende manter sua influência e liderança diplomática, econômica e militar. Isto é, o espaço regional é tido como vital para a segurança e defesa e para a projeção internacional do país (RUSSIAN FEDERATION, 1993).

Por política externa referimos “a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (geralmente um Estado) nas relações internacionais (HILL, 2003, p.3)”. Isto é, a política externa é um instrumento de ação dos Estados em um sistema de múltiplas interações de continuidade e mudanças. Portanto, ela envolve os aspectos comportamentais dos atores no sistema e, sobretudo, a compreensão dos seus aspectos formativos relacionados

aos fatores que afetam o processo de definição (agenda, formulação, decisão e implementação) da política externa (HILL, 2003).

Também é preciso definir o conceito de Estado, que aqui trataremos como um conjunto específico de instituições coercitivas e administrativas, distinto do contexto político, social e nacional mais amplo no qual se insere (HALLIDAY, 1999). O Estado tem um peso decisivo na constituição da consciência nacional e das ideologias nacionais, transformando grupos de pessoas em nações propriamente ditas. A nação, por sua vez, é uma comunidade integrada socialmente que luta para manter ou ampliar através da política sua língua, território, economia e cultura comuns (BRUCAN, 1974).

Assim, os Estados expressariam os interesses das nações, das classes e de outros grupos sociais que os constituem no cenário internacional. Segundo Marx e Engels, as relações entre as nações dependeriam do grau de desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e das conexões internas de cada uma, tornando as relações internacionais uma extensão das relações sociais, havendo inclusive a internacionalização dos conflitos domésticos. Também a relação do Estado com a sociedade é frequentemente afetada pelo internacional em todas suas dimensões (ideológica, militar, administrativa e política) (BRUCAN, 1974; HALLIDAY, 1999).

Utilizaremos também as argumentações de Silviu Brucan em relação à política. Segundo o autor, a política se originaria na desigualdade, principalmente econômica e social. A desigualdade entre as nações seria a raiz da política no cenário internacional e tenderia a promover a união nacional toda vez que um perigo externo se manifesta. Além disso, os fins que uma nação persegue fora de suas fronteiras representariam a extrapolação dos interesses nacionais no cenário mundial, buscados a partir da utilização de seu poder nacional. Este não é um fato dado, mas um potencial que depende da capacidade política de utilizá-lo corretamente para atingir os objetivos desejados.

No caso da Rússia, é fundamental que abordemos ainda o papel da liderança política na formulação e na execução da Política Externa. Desde meados dos anos 2000, Vladimir Putin vem buscando definir e implementar uma agenda estratégica para o país, porém com algumas dificuldades. O diferencial desse processo é sua execução, que se dá através de um esquema vertical de poder, com grande atuação do presidente.

No entanto essa execução é frequentemente disfuncional e as instruções são muitas vezes implementadas tardiamente ou parcialmente. Mesmo os processos de planejamento

tendo sido aprimorados, a implementação permaneceu um problema que vem sendo atacado de maneira decisiva desde 2010. Isso tem sido feito principalmente pela ideia de que a Rússia não estaria preparada para lidar com os novos desafios que surgem e ocorre através de tentativas de modernizar as capacidades militares e de segurança, de fazer com que o sistema estatal funcione mais efetivamente e de tornar a economia mais resiliente a ações externas (MONAGHAN, 2017).

O trabalho justifica-se devido à importância da Rússia na atual configuração do sistema internacional como uma importante potência reemergente, presente nos mais diversos organismos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU e a OMC (tendo também participado, até 2014, do G-8). A estabilização da economia nos anos 2000 e seu rápido crescimento a partir da abundância em recursos energéticos (petróleo e gás natural) possibilitaram uma atuação mais assertiva em termos de política externa, levando a ações que desafiam as estruturas tradicionais de poder, especialmente os EUA, destacando-se, nesse contexto, a atuação na guerra civil na Síria (2011-...) e a incorporação da Crimeia (2014) como as que possuem maior repercussão atualmente.

Para o Brasil, o tema é de especial relevância por se tratar de um parceiro estratégico, com o qual as relações se intensificaram, principalmente através da formação do grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e de sua ação conjunta em âmbito internacional. Destaca-se também, a lacuna existente nos estudos brasileiros sobre ao tema em relação ao ponto de vista da Rússia sobre a questão, pois ao longo do estudo pudemos perceber uma maior presença da narrativa defendida pelos EUA. Já em termos pessoais, a escolha do tema justifica-se pelo interesse em continuar e aprofundar os estudos iniciados na graduação, que resultaram no trabalho de conclusão do curso do bacharelado em Relações Internacionais na UFRGS

O problema de pesquisa que orienta este trabalho parte da seguinte questão “Pode-se considerar que a atuação russa teria um caráter reativo frente à expansão da OTAN e dos EUA ou estaria correta a percepção ocidental de uma Rússia agressiva e imperialista?”. Também é trabalhada a questão da “excepcionalidade geopolítica” russa, a qual se reflete na visão do país sobre as relações internacionais e é resultado do particular processo de formação do Estado e de seu isolamento característico, não sendo completamente integrada nem ao oriente e nem ao ocidente.

O objetivo principal do trabalho é avaliar a atuação internacional da Rússia durante os governos de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. Já os objetivos específicos seriam: i) compreender como a Rússia formula percepções, interesses e políticas; ii) analisar a política externa russa para seu entorno estratégico, a partir dos anos 2000, definindo os principais eixos de atuação em cada mandato e; iii) analisar a política de segurança, definindo novamente os principais eixos de atuação e examinando os fatores (regionais e externos) que explicam as ações russas em âmbito internacional nos últimos anos, principalmente em relação a questões tidas como controversas pela mídia e governos ocidentais, como a atuação na guerra da Geórgia, a incorporação da Crimeia e a intervenção na Síria em apoio ao governo de Bashar al-Assad.

Em termos metodológicos, a pesquisa proposta se propõe como um estudo explicativo de abordagem hipotético-dedutiva. Em termos procedimentais, trata-se de um estudo histórico - estudo de caso da política externa russa desde o século XX. Essa forma de análise nos permite entender o processo de reorganização democrática estabelecido por Putin e sua ampla aceitação pelos diferentes grupos de interesse do país, pois a partir disso pode-se perceber que a *democracia soberana* implementada por este governo se caracteriza muito mais como um retorno aos padrões históricos do que como uma formulação completamente nova na história política do país.

Para testar a hipótese proposta nesta pesquisa, será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica, baseando-se em dados qualitativos (estudos empíricos e analíticos). Além de disso, utiliza-se de análise de dados primários, entre elas, análise de documentos e declarações oficiais, discursos de lideranças governamentais, *policy paper*, comunicações e relatórios diplomáticos, além de tratados, acordos e legislações. Como fontes principais para a revisão bibliográfica e para a análise de dados secundários, serão utilizadas a imprensa, os estudos acadêmicos e periódicos (nacionais e estrangeiras) especializados.

Aliada à concepção de política externa como uma política pública, a revisão dos processos históricos nos permite estabelecer a relação entre a retomada da autoconfiança nacional que ocorre com a ascensão de Putin ao poder e atuação mais assertiva do país nas relações internacionais, reestabelecendo parte de sua influência e importância. Podemos também entender o processo de reorganização democrática estabelecido por Putin e sua ampla aceitação pelos diferentes grupos de interesse do país, pois a partir disso pode-se perceber que a “democracia soberana” implementada por este governo se caracteriza muito mais como um

retorno aos padrões históricos do que como uma formulação completamente nova na história política do país.

Para esse fim, o trabalho será dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e da conclusão. No primeiro, faremos um panorama da política externa russa e dos fatores que a condicionaram desde a década de 1980 até 2018. No seguinte abordaremos a Guerra da Geórgia, trazendo não só um breve histórico sobre o país e suas relações com a Rússia, mas também analisando a Revolução das Rosas. No capítulo seguinte, trataremos do conflito ucraniano e da incorporação da Crimeia, trazendo novamente um breve histórico sobre o país e suas relações com a Rússia, além de analisarmos a Revolução Laranja. Por fim, no último capítulo, trataremos do conflito na Síria e da atuação russa, mais uma vez focando nas relações entre ambos ao longo do século XX.

2. CONDICIONANTES DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA

Para abordarmos esse tema, o presente capítulo terá como objetivo analisar a visão estratégica russa não só no período abordado no conjunto do trabalho (2000 a 2018), mas também no imediatamente anterior, buscando analisar as permanências e rupturas ocorridas desde os anos de 1980. Para tanto, irá se dividir em cinco seções. A primeira irá abordar a década de 1980 e o impacto das mudanças promovidas por Gorbachev; a segunda tratará dos dois mandatos de Yeltsin nos anos de 1990, após o desmembramento da União Soviética; a seguinte abordará os dois primeiros mandatos de presidente Vladimir Putin, enquanto a quarta tratará do mandato de Dmitry Medvedev; por fim, a quinta seção tratará de mais um mandato do presidente Putin.

2.1 GORBACHEV E O FIM DA URSS

Ao longo da década de 1980, ocorre uma perda gradual do poder nacional da União Soviética (URSS), principalmente devido aos fatores econômicos, tendo destaque a pressão das classes médias por bens de consumo importados e uma significativa queda da produtividade. A economia soviética se beneficiara das altas dos preços do petróleo na década anterior, porém houve uma grande dependência das exportações desse produto. Quando os Estados Unidos se unem à Arábia Saudita para aumentar a produção e, conseqüentemente, reduzir os preços, a economia do país começa a passar por dificuldades econômicas (COLIN, 2007).

Diversos autores colocam essa crise como resultante das dificuldades enfrentadas pela URSS na passagem de uma sociedade industrial para uma pós-industrial, pois teria sido difícil para a economia soviética se adequar a esse novo paradigma (COLIN, 2007). Após a morte de Konstantin Chernenko, em março de 1985, Mikhail Gorbachev torna-se o Secretário-Geral do Partido Comunista. Somente em 1987, começam a ser implementadas as reformas conhecidas por *perestroika*, *glasnost*, *uskorenyie* e *novoe myshleniye*. Esta última se refere à nova doutrina de política externa, a qual resultou em medidas como: o abandono da corrida armamentista (a fim de que fossem reduzidas as despesas militares) e a busca pela cooperação com o Ocidente; a busca pela inserção do país na economia mundial; e a diminuição do controle direto sobre os países da Europa Oriental (BUSHKOVITCH, 2014).

As reformas foram propostas na tentativa de manter a União Soviética como uma grande potência, porém contribuíram, em parte, para o fim da Guerra Fria em 1989 e, posterior colapso do bloco soviético em 1991. O fim da URSS, assim como a Revolução de 1917, teve impactos importantes na polaridade do sistema internacional e nas relações internacionais como um todo.

Dessas medidas, a principal foi a cooperação com o Ocidente e o abandono da política de confrontação característica da Guerra Fria, que se realizou principalmente através da busca por uma política de redução de armamentos junto aos Estados Unidos. Foram assinados diversos acordos, sendo os mais importantes: o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) de 1987; o Tratado sobre Armas Convencionais na Europa (FCE), de novembro de 1990 (assinado por todos os membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia); o Acordo sobre Armas Químicas de 1990; e a Convenção sobre Redução de Armamentos Estratégicos (mais conhecida como START- I), de julho de 1991.

Ao mesmo tempo, a situação política no país se agravava. Apesar de haver sido trazido pelo próprio Gorbachev para Moscou, Boris Yeltsin passa a se opor ao Secretário-Geral no final da década de 1980, e, começa a ter cada vez mais destaque. Em 1990, se torna presidente do Soviete Supremo Russo e passa a ter um papel cada vez mais ativo na derrocada do regime. Um exemplo são suas declarações, feitas ainda em 1990, de que a Rússia teria o direito de se separar da União e que as leis da União Soviética não deveriam se sobrepôr as da Rússia, sendo necessária a retomada de sua autonomia (POMERANZ, 2018; SEGRILLO, 2015).

Entre 1988 e 1991, Yeltsin se estabelece como “o herói da oposição anticomunista”, o que lhe permite, desde o momento em que passou a dividir o poder com Gorbachev, em 1990, utilizar o movimento democrático como uma forma de derrubar Gorbachev e seus apoiadores. Segundo autores como Colin (2017), essa atuação seria, além de ilegítima, antidemocrática e teria minado os avanços dos anos anteriores. Além disso, teria gerado as bases para seu governo posterior (COLIN, 2007).

Em agosto de 1991, Gorbachev sofre um golpe, realizado por setores descontentes com as reformas que ocorriam no país e, apesar de tentar controlar o caos em que o país se encontrava, não obteve sucesso. Fortalecido após liderar a oposição que derrotou o golpe, em dezembro de 1991, Yeltsin se encontra com os líderes de Bielorrússia e Ucrânia e juntos

assinam os acordos que determinam o fim da URSS (POMERANZ, 2018; SEGRILLO, 2015; BUSHKOVITCH, 2014).

2.2 BORIS YELTSIN E A CRISE DOS ANOS 1990

Boris Yeltsin assumiu a presidência da nova Rússia tendo em mãos quatro desafios principais: a criação de uma economia de mercado, a redefinição do papel geopolítico do país, a democratização e a definição de uma nacionalidade russa. O desmonte das capacidades estatais realizado por ele redundou num enfraquecimento sem precedentes do país. Para manter certa legitimidade doméstica (com setores nacionalistas) e ter meios de negociar vantagens com o Ocidente, por vezes esse governo teve que reduzir o ímpeto do modelo de inserção baseado no alinhamento. Como resultado, uma grave crise econômica e política assolou o país com enormes consequências para capacidade de ação do Estado russo (PAUTASSO, 2014).

Foram priorizadas políticas que aumentaram ainda mais as desigualdades entre a elite e o povo, destruindo não só as estruturas econômicas, mas também os fundamentos do Estado. Ao invés da reconstrução e do fortalecimento das instituições estatais que poderia ter ocorrido a partir da mobilização das forças sociais, houve uma rápida transição para um modelo capitalista de mercado que permitisse a manutenção de posições de monopólio para esses grupos de elite na nova economia (POMERANZ, 2018).

Entre 1992 e 1994, cerca de 70% da indústria russa foi privatizada, pois o governo acusava o monopólio de alguns setores como sendo causa da inflação. O processo contou com o suporte de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que deram credibilidade ao processo. Essa foi a primeira fase do processo de privatizações do período e suas diretrizes acabaram levando ao surgimento de profundas desigualdades econômicas (POMERANZ, 2018).

A grande perda de poder econômico e político no período teve um grande impacto na inserção externa do país, não só ocasionando o fim do auxílio econômico a países como Angola, Cuba, Etiópia e Vietnã, mas também a busca por melhores relações com o ocidente. As relações externas russas foram limitadas pela busca de apoio externo às reformas neoliberais e democráticas que buscava realizar, tendo sido feita a opção por um alinhamento ao Ocidente.

Ao final da Guerra Fria, os próprios líderes soviéticos preferiam a permanência dos estadunidenses em solo europeu, assim como a manutenção da Organização do Tratado do

Atlântico Norte (OTAN), como forma de manutenção da paz e de contenção da Alemanha, recém-unificada. Mas, ao mesmo tempo, esperavam que o ocidente mantivesse sua palavra e não buscasse expandir-se para as ex-repúblicas socialistas. Com seu discurso de país vitorioso no conflito, os Estados Unidos aproveitaram-se da debilidade de seu adversário para tomar medidas que desconsideravam os interesses russos e até mesmo descumpriam alguns dos acordos realizados no início dos anos de 1990 (PRIEGO, 2019; DONALDSON, 1999).

Ainda no governo Yeltsin, em 1997, foi assinado o Ato Fundador das Relações Mútuas entre OTAN e Rússia, buscando a cooperação militar. Porém, as divergências se mantiveram, visto que a Organização iniciou sua expansão para o leste em 1999, quando Hungria, Polônia e República Tcheca se tornaram membros. Ainda na década de 1990, Bulgária, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia começaram sua campanha para ingressarem na Organização, o que aconteceu somente em 2004. A Albânia se tornaria um membro em 2009, juntamente com a Croácia, e Montenegro seria incorporado na mais recente expansão do bloco, em 2017 (PRIEGO, 2019; DONALDSON, 1999).

2.3 OS DOIS PRIMEIROS MANDATOS DE VLADMIR PUTIN (1999 A 2008)

Nos anos 2000, no entanto, a Rússia reemerge como um dos polos de poder global. Vladimir Putin buscou criar condições externas favoráveis para a ascensão da Rússia à condição de grande potência, preservar a integridade territorial e estimular o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, os presidentes Vladimir Putin e Dmitry Medvedev colocaram em prática uma política externa e de segurança pragmática, autonomista e assertiva a partir dos anos 2000.

Dentre as ações desenvolvidas para auxiliar a Política Externa e de Segurança (PES) do país ao longo desse período podemos citar: a valorização do vetor oriental da política externa, que se caracteriza pela intensificação das relações com o antigo espaço soviético e com a China (principalmente no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai (OCX)) e por um “retorno” gradual à África e ao Oriente Médio; a modernização das principais infraestruturas do país, especialmente nos principais portos e bases navais; e iniciar um processo de modernização militar, principalmente a ampliação da Marinha russa, uma vez que a maioria frota ainda era herança do período soviético (RUSSIAN FEDERATION, 2000c; RUSSIAN FEDERATION, 2008; RUSSIAN FEDERATION, 2013; RUSSIAN FEDERATION; 2016).

A PES da Federação Russa é bastante influenciada pelas convicções presidenciais, devido ao fato de o Ministério das Relações Exteriores, bem como aqueles envolvidos com as questões de segurança e defesa, responderem diretamente ao presidente (DONALDSON; NOGEE, 2009). Dessa forma, a orientação da política externa russa se confunde com a orientação da política de defesa.

Enquanto substituíra Yeltsin, Putin apresentou o novo Conceito de Segurança Nacional da Federação Russa, publicado em 24 de janeiro de 2000, o qual apresentava as principais diretrizes para a formulação das políticas de segurança e defesa para os próximos anos. Em abril do mesmo ano, foi publicada a Doutrina Militar, a qual delinea as estratégias e os cenários para o uso da força, a dissuasão militar, bem como para o emprego das Forças Armadas da Rússia no exterior, tendo como propósito assegurar os objetivos da Política Externa e de Segurança da Grande Estratégia Russa. Poucos meses depois, em junho, no início de seu primeiro mandato como presidente eleito, foi publicado também o novo Conceito de Política Externa da Federação Russa. Estes foram os documentos que orientaram a política externa da Rússia nos dois primeiros mandatos do presidente Putin (2000-2004 e 2004-2008)

Em linhas gerais, esses documentos trazem como prioridades a defesa da integridade territorial (advinda principalmente da preocupação com o separatismo na Chechênia), o fortalecimento da soberania, o desenvolvimento socioeconômico e uma defesa de relações equitativas com os outros países, além da promoção de uma ordem multipolar no sistema internacional. Nesse sentido, o Conceito de Política Externa definiu a excepcionalidade eurásiana russa e o pragmatismo como pilares da nova política externa, buscando uma revalorização do vetor oriental da política externa do país, principalmente nos fóruns regionais (APEC, ASEAN e Shangai Five), e a manutenção de boas relações e parcerias com seu “exterior próximo” (espaço pós-soviético). Além disso, define como importante a atenção aos processos que ocorriam na União Europeia e às ações estadunidenses em âmbito internacional (RUSSIAN FEDERATION, 2000b).

Como parte da nova Política Nacional de Segurança, por sua vez, menciona alguns fatores de desestabilização, como o extremismo étnico-nacional, o separatismo religioso, terrorismo e a fraqueza dos mecanismos de segurança internacional e a utilização ilegal da força militar como pretexto para “intervenção humanitária”. Nesse sentido, existia a necessidade de preparar as Forças Armadas russas para responder a tais ameaças. (RUSSIAN FEDERATION, 2000c). Citando as intervenções da OTAN na Bósnia e no Kosovo na década

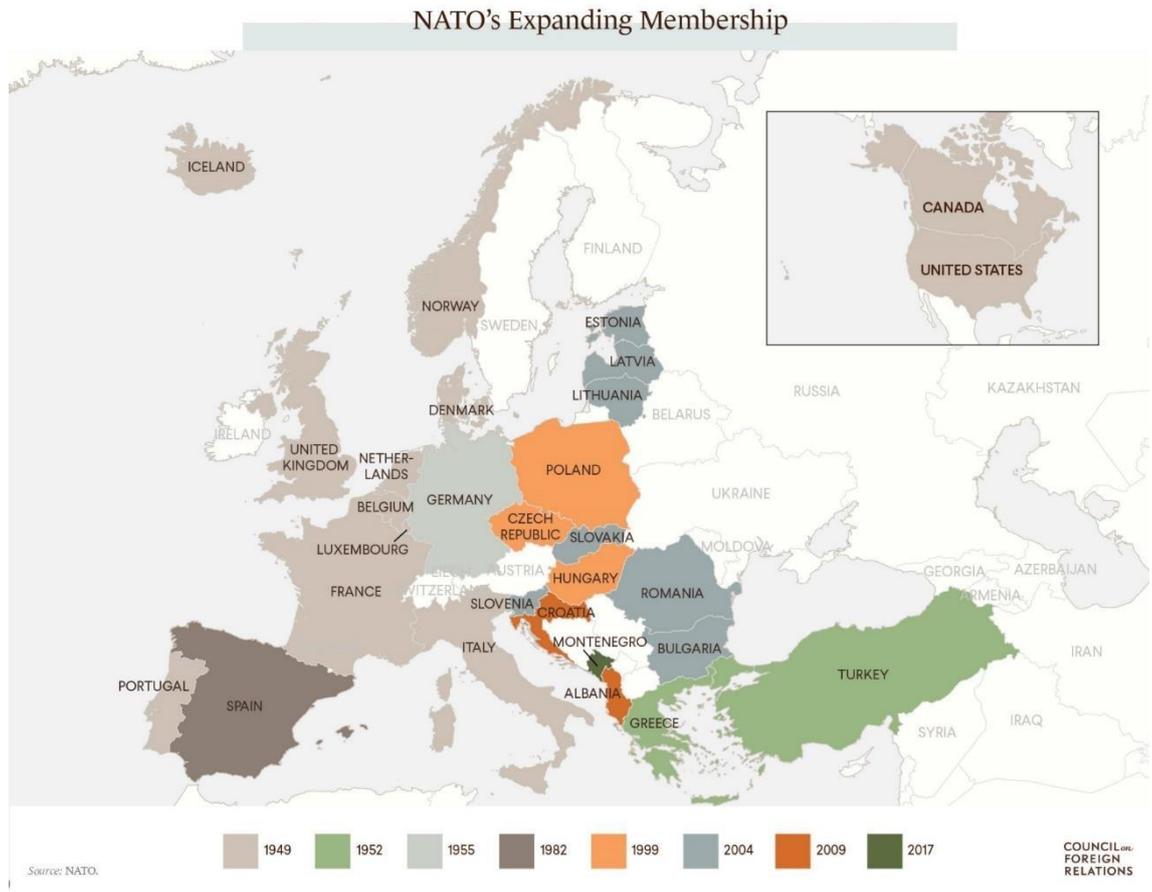
de 1990, o documento rejeitou o papel principal de outras instituições na política internacional além do Conselho de Segurança da ONU. Em outubro de 2003, foi publicado um novo documento, o Defence White Paper, que além de explicar a doutrina das operações militares, descreve a capacidade militar do país.

Com a incorporação dos Estados Bálticos em 2004, a expansão da OTAN chega definitivamente às fronteiras russas. Ainda que estas fronteiras não representassem uma ameaça verdadeira, essa expansão da OTAN foi interpretada por Moscou como uma tentativa de acumular poder ofensivo. Porém, ainda debilitada pelas crises pelas quais passara na década anterior, a Rússia nada pode fazer para deter esse avanço. (PRIEGO, 2019; DONALDSON, 1999)

Este cenário começa a mudar quando, em 2007, Washington anuncia seus projetos para implantar lançadores de mísseis na Polônia e na República Tcheca, com a justificativa de conter o Irã e a Coreia do Norte (SERDAR, 2016). Isso fez com que, naquele mesmo ano, durante a Conferência de Segurança de Munique, Putin anunciasse a mudança de postura da Rússia para uma defesa mais ativa dos interesses nacionais.

A consolidação dessa postura ocorre após, em sua cúpula de abril de 2008, a OTAN passar a considerar a incorporação da Geórgia e da Ucrânia à Organização. Os EUA foram os maiores apoiadores da inclusão dos novos membros, mas a oposição de países como França e Alemanha congela o processo. Nessa ocasião, Putin declara que a admissão desses dois países na organização militar seria considerada como uma ameaça direta à Federação Russa (PRIEGO, 2019; SERDAR, 2016). A Guerra da Geórgia ocorrida em agosto do mesmo ano (já no governo de Dmitry Medvedev) reforçou a mensagem, porém a OTAN nunca desconsiderou publicamente a adesão tanto da Ucrânia, quanto da Geórgia e continuou sua expansão para o leste no ano seguinte, admitindo a Albânia e a Croácia à organização (ver Figura 1).

Figura 1: Expansão da OTAN para o leste da Europa



Fonte: Council of Foreign Relations

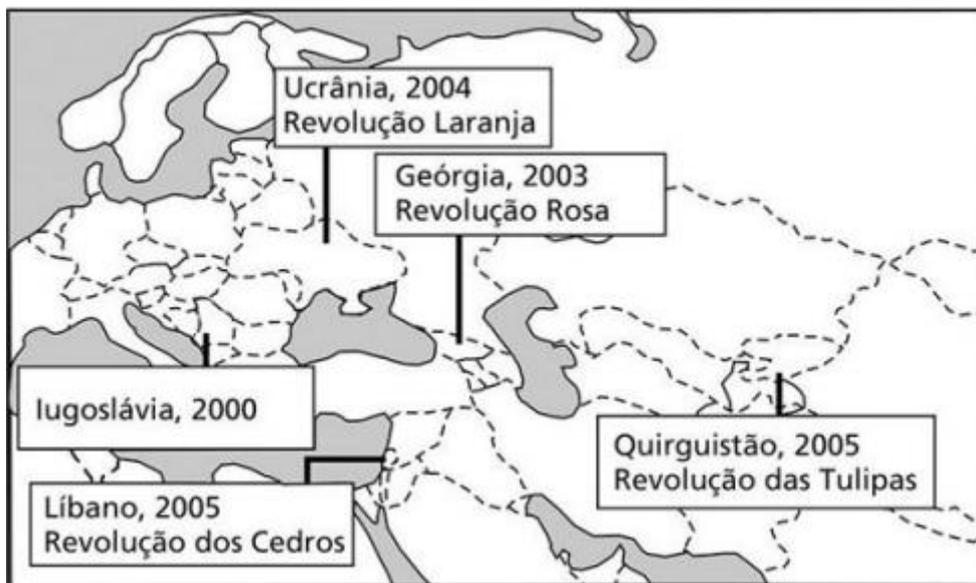
2.4 O GOVERNO DE DMITRY MEDVEDEV (2008 - 2012)

Em 2008, Dmitry Medvedev foi eleito presidente da Rússia, permanecendo no cargo até 2012 e tendo escolhido Vladimir Putin como seu primeiro-ministro. Pode-se dizer que ele deu continuidade à política externa do seu antecessor, com algumas mudanças marginais ou ajustes. Medvedev iniciou um projeto de reforma do setor militar e dos sistemas de armas, buscando desenvolver uma indústria militar, o qual era previsto para ser implementando em 10 anos. (KULIKE; AGUILAR, 2014).

Em julho de 2008 foi lançado outro Conceito de Política Externa, que retomou as concepções de segurança e soberania dos documentos do governo anterior e afirmou que o país já havia retornado a sua condição de grande potência no sistema internacional. Destaque é dado para o papel do Direito Internacional, da ONU e da multipolaridade e para as boas relações de Moscou com as potências emergentes (BRICS) e com o exterior próximo (RUSSIAN FEDERATION, 2008).

A ocorrência de manifestações em massa na Rússia, principalmente em Moscou e São Petersburgo, em 2011 e 2012, fizeram com que o governo temesse ser alvo de uma “revolução colorida”¹(ver Figura 2 para as revoluções ocorridas no entorno russo até então). Os eventos no mundo árabe que ocorreram no mesmo período só contribuíram para esse temor, sendo vistos como uma tentativa do Ocidente de criar instabilidade nas fronteiras russas. Não só o presidente Putin, como também diversos agentes de segurança manifestaram sua interpretação de que este seria o início de um golpe patrocinado pelos EUA, que buscava enfraquecer a liderança russa na região. Segundo eles, a Rússia estava sendo atacada pelo Ocidente, através da mídia, organizações não-governamentais (ONGs) e mídias sociais, com o objetivo de promover uma mudança de regime (semelhante à que ocorreria em pouco tempo na Ucrânia) (MEISTER, 2019; SERDAR, 2016).

Figura 2: Revoluções Coloridas



Fonte: Moniz Bandeira, 2013

Isso levou a uma maior influência da elite da segurança na política doméstica, econômica e externa e a modernização das forças armadas e seus equipamentos se tornou uma prioridade, contando, desde então, com orçamentos crescentes, apesar da crise econômica.

¹ Nessas manifestações ganhou proeminência o líder da oposição Alexey Navalny, que conta até hoje com destacado espaço nas mídias ocidentais, onde é apresentado como um democrata que luta contra a corrupção do “regime autocrático” de Putin. Para mais informações sobre suas origens e ligações com grupos neonazistas ver: RYAN, Danielle. Dictator vs. democrat? Not quite: Russian opposition leader Alexey Navalny is no progressive hero. *Salon*, Budapeste, p. 1, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://www.salon.com/2017/04/02/dictator-vs-democrat-not-quite-russian-opposition-leader-alexey-navalny-is-no-progressive-hero/>.

2.5 O RETORNO DE VLADMIR PUTIN (2012 - 2018)

Em 2012, Putin foi eleito novamente presidente da Rússia, dessa vez para um mandato de seis anos. Já em 2013, foi lançado o novo Conceito de Política Externa que trazia como principais objetivos a garantia da segurança e soberania estatais, desenvolvimento econômico e tecnológico, assim como a manutenção da posição relevante da Rússia no Sistema Internacional. Além disso, o documento também aponta a promoção de políticas de paz e segurança na arena internacional, e afirma que ações coletivas devem ser tomadas na resolução de conflitos, sempre considerando a Carta das Nações Unidas (RUSSIAN FEDERATION, 2013).

Em relação ao seu entorno estratégico, o documento enfatiza o incremento das relações bilaterais e multilaterais sob a ótica do respeito à soberania e à independência dos Estados. As relações com a Europa ocidental na esfera político-econômica e em matéria energética são igualmente valorizadas no documento. O documento ainda elege as arenas multilaterais como a OCX, BRICS, G20 e a própria ONU como prioritárias para atuação da Rússia. Além disso, os interesses dos russos estendem-se igualmente para os parceiros do Mar Negro e Cáspio, assim como para as regiões do Atlântico-Pacífico e do Ártico. As demais regiões, América Latina, Oriente Médio e Norte da África também são regiões de atenção por parte dos russos. No que diz respeito aos EUA, apesar das tensões, também se caracterizam como um parceiro em matéria de cooperação para redução de armamentos estratégicos (RUSSIAN FEDERATION, 2013).

A nova Doutrina Militar publicada em 2014 explicita a preocupação do país frente à expansão da OTAN; tanto no que diz respeito à adesão de novos países próximos a Rússia, quanto sobre a movimentação da infraestrutura militar do bloco para a proximidade das fronteiras e águas adjacentes russas (Mar Negro), fazendo clara referência ao Escudo Antimíssil instalado na Romênia e na Turquia (RUSSIAN FEDERATION, 2014). O principal catalisador deste documento foi o golpe ocorrido na Ucrânia naquele mesmo ano, que levou à intensificação dos conflitos com o Ocidente após o referendo e a incorporação da península da Crimeia à Rússia.

Desde 2014, após os eventos do golpe na Ucrânia, que resultaram na incorporação da península da Criméia por parte da Rússia, a cooperação entre a Ucrânia e a OTAN foi intensificada em áreas sensíveis. A Ucrânia é considerada vital para os países da OTAN e para a Rússia, devido à sua acomodação nos principais gasodutos russos que transportam

energia para a Europa e sua posição geográfica em termos de ser uma ponte entre a Rússia e a Europa. (SERDAR, 2016).

Em relação à segurança internacional, o documento propõe a necessidade de criação de uma coalizão internacional para combater o terrorismo. Pela primeira vez o Daesh (também conhecido como Estado Islâmico ou ISIS) é mencionado como grupo terrorista que representa uma ameaça de primeira ordem (HAWK, 2017). Contudo, opõe-se fortemente ao princípio de Responsabilidade de Proteger (R2P), que é visto como um instrumento utilizado pelo ocidente para as intervenções (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Em relação aos vizinhos, o Conceito de Política Externa propõe o aprofundamento e extensão da União Econômica Euroasiática (UEE) e o desenvolvimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), bem como o aprofundamento da CEI. Além disso, países como Bielorrússia, Armênia, Cazaquistão e Quirguistão são destacados como parceiros importantes de Moscou (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Em novembro de 2016, foi aprovado outro Conceito de Política Externa da Federação Russa. Em linhas gerais, o documento revisa e atualiza as prioridades e metas da política externa da Rússia para dar respostas mais assertivas as recentes mudanças no cenário internacional. Dois objetivos foram definidos como cruciais para a política externa do país. Primeiro, consolidar a posição da Rússia como um dos centros mais influentes do mundo contemporâneo; e segundo, reforçar a posição das mídias russas a fim de transmitir a círculos de opinião mais amplos da opinião pública mundial os pontos de vista da Rússia. Este segundo objetivo está em consonância com a Doutrina da Segurança de Informação da Federação Russa publicada também em 2016 (RUSSIAN FEDERATION, 2016).

Após a análise dos principais documentos que orientam a Política Externa e de Segurança da Rússia desde os anos 2000, percebe-se que Moscou ajusta a sua PES de acordo com as mudanças no Sistema Internacional para atender as aspirações de se firmar como grande potência, defendendo os princípios da não ingerência em assuntos domésticos de outros Estados, soberania, igualdade entre as nações e o papel central da ONU no gerenciamento da Ordem Internacional. Percebe-se também, que a garantia da sua influência no espaço pós-soviético é fundamental para a manutenção da segurança da Rússia – frente à expansão da OTAN e alargamento da União Europeia (UE) para o Leste Europeu – e o seu status de grande potência. Assim, o reforço do seu papel dentro de organismos regionais como a CEI, OCX e OTSC contribui, em parte, para a manutenção da paz e estabilidade no seu

entorno estratégico (RUSSIAN FEDERATION, 2000c; RUSSIAN FEDERATION, 2008; RUSSIAN FEDERATION, 2013; RUSSIAN FEDERATION; 2016).

Assim, ocorreu uma reconfiguração e uma reestruturação das prioridades do país: seu lugar dentre as grandes potências não poderia mais ser dado como garantido. Ao invés disso, as prioridades passaram ser consertar suas debilidades, reorganizar a economia para um crescimento contínuo e sustentável e restaurar sua imagem internacional, todas tratadas no longo prazo. A diversificação da economia passou a ser inclusive uma prioridade de segurança (LUKYANOV, 2010).

Em resumo, os governos Putin e Medvedev, através das suas políticas externas e de segurança buscaram garantir a segurança do país; preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial; alcançar posição sólida e de prestígio na comunidade mundial consistente com os interesses da Rússia como grande potência; influenciar os processos mundiais gerais com o objetivo de formar uma ordem mundial construída sob normas do Direito Internacional; criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, aumentando o padrão de vida da população; formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia; e promover uma percepção positiva da Federação Russa.

3 INTERVENÇÃO NA GEÓRGIA

Desde sua independência, ao final da União Soviética, a Geórgia tem atraído crescente atenção tanto dos EUA quanto da Europa, principalmente na questão de segurança energética, visto ser uma rota importante para o escoamento dos recursos da região. O país possui cerca de 4 milhões de habitantes e faz fronteira ao norte com a Rússia (mais especificamente com as regiões de Kabardino-Balkaria, Ossétia do Norte, Chechênia e Daguestão) e ao sul com Turquia, Armênia e Azerbaijão (UNITED NATIONS, 2021).

Sua importância estratégica para a Rússia sempre existiu, mas com a concorrência ocidental, a qual busca minar a hegemonia de Moscou na região e na distribuição de petróleo e gás, a situação tem se tornado cada vez mais instável. Ponto crucial nessa disputa é o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC), que leva recursos para a Europa contornando a infraestrutura sob controle russo (UTIASHVILI, 2014).

A partir disso, o presente capítulo buscará abordar os acontecimentos mais importantes do país para suas relações tanto com a Rússia quanto com o Ocidente, e como esses atores buscaram influenciar os rumos políticos da Geórgia. Para isso, dividiremos o capítulo em três diferentes seções: na primeira trataremos um breve histórico das relações russo-georgianas, principalmente a partir dos anos de 1990; na segunda, trataremos da Revolução das Rosas e suas consequências; e, por fim, falaremos sobre a guerra ocorrida em 2008 entre Rússia e Geórgia.

3.1 AS RELAÇÕES COM A RÚSSIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Presentes na região há bastante tempo, a migração de ossetas para onde hoje se encontra a Geórgia teve início com as invasões mongóis no século XIII, que resultaram na divisão do povo em ossetas do Norte e do Sul. Os dois grupos voltariam a viver como um só povo apenas em 1801, após o Império Russo incorporar o que hoje é a Geórgia (NYGREN, 2008; KARAGIANNIS, 2014).

No período da Revolução Russa, os georgianos entram em guerra contra o governo socialista e proclamaram a República Democrática da Geórgia, da qual fazia parte a Ossétia do Sul. Buscando evitar a separação entre norte e sul, os ossetas proclamaram a República Soviética da Ossétia, a qual se submetia aos bolcheviques. A reação dos georgianos foi a de invadir a Ossétia do Sul, massacrar e expulsar sua população, situação essa que se manteve

até a vitória soviética sobre os nacionalistas, quando foi criada a República Socialista Soviética da Geórgia. Em 1922, com a criação da URSS a Ossétia do Sul passou a ser uma região autônoma dentro da Geórgia, status dado pelo governo soviético buscando preservar a autonomia cultural e linguística das minorias étnicas e evitando movimentos nacionalistas desestabilizadores² (NYGREN, 2008; KARAGIANNIS, 2014).

O status da região permanece o mesmo até os anos 1980, quando da expansão dos movimentos nacionalistas, os quais lutavam pelas independências dos países que compunham a URSS. A perda de legitimidade do Governo Central, ocasionada principalmente pela crise econômica, fez com que Gorbachev, em 1989, instituisse eleições multipartidárias para os Sovietes Supremos das repúblicas, medida que levou Zviad Gamsakhurdia à presidência do soviete georgiano (KARAGIANNIS, 2014).

Gamsakhurdia era um ultranacionalista conhecido no ocidente e acabou por liderar o movimento da independência georgiana. Porém, houve resistência por parte de três regiões autônomas: a Adjária, a Abecásia e a Ossétia do Sul. Temendo por sua autonomia, os ossetas proclamaram a República Socialista Soviética da Ossétia e solicitaram sua permanência na URSS em caso de independência da Geórgia. Ao mesmo tempo, Gamsakhurdia eliminava seu status de região autônoma e tomava medidas para reconhecer somente o idioma georgiano como língua oficial em todo o país. Segundo o censo de 1989, realizado pela URSS, 98 mil pessoas viviam na região da Ossétia do Sul, sendo dois terços dessas ossetas e o outro terço de georgianos (NYGREN, 2008; KARAGIANNIS, 2014; UTIASHVILI, 2014).

Assim, quando da independência da Geórgia em relação à União Soviética, a Ossétia do Sul declarou também sua independência. De início, a Rússia não se envolveu na questão, pois Boris Yeltsin (que vencera as eleições em 1990) apoiava os movimentos nacionalistas dentro das repúblicas, na medida em que dizia buscar libertar a Rússia do “controle soviético”. Sua postura muda após a tentativa de golpe contra Gorbachev, em agosto de 1990, quando passa à categoria de aliado do líder da URSS e convoca a população para lutar contra o golpe. O presidente georgiano tentou aproveitar a situação para minar a oposição interna e, além de não condenar o golpe, sugere que ele teria sido armado pelo líder soviético na busca pela ampliação de seu apoio (NYGREN, 2008; KARAGIANNIS, 2014; UTIASHVILI, 2014).

² Para mais detalhes sobre como a questão das nacionalidades foi abordada na URSS ver: “STALIN, J. V. **O marxismo e a questão nacional**. 1. ed. [S. l.]: Edições Nova Cultura, 2019. 144 p.” e “STALIN, J. V. **Obras Escolhidas (1901 - 1952)**. 1. ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021. 864 p.”

Após a vitória de Yeltsin sobre o golpe, a oposição à Gamsakhurdia se fortalece e, com o apoio de Gorbachev, se transforma em um movimento golpista que irá depor o presidente georgiano no final de 1991 e substituí-lo pelo ex-ministro dos assuntos estrangeiros da URSS, Eduard Shevardnadze. A situação na Ossétia do Sul piora quando Gamsakhurdia, refugiado na Chechênia, passa a organizar a resistência contra o novo governo, dando início a uma guerra civil. A guerra dura cerca de um mês, mas conflitos esporádicos ocorrem até o ano seguinte (NYGREN, 2008; KARAGIANNIS, 2014; UTIASHVILI, 2014).

A guerra civil representou uma ameaça à estabilidade da Rússia, pois combatentes oriundos da Ossétia do Norte cruzaram a fronteira para combater o exército georgiano, além de mobilizarem recursos para auxiliar no conflito. Além disso, entre 1992 e 1993, ocorreu outro conflito, dessa vez entre Geórgia e a Abecásia, gerando mais tensões na região do Cáucaso. Essa região tem uma posição estratégica importante para a Rússia, pois a liga tanto à Turquia, quanto ao Oriente Médio (KARAGIANNIS, 2014).

Em 1992, quando o fluxo de refugiados passou a ameaçar a estabilidade dos territórios russos na região do Cáucaso (já em situação precária por causa do movimento separatista da Chechênia), a Rússia começou a pressionar o governo georgiano para que encontrasse uma solução para o problema. Em janeiro do mesmo ano, as autoridades da região realizam um referendo, onde 98% da população vota a favor da união com a Ossétia do Norte e de sua incorporação pela Rússia. A estabilização da situação ocorre a partir de 24 de junho de 1992, quando são assinados os Acordos de Sochi, que determinam a desocupação da região do conflito, o estabelecimento de um cessar-fogo e a criação de uma força de manutenção de paz conjunta. Essa força contaria com militares russos, georgianos e ossetas e suas atividades seriam monitoradas pela Comissão Conjunta de Controle, da qual faziam parte representantes dos três países e da Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) (JERVALIDZE, 2006; NYGREN, 2008).

Após o fim da URSS, a Geórgia não ingressou na Comunidade dos Estados Independentes, devido à sua oposição à Rússia, e a política externa do país era dominada pelos problemas de reconhecimento internacional e obtenção de apoio à sua integridade territorial; de participação em alianças e organizações internacionais; e de obtenção de ajuda humanitária e investimentos em sua economia. Ao longo da década de 1990 o país passa a integrar a Organização das Nações Unidas (1992); a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (1992), a qual se tornaria a Organização para Segurança e Cooperação

na Europa (OSCE) em 1995; o Fundo Monetário Internacional (1992) e a Organização Mundial do Comércio (2000) (UTIASHVILI, 2014).

Durante todo o período o país buscou reduzir sua dependência da Rússia e fortalecer as relações com o Ocidente. Sendo assim, já em 1992, se tornaria membro do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (posteriormente renomeado Conselho de Parceria Euro-Atlântica) e, em 1999, do Partnership for Peace Planning and Review Process. Este último fortaleceu a cooperação no planejamento de defesa com o Ocidente e levou a Geórgia a enviar tropas para o Kosovo e para as operações do Iraque e do Afeganistão, sendo nesta última responsável pelo maior contingente per capita entre os países não membros da OTAN (UTIASHVILI, 2014).

Nesse mesmo período, Moscou tentou manter relações próximas com os novos estados surgidos do desmembramento da URSS a partir da CEI, porém a instabilidade política e econômica do país não permitiu muitas iniciativas nesse sentido. Pelo mesmo motivo, o envolvimento russo nos conflitos da Abecásia, da Ossétia do Sul e de Nagorno Karabakh ocorreram somente devido a suas fortes relações com questões internas da Rússia (KARAGIANNIS, 2014).

O rápido crescimento econômico no novo milênio, que foi baseado no setor energético, também levantou a questão de qual o papel os russos deveriam desempenhar no mundo, mas principalmente em seu exterior próximo, resultando em uma maior participação das companhias energéticas russas nos países que compunham a URSS. Ao mesmo tempo, o Kremlin passou a demonstrar seu poder de projeção militar no Cáucaso e na Ásia Central, a partir do lançamento de ataques preemptivos contra insurgente chechenos dentro da Geórgia (2002), da realização de exercícios no Mar Cáspio (2002), da construção da base aérea no Quirguistão (2003), dos exercícios militares em conjunto com a China (2005), de sua saída do tratado sobre forças armadas convencionais na Europa (2007), além do aumento do orçamento de defesa (KARAGIANNIS, 2014).

Durante esse período, a Geórgia buscou balancear cuidadosamente suas relações com a Rússia e o Ocidente, tendo, porém, relações cada vez mais estreitas com esse último a partir do FMI, do Conselho Europeu e de conversas sobre uma possível participação na OTAN (COMPANJEN, 2010). Nos anos anteriores à Revolução das Rosas, as relações com a Rússia atingiram seu nível mais baixo. Enquanto os russos acusavam a Geórgia de abrigar os separatistas chechenos e consideravam a utilização de uma intervenção militar, os georgianos

protestavam pela demora da Rússia em abandonar as bases que tinha no país, contrariando o acordado em 1999. Além disso, a Rússia estava facilitando a obtenção de passaportes por parte dos residentes das regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia, o que ajudava a minar as reivindicações de Tbilisi sobre esses territórios (TSYGANKOV, 2012).

3.2 REVOLUÇÃO DAS ROSAS (2003)

O presidente Eduard Shevardnadze governaria o país entre março de 1992 e 2003, sendo responsável por trazer estabilidade após a guerra civil. Apesar disso, sofria oposição de alguns setores da sociedade, visto que sua atuação no conflito foi considerada como subserviente à Rússia, sendo acusado de ter “vendido” o país. Além disso, sofria oposição também dentro da própria Rússia por seu papel na desintegração da URSS. Um certo crescimento econômico ocorreu no país entre 1994 e 1999, mas a situação começou a se deteriorar a partir de 1999, principalmente entre 2001 e 2003, quando a vida da maioria da população se tornou precária (COMPANJEN, 2010; KARAGIANNIS, 2014).

A tentativa de fechamento da rede de televisão e rádio Rustavi 2 foi um ponto importante na configuração da oposição e serviu como teste para sua capacidade de mobilização. Apoiadores ocuparam as ruas em torno da sede da rede, tendo se juntado a eles diversos líderes de ONGs, os quais aproveitaram o momento para proferir discursos contra o governo e pedir a destruição dos resquícios da “mentalidade soviética”. Esses protestos levaram à queda do governo, porém três semanas depois, um gabinete praticamente idêntico foi apresentado, com a mudança mais significativa sendo a escolha de Nino Burjanadze como líder no Parlamento (COMPANJEN, 2010).

No dia 2 de novembro de 2003, foram realizadas eleições, que foram seguidas de intensos protestos em frente ao Parlamento e à Câmara Municipal em Tbilisi. Os protestos tiveram início antes mesmo do fim da contagem dos votos, quando o Comitê Eleitoral Central da Geórgia já anunciava a liderança do presidente Shevardnadze sobre seu rival Saakashvili, o que era contestado pelos manifestantes (COMPANJEN, 2010).

Essa contestação surgiu a partir de pesquisas alternativas realizadas por grupos ligados ao The American Global Strategy Group e à International Society for Fair Elections and Democracy (ISFED), a qual também era financiada pelos EUA. Os resultados dessas pesquisas foram anunciados à população através da rede de tv e rádio privada Rustavi 2 (COMPANJEN, 2010).

Em 4 de novembro, os líderes de partidos da oposição se reuniram para discutir medidas conjuntas, enquanto a embaixada dos EUA na Geórgia expressava sua preocupação com a demora da Comissão Eleitoral em fornecer os resultados da eleição. No dia 7 de novembro, Shevardnadze declarou na TV estatal que a Fundação George Soros (Open Society George Soros Foundation) estava financiando a oposição e interferindo nos assuntos internos do país. Cerca de 20 mil pessoas protestaram em apoio à oposição e exigiram o anúncio dos resultados da eleição. Dois dias depois, o presidente realizou uma ligação para o presidente russo Vladimir Putin para discutir os acontecimentos e se reuniu com os líderes da oposição, porém não foi alcançada nenhuma solução e os líderes exigiram que o presidente reconhecesse a fraude nas eleições, as cancelasse e chamasse novas ou deixasse o cargo (COMPANJEN, 2010).

Em poucos dias o número de pessoas protestando chegou a 50 mil, e uma petição foi feita exigindo que Shevardnadze deixasse o cargo. O presidente tentou então buscar apoio junto a Aslan Abashidze, líder da região autônoma de Adjara, o qual promoveu manifestações de apoio ao presidente em 18 de novembro (COMPANJEN, 2010).

Os resultados das eleições foram finalmente divulgados em 20 de novembro, com Shevardnadze e o partido “Revival Party” tendo sido eleitos com a maioria dos votos. Nesse momento, mais de 100 mil pessoas se encontravam nas ruas e as potências externas pressionavam o presidente contra a utilização de força contra as massas. Quando da tentativa de abrir uma sessão do novo parlamento por Shevardnadze, apoiadores de Mikheil Saakashvili invadiram-no, não sendo impedidos pelos guardas ou pela polícia (COMPANJEN, 2010).

Após uma nova ligação com o presidente Putin e de o Ministro de Relações Exteriores da Rússia, Igor Ivanov, voar até o país para conversar com o presidente e com Abashidze, ocorre a renúncia de Shevardnadze. O líder da oposição se torna o novo presidente interino e anuncia a realização de novas eleições em 45 dias. Em Adjara também ocorreram mudanças, com Abashidze fugindo para Moscou e com a escolha de um novo líder para a região, que passou a reconhecer Tbilisi como autoridade central (NYGREN, 2008; COMPANJEN, 2010).

Por fim, em 4 de janeiro de 2004, foi eleito como novo presidente do país Mikheil Saakashvili, obtendo 96% dos votos (COMPANJEN, 2010; KARAGIANNIS, 2014). Em junho do mesmo ano, conflitos de pequena escala surgiram na fronteira com a região da Ossétia do Sul, após o presidente declarar sua intenção de retomar o controle da região

separatista (NYGREN, 2008). Já em janeiro de 2005, Tbilisi apresentou uma proposta para a resolução do conflito no parlamento do Conselho da Europa, a qual incluía autonomia geral, direitos culturais e linguísticos e financiamento governamental da recuperação da economia local, porém a proposta foi rejeitada pelos ossetas (KARAGIANNIS, 2014).

A vitória de Saakashvili com 96% dos votos indicava a existência de problemas na eleição, porém os regimes ocidentais não fizeram nenhuma objeção a esse resultado. Outro ponto que merece destaque é a crescente influência estrangeira no país, a qual ocorreu não só através de organismos como ONU, Conselho Europeu e USAID³, mas também de organizações como Open Society Georgia Foundation, braço da George Soros Foundation na Geórgia. Foram financiados projetos de infraestrutura, como rodovias, escolas e projetos ambientais, além de programas educacionais, com foco em jornalismo, economia e administração (COMPANJEN, 2010).

Com base em um discurso de que as ONGs seriam menos corruptas que o governo e representariam os verdadeiros interesses do povo, grandes quantias foram mobilizadas para as mesmas e, em 2003, o número delas estava entre 4 e 5 mil, abrangendo os mais diversos assuntos. A maior parte das ONGs surgiu no período entre 1992 e 1995, quando aprenderam os procedimentos básicos para sua existência, principalmente em relação a obtenção de investimentos. No período seguinte, entre 1995 e 2001, o foco foi a profissionalização de seu trabalho, com idas ao exterior para aprender técnicas organizativas, realização de conferências de imprensa, entre outros (COMPANJEN, 2010). Muitos desses cursos eram realizados nos EUA, na Alemanha ou na Hungria, na Central European University, a qual fora fundada por Soros. Após a revolução, diversas lideranças de ONGs foram convidadas a fazer parte do parlamento e de outras funções governamentais, o que resultou numa baixa mobilização social entre 2004 e 2006 (COMPANJEN, 2010).

Além do apoio financeiro dado às ONGs antes e durante a Revolução das Rosas, o qual é amplamente reconhecido, o papel das organizações internacionais também foi de grande relevância. Banco Mundial e FMI, por exemplo, suspenderam o apoio financeiro ao país, só renovando-o após Shevardnadze deixar o poder. Além disso, após a revolução o

³ Para mais informações sobre a ampliação do papel da USAID a nível internacional e atuação conjunta com o Departamento de Defesa dos EUA, ver: NORTON, Ben. American 'humanitarian' regime-change arm USAID discusses embedding 'aid workers' with military and intelligence. **The Grayzone**, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/02/20/regime-change-usaid-aid-workers-military-intelligence/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

Departamento de Estado dos EUA fez um aumento significativo do apoio financeiro enviado à Geórgia (COMPANJEN, 2010).

Outra importante consequência da atuação das ONGs foi o documento dos Dez Pontos, adotado como guia por Mikheil Saakashvili. Esse documento surgira a partir de uma iniciativa da Fundação George Soros que sugeria a publicação de uma lista dos principais problemas do país e o apoio aos líderes políticos que os reconhecessem como sendo centrais e estabelecessem sua resolução como princípios orientadores. Os dez problemas se referiam a assuntos como: reforma do sistema político, “heranças do período soviético”, problemas relativos à propriedade e à propriedade da terra, restauração da integridade territorial da Geórgia, retirada das bases militares russas, reforma do sistema educacional e da mídia. As atividades desenvolvidas pelos grupos de oposição que defendiam esses pontos receberam ampla cobertura da mídia que os caracterizava como uma juventude cansada da corrupção (COMPANJEN, 2010).

A presença russa no país se manteve através das forças de paz presentes nas regiões separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul e de sua influência em Adjara. Porém, as relações entre os dois países foram complicadas por incidentes como violações do espaço aéreo, fechamento das linhas de suprimento de óleo e gás e da introdução de vistos para georgianos trabalhando na Rússia. A região de Adjara era bastante importante em termos financeiros para a Geórgia, pois o porto de Batumi e a fronteira com a Turquia geravam muitas divisas para o país, através de impostos de importação e exportação, o que gerava também oposição à influência russa na região (COMPANJEN, 2010).

A Revolução das Rosas gerou importantes modificações na política externa da Geórgia, orientando-a ainda mais na direção do ocidente e suas instituições, como OTAN e UE, as quais são vistas como caminhos importantes para a segurança e a soberania do país. Essa parceria havia sido estabelecida no governo anterior com a anuência da Rússia, pois ela se interessava no combate aos guerrilheiros chechenos que se refugiavam no país vizinho (COMPANJEN, 2010). Além de colocar a entrada nesses grupos como prioridade da política externa do país, o Conceito de Segurança Nacional, lançado logo após a revolução (2005), também traz a independência, a democracia, a liberdade, a segurança, a paz e a prosperidade como valores fundamentais do país (MONIZ BANDEIRA, 2013; UTIASHVILI, 2014).

Com o fim da Guerra Fria e da URSS, a OTAN passa a ser uma aliança militar que tem como discurso a promoção da democracia e da economia de mercado, o que leva à sua

expansão para a Europa Oriental. Isso faz com que a Rússia entenda que a organização busca enfraquecer sua influência na região, além de possivelmente apoiar movimentos separatistas, como o checheno, dentro do seu território. Essa última preocupação surge com a intervenção realizada na Sérvia, em 1999, a qual realizou uma ação ofensiva no território de um país que não era membro da Aliança para auxiliar uma província separatista (Kosovo). Essa ação, que não contou com a autorização da ONU, levou a Rússia, juntamente com outros países como China e Espanha, a não reconhecer o Kosovo como um estado independente.

Uma das consequências dessa e das revoluções coloridas num geral foi a imposição mecanismos de controle sobre as ONGs que atuam dentro da própria Rússia, dentre outras medidas que buscavam evitar que o próximo alvo dessas ações de mudança de regime fosse o país. Outro desdobramento foi o temor na Rússia de perda de influência no espaço pós-soviético, a partir da expansão de regimes pró ocidente (DELCOUR, WOLCZUK, 2015).

Houve alguns indicativos por parte da Rússia de que as relações entre os dois países poderiam ser de cooperação. O primeiro foi o papel do Ministro de Relações Exteriores russo, Igor Ivanov, na renúncia de Shevardnadze, através da qual se buscava evitar um conflito. Putin também expressou seu desejo de que a administração que fosse eleita buscasse retomar as relações amigáveis entre os dois países, deixando claro, porém, que o esforço deveria partir dos georgianos (TSYGANKOV, 2012).

Saakashvili também colocou como uma de suas prioridades relações mais próximas com a Rússia. Isso foi buscado através do reconhecimento da presença de separatistas chechenos em território georgiano e subsequente combate aos mesmos, além do fortalecimento das relações econômicas entre os países. A Rússia, por sua vez, reestruturou a dívida georgiana, forneceu subsídios energéticos e suprimentos elétricos, aumentou seus investimentos no país vizinho, adotou políticas de facilitação de vistos e da migração de trabalhadores e, o mais importante, ajudou a derrotar as manifestações em Adjara, retirando o líder da região (seu aliado) e trazendo uma resolução pacífica e a consolidação do novo regime. Porém, essa cooperação foi sabotada por diversos fatores (NYGREN, 2008; TSYGANKOV, 2012).

Um desses fatores foi a presença de bases militares russas, as quais os georgianos exigiam que fossem desocupadas imediatamente, enquanto os russos adiavam sua retirada. Outro fator foi a declaração do presidente georgiano de que gostaria de fazer parte da União Europeia, além da continuidade das conversações com a OTAN. A construção do oleoduto

Baku-Ceyhan também era um problema para a Rússia, pois promovia o acesso aos recursos da região evitando suas estruturas. O período de cooperação teve fim com a resposta georgiana aos eventos na Ossétia do Sul, em agosto de 2004 (NYGREN, 2008; TSYGANKOV, 2012).

As relações se deterioraram rapidamente após a explosão de linhas de transmissão de gás da Rússia para a Geórgia, em 2006, e a subsequente demora nos reparos, o que resultou em declarações dos representantes georgianos que acusavam os russos de sabotagem. Também houve acusações de violação do espaço aéreo georgiano e da cumplicidade com bombardeios ocorridos no país. Além disso, as forças de paz russas eram vistas como uma ameaça ao país e, em fevereiro de 2006, uma resolução parlamentar colocava que elas não eram mais bem vindas nas regiões separatistas. O ponto mais baixo das relações do país no período ocorre quando quatro diplomatas russos são presos e acusados de espionagem e os preparativos para seu julgamento têm início. Pressão internacional faz com que os agentes sejam entregues à OSCE, porém isso não evita a resposta russa, que vem na forma de bloqueio a todos os contatos postais e transportes entre os países, suspensão da retirada das tropas, banimento de produtos georgianos (em especial vinho) dos mercados russos, deportação de georgianos em situação ilegal e maior escrutínio sobre empresas georgianas que atuavam na Rússia. Além disso, a Gazprom discutiu aumentar os preços de gás e cogitou cortar o suprimento caso o pagamento não fosse realizado (NYGREN, 2008; TSYGANKOV, 2012; COMPANJEN, 2010; KARAGIANNIS, 2014).

Em abril de 2007, a Geórgia abre um processo contra a Rússia (por causa das deportações) na Corte Europeia de Direitos Humanos e, em outubro do mesmo ano, declara a intenção de terminar formalmente a missão de paz russa em seu território. Isso se deveria a acusações de que um grupo de militares russos teria agredido um grupo de policiais georgianos. Além disso, as acusações de violação do espaço aéreo continuavam e, em agosto, o disparo de um míssil (que cai próximo à fronteira entre Geórgia e Ossétia do Sul) é motivo de tensões, pois a Geórgia acusa os russos de serem a origem do artefato (TSYGANKOV, 2012).

A crise entre Rússia e Geórgia foi um resultado de uma crise maior que ocorria entre a Rússia e o Ocidente, principalmente devido às provocações deste último. A estratégia de

mudança de regime promovida pelos EUA⁴ representava uma ameaça à Rússia, não só por esta temer ficar isolada politicamente, mas também pela possibilidade de o país vir a ser um alvo dessa política, que já havia atingido diversos países além da Geórgia, dentre eles Ucrânia e Quirguistão⁵. O Kremlin buscava evitar também a expansão da OTAN para suas fronteiras, pois isso poderia deixar o país ainda mais isolado e vulnerável (TSYGANKOV, 2012).

3.3 A GUERRA DA GEÓRGIA (2008)

Em janeiro de 2008, durante sua campanha para a reeleição, Saakashvili prometeu reunificar a Geórgia a qualquer custo se fosse reeleito, o que configurou uma ameaça não só às regiões separatistas, mas também à Rússia, que as auxiliava politicamente, militarmente e economicamente. Uma das consequências desse apoio que recebiam dos russos era a perda de legitimidade de seus apelos por independência perante a comunidade internacional, que não condenou efetivamente essa declaração (BLACK, 2015).

Durante os primeiros meses de 2008, violações do espaço aéreo georgiano por aviões russos e troca de tiros nas fronteiras com a Ossétia do Sul e a Abecásia elevaram os temores de um grande conflito. Novas tentativas de aproximação foram interrompidas pela declaração de independência do Kosovo, em 17 de fevereiro de 2008, que fez com que a Rússia levantasse as sanções contra a Abecásia vinte dias depois. Em abril, 1500 novas tropas foram enviadas pela Rússia à Abecásia sem consultar ou informar os georgianos e relações diretas foram estabelecidas com as duas repúblicas separatistas. Dois meses depois, a ferrovia da Abecásia foi reparada pelos russos, interrompendo o bloqueio georgiano da região e permitindo o envio de mais tropas. Esses acontecimentos foram acompanhados de uma crescente de hostilidades entre a Geórgia e as repúblicas separatistas (BLACK, 2015; TSYGANKOV, 2012).

Após o apoio ocidental à independência do Kosovo, as preocupações russas aumentaram e, as regiões separatistas da Geórgia demandavam que suas independências também fossem reconhecidas, pois acreditavam que teriam maior embasamento e que suas

⁴ Para maiores informações sobre o histórico de utilização desse tipo de estratégia por parte dos EUA, ver: PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 167 p. ISBN 978-65-991168-4-1.

⁵ Para mais informações sobre os processos de mudança de regime não mencionados neste trabalho ver: ESTADOS Unidos: A Conquista do Leste. Direção: Manon Loizeau. França: Canal+, Lundi Investigation, 2005. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2yZHnH72dQY&list=PLgO5TiyaPciGrmuqRUGUzbnKGmSkCyZdQ&index=10>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

lutas ocorriam a mais tempo. Em um comunicado emitido após reunião com os presidentes da Abecásia e da Ossétia do Sul, Lavrov havia dito (dois dias antes da declaração de independência) que qualquer reconhecimento da situação no Kosovo deveria ser considerado em termos das independências das duas regiões separatistas e que desvalorizaria princípios e normas do direito internacional (BLACK, 2015).

Temendo a possibilidade de um veto da Geórgia à sua participação na OMC, a Rússia se limitou a levantar sanções que existiam contra a Abecásia. Em março de 2008, o presidente georgiano se recusou a assinar um acordo de não uso da força com a Abecásia, porém, nesse mesmo mês, um navio russo ancorou em um porto georgiano pela primeira vez em mais de um ano e meio e Aeroflot voltou a voar para Tbilisi. Esperando obter um MAP para a OTAN, Georgia ofereceu à Abecásia autonomia ilimitada, que acabou sendo rejeitada (BLACK, 2015).

No dia 16 de abril, Putin assinou um decreto autorizando as autoridades russas a estabelecerem contatos diretos com as representações das repúblicas separatistas, o que gerou protestos de Tbilisi, que acusava a Rússia de interferir em seus assuntos internos, além de declarações da UE, da OTAN e outras organizações. Tropas georgianas foram deslocadas para as fronteiras das regiões, o que fez com que a Rússia, citando o quarto princípio de sua política externa, afirmasse que protegeria cidadãos russos na região se eles fossem atacados. Apesar disso, seu Ministério das Relações Exteriores declarou que não reconheceriam as declarações unilaterais de independência das duas repúblicas (BLACK, 2015).

As tensões se agravaram em 20 de abril, quando a Geórgia acusou a Rússia de derrubar um avião de reconhecimento não tripulado sobre a Abecásia e ameaçou bloquear a entrada do país na OMC, ao que a Rússia respondeu ameaçando assinar um acordo militar com a Abecásia. Diversos drones foram derrubados entre março e maio e, enquanto a Geórgia acusava a Rússia, a Abecásia declarou ser responsável por derrubar todos eles (BLACK, 2015).

Violações do cessar fogo cresceram ao longo de junho e julho, partindo de ambos os lados e resultando em um ataque às áreas civis de cidades da Ossétia do Sul por parte da Geórgia. Esses ataques fizeram com que a Abecásia declarasse que, se a Geórgia atacasse os ossetas, eles entrariam também na guerra. Os georgianos, por sua vez, alegaram que a Ossétia do Sul teria iniciado as hostilidades e só encerrou os ataques quando estes anunciaram uma mobilização geral e requisitaram o auxílio da Rússia (BLACK, 2015; TSYGANKOV, 2012).

O Ministro das Relações Exteriores russo condenou as agressões da Geórgia, apresentou a proposta de um acordo de rejeição do uso da força e uma resolução ao Conselho de Segurança da ONU. Em resposta, a Geórgia acusou os russos de terem anexado as regiões separatistas, pelo estabelecimento de relações diretas com esses territórios e pelas supostas violações do espaço aéreo do país, além de ter se recusado a assinar o acordo e demandado a retirada das tropas russas (BLACK, 2015; TSYGANKOV, 2012).

Os países ocidentais expressaram sua preocupação com a situação e o Ministro das Relações Exteriores alemão viajou à região para tentar mediar a resolução do conflito. Porém, as hostilidades continuaram de ambos os lados e a Geórgia começou a concentrar armamentos na fronteira com a Ossétia do Sul (BLACK, 2015; TSYGANKOV, 2012).

Em 7 de agosto, Saakashvili declarou um cessar-fogo unilateral que durou apenas algumas horas. No dia seguinte, o exército georgiano lançou uma ofensiva contra Tskhinvali, matando 10 soldados russos das tropas de manutenção de paz e diversos civis. O bombardeio de Tskhinvali realizado pelas tropas georgianas matou dezenas de civis e fez com que milhares fugissem. Além disso, as baixas sofridas pelas forças de pacificação tornaram a opinião pública da Rússia a favor de uma intervenção. A resposta da Rússia veio 12 horas depois, quando suas tropas cruzaram a fronteira e iniciaram o combate à invasão georgiana (BLACK, 2015; TSYGANKOV, 2012; KARAGIANNIS, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2016).

No dia 9 de agosto, as forças russas se juntaram a seus aliados da Abecásia e abriram uma segunda frente contra as tropas georgianas em Kodori Gorge. O conflito teve fim três dias depois, em 12 de agosto, quando Moscou anunciou o fim das operações militares. Porém, no dia seguinte, tropas russas adentraram a cidade georgiana de Gori (de onde só se retirariam no dia 22 daquele mês) e no dia 18 ocuparam o porto de Poti, o principal do país. Por fim, no dia 26 de agosto, o governo russo reconheceu a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, o que fez com que Tbilisi rompesse as relações com o país no dia 30 (BLACK, 2015; KARAGIANNIS, 2014).

Nas primeiras horas do confronto, Tbilisi enfrentou somente milícias ossetas e as forças de pacificação presentes em seu território, porém, logo as forças russas atravessaram a fronteira através do estratégico túnel Roki, que conecta a Ossétia do Norte com a do Sul. O 58º exército teve um papel primordial na luta pela república separatista, visto sua experiência na guerra da Chechênia (1999-2000), de onde tirou importantes lições sobre guerra urbana. Aproximadamente 25 mil soldados russos foram enviados para o conflito, tendo sua atuação

sido satisfatória, derrotando a Geórgia em apenas 5 dias com poucas perdas, tanto em termos de pessoal quanto de equipamento militar. A frota do Mar Negro se deslocou do porto de Sebastopol, na Crimeia, para as águas territoriais georgianas, impondo um bloqueio e realizando o transporte de soldados e munições para a Abecásia (KARAGIANNIS, 2014).

As maiores perdas sofridas pelos russos foram a de 4 aviões abatidos pelos sistemas de defesa da Geórgia, apesar de a Rússia ter obtido controle quase total do espaço aéreo. A intervenção no conflito se deu não só de acordo com a Doutrina Militar publicada em 2000 (desengajamento de pares beligerantes, entrega de ajuda humanitária e evacuação de não combatentes, fortalecimento de sanções contra os beligerantes e criação dos pré-requisitos para uma solução política), mas também foram dadas justificativas similares as da OTAN para sua intervenção no Kosovo, a qual foi utilizada como precedente legal para a atuação russa. Foi afirmada a necessidade de defesa das vidas de cidadãos russos e das forças de manutenção de paz, sendo que os primeiros estariam sendo alvo de um genocídio por parte do governo de Tbilisi. Para evitar uma catástrofe, era necessário que os russos atacassem infraestruturas militares localizadas fora da Ossétia, onde tinham mandato para atuar (KARAGIANNIS, 2014).

Por sua vez, a mídia ocidental não perdeu tempo em acusar a Rússia pelo conflito, acusando Vladimir Putin, na época primeiro-ministro, de estar tentando retomar a maior parte dos territórios da União Soviética (NEW YORK TIMES, 2008) e afirmando que o caráter autoritário do país gerava um expansionismo agressivo contra os países vizinhos (WASHINGTON POST, 2008), esses sim tratados pelo ocidente como democracias.

Saakashvili declarou inicialmente que suas tropas só haviam agido porque as tropas russas haviam invadido o país primeiro. Ele foi entrevistado pela mídia ocidental buscando passar a imagem de líder democrático de um pequeno país atacado pela poderosa Rússia, que buscava retomar o “imperialismo soviético”. Porém, a narrativa começou a mudar quando o embaixador dos EUA na Rússia, John Beyrle, disse publicamente que a ação do país era justificada, pois suas tropas haviam sido atacadas primeiro. Ainda assim, o ocidente buscou manter uma narrativa antirrusa afirmando que as ações do país haviam sido desproporcionais (BLACK, 2015).

É importante destacar que, durante a Cúpula de Bucareste, em abril de 2008, Washington advogou pelo estabelecimento de relações mais próximas entre a OTAN e a ex-repúblicas soviéticas da Ucrânia e Geórgia. Um “Membership Action Plan” só não foi

oferecido aos dois países devido às objeções tanto da França quanto da Alemanha, ocorrendo somente uma declaração de que ambos os países eventualmente se juntariam à organização, porém sem previsão de datas. Ambos declararam que nem Geórgia nem a Ucrânia eram suficientemente estáveis para se tornarem membros da OTAN e classificaram o oferecimento do MAP como uma “ofensa desnecessária” (MONIZ BANDEIRA, 2013; KARAGIANNIS, 2014; UTIASHVILI, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Após o fim da Cúpula, Putin declarou que a expansão da OTAN era uma ameaça direta à segurança da Rússia e ressaltou que para eles não estavam claras as intenções da organização ao realizar essa expansão. A intervenção na Ossétia do Sul ocorreu apenas alguns meses após essa cúpula e deveria ter deixado bastante claro para o ocidente que a Rússia não aceitaria intervenções em seu exterior próximo. A inclusão da Bulgária e da Romênia na OTAN, em 2004, e o estabelecimento de entrepostos militares estadunidenses próximos ao Mar Negro também foram percebidos como atos hostis (KARAGIANNIS, 2014).

A ampliação da OTAN tinha dentre seus objetivos o aumento dos mercados para a indústria bélica estadunidense, o que fez com que os EUA ignorassem as advertências não só do Ministro das Relações Exteriores russo, mas também de seus próprios diplomatas e especialistas no assunto. Dentre eles estava o embaixador estadunidense em Moscou, que recomendou que não fossem oferecidos MAP para a Geórgia e para a Ucrânia (MONIZ BANDEIRA, 2016).

A Guerra tornou ainda mais difícil o ingresso da Geórgia na OTAN, devido ao temor dos membros de acabarem se envolvendo em um conflito armado. Tanto a situação na Geórgia, quanto a da Ucrânia levantaram para os países membros da OTAN a questão da expansão do bloco para países que os membros não estariam dispostos a defender (UTIASHVILI, 2014). Como colocado por Moniz Bandeira (2013),

“Em agosto de 2008, a enérgica reação militar do presidente Vladimir Putin, atacando as forças da Geórgia que invadiram a região separatista da Ossétia do Sul, constituiu séria advertência de que aquela região, no Cáucaso, à margem do Mar Negro, estava na esfera de influência da Rússia e não admitia a ingerência dos Estados Unidos e da OTAN. O presidente George W. Bush declarou que a invasão da Ossétia do Sul era inaceitável, e o vice-presidente Dick Cheney declarou que a iniciativa da Rússia não ficaria sem resposta. E ficou. A Rússia reconheceu a independência das duas regiões separatistas da Geórgia — Abecásia e Ossétia do Sul — e nada aconteceu.” (MONIZ BANDEIRA, 2013, pg. 476)

Os EUA e a UE fizeram uma reunião de emergência após o conflito e consideraram diversas medidas, desde o boicote das Olimpíadas de Inverno de Sochi, que ocorreriam em 2014, até a suspensão das relações. Porém, a intervenção no Kosovo e o reconhecimento de sua independência tornaram inválidas suas reclamações. Além disso, diversos países que se colocaram do lado da Geórgia no conflito, como a Ucrânia, louvaram a intervenção russa por seu caráter humanitário de defesa de minorias (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Os EUA buscavam assegurar seu acesso aos recursos do Cáspio e fortalecer sua presença estratégica no Cáucaso, o que era visto pelo Rússia como um desafio a seu papel na região e pela Geórgia como um fator encorajador de atitudes mais hostis perante a Rússia. Isso se refletiu no fato de que um tratado de boa vizinhança, oferecido pelos russos, ficou sem resposta até outubro e nas discussões sobre a possibilidade de a Geórgia hospedar em seu território armas de destruição em massa da OTAN, o que representaria uma óbvia ameaça à segurança russa (TSYGANKOV, 2012; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Em 2009, EUA e Geórgia assinaram a Carta sobre a Parceria Estratégica, que trazia como princípios a soberania, a independência e a integridade territorial de ambos. O documento também promove uma estrutura para relações mutuamente benéficas e demonstra o forte apoio dos EUA pelo país, levantando novamente a possibilidade deste vir a pertencer à OTAN (BLACK, 2015; UTIASHVILI, 2014).

Através da intervenção, os russos puderam garantir diversos objetivos de sua política externa, dentre eles proteger os ossetas do sul da Geórgia e confirmar sua posição pacificadora na região; fortalecer sua presença militar no Cáucaso Sul, ao derrotar as forças georgianas; fazer com que seu papel nas relações internacionais fosse reconhecido ao redor do mundo (TSYGANKOV, 2012).

Após o fim do conflito, os Russos se responsabilizaram pela reconstrução da Ossétia do Sul, além de terem passado a enviar ajuda financeira à Abecásia, o que gerou um impacto no orçamento do país, justamente no período da crise econômica mundial. Em maio de 2009, conversações de paz tiveram início em Geneve, porém representantes da Abecásia se recusaram a participar, pois, segundo eles, a proposta de resolução da ONU não reconhecia propriamente a independência da Geórgia. As delegações da Rússia e da Ossétia do Sul se retiraram após a representação da Geórgia se recusar a assinar um acordo de não agressão (BLACK, 2015).

Em 31 de maio, exercícios da OTAN eram realizados na Geórgia, ao mesmo tempo em que eleições parlamentares ocorriam na Ossétia do Sul, o que gerou protestos por parte da Rússia. Ao mesmo tempo em que não reconheceu a independência das duas repúblicas, a UE enviou representantes para acompanhar as eleições que ocorriam. Em julho, a Rússia vetaria a extensão da missão de observação da ONU na Abecásia, levando a seu fim após 16 anos (BLACK, 2015).

O grande interesse pelo país se deve também ao fato de que o território da Geórgia é vital para o transporte de petróleo e gás do Azerbaijão até a Turquia. Desde o governo Bill Clinton, Washington buscava concretizar o oleoduto de Baku-Tibilis-Ceyhan (BTC), o qual realizaria o transporte dos recursos energéticos da região, isolando não só a Rússia, como também o Irã, outro importante adversário dos EUA. A questão da importância da Geórgia como país trânsito de recursos energéticos é ampliada quando consideramos que a recuperação econômica russa no século XXI dependeu em grande medida dos recursos oriundos dessas exportações. Sendo assim, em todo o período buscou-se utilizar a Geórgia para a realização de uma política de contenção da Rússia, a fim de evitar seu domínio sobre a região do Cáucaso e de enfraquecer sua projeção para a região da Ásia Central e do Oriente Médio, evitando o fortalecimento de um eixo contra hegemônico na região (UTIASHVILI, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Em outubro de 2008, o Ministério da Defesa Russo iniciou uma série de reformas, incluindo a profissionalização parcial do exército, a redução no número de pessoal, reorganização dos reservas e a introdução de um sistema de brigada. Apesar da vitória, diversos problemas puderam ser percebidos nas Forças Armadas da Rússia, dando início a esse processo de modernização (KARAGIANNIS, 2014).

Nos primeiros meses de 2010, foi garantido à Rússia permissão para estacionar tropas nas duas repúblicas separatistas e o Ministério da Defesa anunciou posteriormente que iria estacionar sistemas S-300 na Abecásia. Após meses de negociações, Rússia e Geórgia finalmente estabeleceram um acordo, mediado pela Suíça, que permitia o monitoramento internacional das transações comerciais através das fronteiras das duas repúblicas, o que também abriu caminho para a entrada da Rússia na OMC (BLACK, 2015).

Depois das eleições de 2012, nas quais a oposição derrotou Saakashvili, o governo georgiano tem buscado uma política mais branda em relação à Rússia e passos foram dados na direção da normalização das relações, principalmente buscando normalizar as relações

econômicas e as diplomáticas. Essa política acabou tendo poucos efeitos práticos, pois o país manteve a intenção de se tornar membro da OTAN. O rompimento da coalizão “Georgian Dream” em novembro de 2014 ofereceu novas oportunidades para a Rússia, porém aumentou a instabilidade no ambiente político da Geórgia (BLACK, 2015; DELCOUR, WOLCZUK, 2015).

Sendo assim, podemos observar nas situações analisadas no presente capítulo que a atuação da Federação Russa, a partir dos anos 2000, buscou manter relações próximas com a Geórgia, atuando como mediador externo dos problemas do país, ao mesmo tempo que se manteve de acordo com o objetivo de reafirmar a Rússia como uma potência, principalmente em âmbito regional. Assim, a utilização da força militar contra a agressão georgiana era uma resposta óbvia, não só a partir da análise dos documentos de política externa do país, mas também das declarações que vinham sendo feitas por seus representantes, de que não seria permitido aos EUA continuarem sua política de busca pelo controle do entorno estratégico russo.

4 GUERRA CIVIL NA UCRÂNIA E INCORPORAÇÃO DA CRIMEIA

As ações russas, analisadas no capítulo anterior, foram uma clara resposta às decisões tomadas pelos países do Ocidente, que desrespeitaram os interesses estratégicos do país. A expansão da UE e da OTAN e o projeto de “levar a democracia” à Geórgia representavam uma ameaça direta à Rússia, assim como no caso da Ucrânia, o que foi reiterado diversas vezes pelos representantes russos. A guerra com a Geórgia deixou isso claro e deveria ter gerado uma atitude mais cautelosa do Ocidente, o que não ocorreu.

A Ucrânia, assim como a Geórgia, também tem apresentado relações instáveis com a Rússia e um crescente interesse Ocidental desde o final da União Soviética, com a questão energética também possuindo um papel crucial. O país possui cerca de 43 milhões de habitantes e faz fronteira a leste, nordeste e sul com a Rússia, com a Bielorrússia a noroeste; a oeste com Polônia, Eslováquia e Hungria; Romênia e Moldávia a sudoeste; com o Mar Negro ao sul; e com o Mar de Azov a sudeste.

Assim, o presente capítulo analisará a evolução das relações russo-ucranianas após o fim da união soviética, a partir de seus eventos definidores e trazendo a influência do Ocidente em cada um deles. Trará primeiramente um breve histórico da relação dos dois países; na seção seguinte, apresentará a Revolução Laranja; e, por fim, na última seção serão abordados o golpe fascista ocorrido em 2013 e suas consequências.

4.1 BREVE PANORAMA HISTÓRICO

Figura 3: Região do Mar Negro e a península da Crimeia



Fonte: MONIZ BANDEIRA, 2013

Em 1771, teve início a conquista do kanato da Crimeia pelo Império Russo, porém sua anexação só seria finalizada em 1782, quando foi reconhecida pelo Império Otomano, com o qual a região tinha uma relação de vassalagem até aquele momento. Iniciou-se, então, a construção da base naval de Sebastopol, que abrigaria a Frota do Mar Negro e tornaria possível a projeção do país para o mediterrâneo, além de ser crucial para o controle das comunicações de importantes zonas produtoras de petróleo e gás natural (MONIZ BANDEIRA, 2016; KARAGIANNIS, 2014).

No século seguinte, ocorre a Guerra da Crimeia (1854-1855), que opôs o Império Russo ao Império Otomano, ao Reino da Sardenha, França e Inglaterra e terminou com a assinatura do Tratado de Paris (1856). A guerra deteve o expansionismo russo em direção à Constantinopla, aos Bálcãs e aos estreitos do Mar Negro, porém, o tratado de paz devolveu à Rússia as regiões ocupadas por seus adversários, incluindo o porto de Sebastopol (MONIZ BANDEIRA, 2016; BUSHKOVITCH, 2014).

A Ucrânia foi, ao longo dos séculos, um território bastante heterogêneo, ocupado por diversos povos e culturas, não possuindo unidade política nem étnico-cultural. Anteriormente à Primeira Guerra Mundial não se configurava como um país, tendo sido reconhecida somente

durante a Revolução Russa, a partir do princípio de autodeterminação dos povos defendido pelos revolucionários (MONIZ BANDEIRA, 2016; KARAGIANNIS, 2014).

A região do Donbass, por sua vez, era uma região pouco habitada historicamente, tendo sido conquistada e incorporada pelo Império Russo após a guerra contra o Império Otomano (1768-1774). Seu rápido desenvolvimento ocorre a partir do incremento da produção nas indústrias de carvão e aço que ocorre durante a Guerra da Crimeia. Para o local migraram trabalhadores de diversas nacionalidades (principalmente camponeses russos) e seus minérios atraíram investimentos franceses, belgas e alemães (MONIZ BANDEIRA, 2016; BUSHKOVITCH, 2014).

A Crimeia só passaria a integrar a Ucrânia em 1954, quando Nikita Kruschov assinou um decreto (de 19 de fevereiro) transferindo a região da estrutura da República Soviética Socialista da Rússia (RSSR) para a República Soviética Socialista da Ucrânia (RSSU). O *Presidium* do Conselho Supremo da União Soviética aprovou a transferência, porém, de acordo com a constituição da URSS, esta não poderia ocorrer sem o consentimento da RSSR, o que levou à promulgação de um decreto que modificava a Constituição e efetivava a transferência, aceita pela RSSU. Nenhuma consulta foi feita aos habitantes da região (LANE, 2016; BUSHKOVITCH, 2014; KARAGIANNIS, 2014).

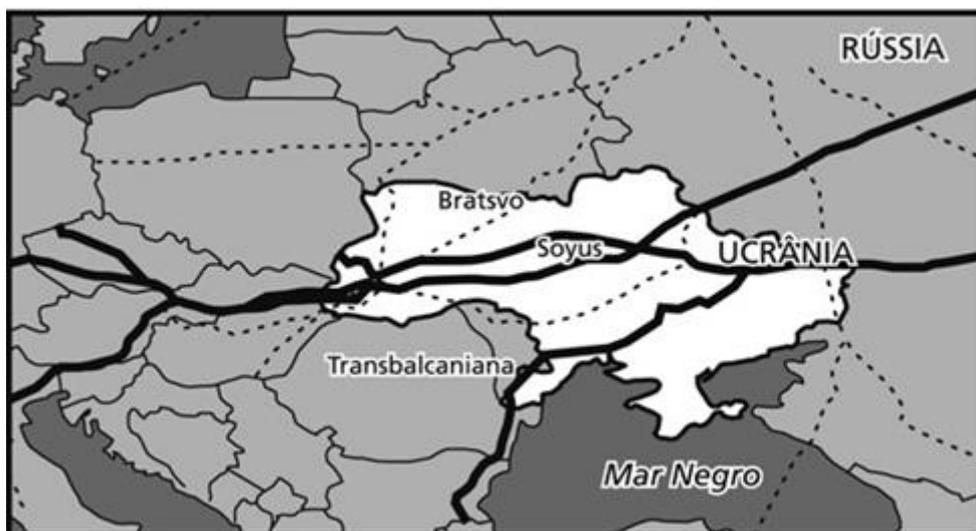
Em 1992, a Crimeia se declara independente da Ucrânia e estabelece sua própria constituição, a qual foi revogada em 1995, pela Rada (parlamento) ucraniana. Ainda em 1992, o Soviete Supremo da Rússia anulou a decisão de transferência da Crimeia para a Ucrânia e passou a investigar a legalidade das reivindicações da base de Sebastopol pelo país. No ano seguinte, a Duma aprovou uma resolução tratando da indivisibilidade da Frota do Mar Negro e reafirmando que Sebastopol era uma cidade da Rússia. Em pesquisa realizada em 1994, mais de 90% dos habitantes da cidade se manifestaram a favor da permanência como parte da Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2016; KARAGIANNIS, 2014).

Ao assumir a presidência, em 1994, Leonid Kuchma adotou uma atitude mais conciliatória em relação à Crimeia e à Rússia, principalmente pela frágil situação econômica do país, a qual impedia uma confrontação. Como coloca Moniz Bandeira (2016), “[h]avia interdependência estratégica entre os dois países e a Ucrânia necessitava aceitar a assimetria e manter relações normais com a Rússia”. O Tratado Russo-Ucraniano de Amizade, firmado em 1997, buscava garantir a estabilidade e a segurança na região, definindo que a maior parte da Frota do Mar Negro permaneceria com a Rússia, a qual pagaria menos de 20% de

compensações econômicas à Ucrânia. Essa, por sua vez, teria a propriedade de Sebastopol, devendo, porém, arrendá-la à Rússia por um período de 20 anos, havendo possibilidade de renovação, a qual estaria vinculada ao fornecimento de gás natural subsidiado à Ucrânia (KARAGIANNIS, 2014).

Após a desintegração da União Soviética, o PIB *per capita* da Ucrânia entrou em acentuada queda até os anos 2000 e o rápido processo de privatizações e liberalização do comércio favoreceu a corrupção, além de ocasionar a emergência de um grupo de bilionários que se tornaram a elite política. Denominados oligarcas, esse novo grupo, presente em diversas das ex-repúblicas soviéticas, obtivera suas riquezas nos primeiros anos da transição, no caso ucraniano principalmente através do setor de gás natural e do setor de commodities num geral. A expectativa da população era que uma maior integração com o eixo euro-atlântico lhe trouxesse melhor qualidade de vida, o que não aconteceu. Além disso, o país não conseguiu superar sua dependência tradicional da Rússia, fornecedora de 70% do gás natural e petróleo importados pelo país, ainda a preços subsidiados (COPSEY, 2010; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Figura 4: Gasodutos russos que atravessam a Ucrânia



Fonte: MONIZ BANDEIRA, 2016

Além disso, cerca de 30% do complexo industrial de defesa da URSS se situava no país, sendo ligado às cadeias produtivas russas, que eram seu maior mercado e a origem de grande parte dos componentes dos armamentos. Porém, cerca de dois terços das empresas foram retiradas do país pela Rússia após o fim da URSS, tendo ocorrido também uma grande redução das importações das empresas restantes (FLIGHTGLOBAL, 2014).

Em 2010, o governo ucraniano criou a Ukroboronprom, que passou a controlar 134 indústrias estatais de defesa e localizava-se na região de Donetsk. Em 2011 e 2012, o conglomerado permaneceu na lista do SIPRI dos 100 maiores fabricantes de armamento do mundo e encontrava-se interligado ao complexo de defesa russo, fornecendo-lhe os mais diversos equipamentos. Na região de Donbass também se encontravam diversas fábricas que produziam armamentos, principalmente de mísseis. A carência de um mercado interno fez com que a indústria de armamentos do país sobrevivesse basicamente das demandas de Moscou (MCLEES, RUMER, 2014; SIPRI, 2014).

Outro setor da economia ucraniana que entrou em uma grave crise nos anos 1990 foi a agricultura, pois a queda dos preços dos produtos agrícolas e o fechamento das fazendas coletivas para sua privatização degradou a estrutura social, fez com que o nível de vida decaísse e com que a população rural diminuísse drasticamente, provocando um grande desequilíbrio demográfico. Ou seja, a Ucrânia pós-URSS teve uma piora tanto em sua situação econômica, quanto na situação política (SARNA, 2014).

Em 1993, com a ascensão de Bill Clinton à presidência dos EUA, o país passou a configurar como prioridade nos projetos de extensão da OTAN para a antiga URSS, principalmente devido a sua localização geográfica e situação demográfica, sendo de grande importância estratégica para os EUA evitar que o país permanecesse sob influência russa. Uma proposta chegou a ser feita pelo presidente estadunidense, quando de sua visita a Kiev em 1994, para que o país participasse do programa de adesão promovido pelo Ministério da Defesa do EUA, porém não chegou a avançar devido à atitude conciliatória do presidente Kuchma, que buscava manter relações tanto com os EUA, quanto com a Rússia (CLINTON, 1994).

Essa oferta de integração da Ucrânia à OTAN gerou oposição russa, principalmente em relação ao controle da península da Crimeia, mas principalmente da base de Sebastopol, a qual era considerada como uma cidade russa pelos setores nacionalistas, que desejavam que a Rússia recuperasse jurisdição sobre ela. Outra questão era o fornecimento de gás natural pela Gazprom, de quem a Ucrânia tinha grande dependência.

Figura 5: Evolução das fronteiras da Ucrânia até 1954



Fonte: Moniz Bandeira (2016)

4.2 A REVOLUÇÃO LARANJA (2004)

O escândalo conhecido como “Kushmagate”, que abordava as ligações do presidente com o assassinato do jornalista Georgiy Gongadze, gerou uma longa crise, a qual abalou seriamente a imagem do presidente. Iniciada em 2000, essa crise fez com que a oposição ganhasse metade dos assentos para a Rada já em 2002. O controle de Kuchma sobre a mídia era fraco, se resumindo ao controle dos canais estatais, enquanto a oposição se utilizava não só da internet, mas nos aparatos de mídia privados, tanto impressos quanto televisivos, contribuindo para o desgaste de sua imagem (MONIZ BANDEIRA, 2013; COPSEY, 2010).

Outro ponto importante foi a estratégia desordenada de Kuchma para as eleições de 2004, pois ele não descartou concorrer até aquele ano e, após desistir, seu apoio a Yanukovich ocorre de maneira fraca, permitindo que a Revolução Laranja tomasse a iniciativa. Se Kuchma tivesse unido toda a oligarquia em torno da candidatura de Yanukovich, dificilmente haveria espaço para a revolução (COPSEY, 2010).

Da mesma forma que na Geórgia, embora existissem profundas razões para o descontentamento popular, o movimento foi desencadeado por ativistas, militantes de ONGs financiadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, através de organizações como Freedom House, Poland-America-Ukraine Cooperation Initiative, USAID e National Endowment for Democracy, que sustentaram a campanha de Viktor Yushchenko. Outra semelhança com o processo georgiano foi a importância da mídia, aqui do canal 5 e do Pravda Ukraine, jornal digital fundado e operado diretamente dos EUA. Ambos tiveram importância decisiva no encorajamento da Revolução Laranja (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Todos os principais opositores que participariam da Revolução Laranja haviam participado da administração de Kuchma, incluindo Viktor Yushchenko (que fora primeiro-ministro) e Yulia Tymoshenko (que fora vice primeira-ministra). Até então, durante as presidências de Kravchuk e Kuchma, a oposição era sempre cooptada pelo governo, neutralizando sua atuação (COPSEY, 2010).

A Revolução Laranja teve como objetivo anular o resultado da eleição, cujo vencedor havia sido Yanukovich, e levar ao poder seu adversário Viktor Yushchenko, o qual possuía visões pró-ocidente e era contrário aos acordos com a Rússia sobre a base de Sebastopol e o fornecimento de gás natural. Ele também tinha o objetivo de integrar o país à OTAN, à UE e a outras instituições ocidentais, refletindo a visão de diversas ONGs que o apoiavam e modificando o padrão de atuação do país desde os anos 1990, pois sempre se buscara uma integração à UE que não alienasse a Rússia, seu maior parceiro comercial (LANE, 2016). Conforme noticiado pela Associated Press, o governo Bush, em 2003 e 2004, havia gastado mais de 65 milhões de dólares com organizações ucranianas, além de pagar inclusive pela viagem de Yushchenko aos EUA (MONIZ BANDEIRA, 2013; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Um dos pontos mais abordados pelo Ocidente seria o de que a Rússia teria investido centenas de milhões de dólares na campanha de Yanukovich, o que não seria verdadeiro. Provavelmente houve financiamento russo para o candidato, mas os números teriam ficado em torno de algumas dezenas de milhões de dólares (MONIZ BANDEIRA, 2013; COPSEY, 2010).

Nos dias seguintes às eleições, dezenas de milhares de manifestantes vestidos com a cor laranja (cor da campanha de Yushchenko) saíram às ruas demandando eleições livres e a declaração de Yushchenko como verdadeiro vencedor. Os protestos tiveram início em Kiev, localizando-se na frente do parlamento e na praça Maidan, mas rapidamente espalharam-se

por outras cidades. As tentativas de resposta por parte dos apoiadores de Yanukovich ocorriam principalmente no sul e no leste do país, mas não foram muito expressivas (MARINHEIRO, 2015)

Logo após assumir o governo, Yushchenko recebeu o John F. Kennedy Profile in Courage Award, da John Kennedy Library Fund, pelo seu papel na Revolução Laranja. Além disso, seu primeiro e principal projeto do presidente foi construir novo oleoduto, ligando o Mar Cáspio, através da Ucrânia, à Polônia, o que reduziria a dependência do país em relação a Rússia (MONIZ BANDEIRA, 2013).

No ano seguinte, foi a vez do Quirguistão seguir o exemplo da Geórgia e da Ucrânia, ocorrendo no país a Revolução Tulipa. Mais uma vez, podem ser observadas táticas semelhantes às aplicadas nas outras revoluções, que pareciam ter saído diretamente do manual “Da Ditadura à Democracia”, o qual fora escrito por Gene Sharp e utilizado na Sérvia, na Ucrânia, na Geórgia e em outros países, podendo ser encontrado disponível na internet em vários idiomas.

Apesar de ter sido eleito em janeiro de 2005, na esteira da revolução, o governo Yushchenko não atingiu os resultados esperados pela população, fazendo com que nas eleições seguintes, em fevereiro de 2010, Viktor Yanukovich fosse eleito novamente, derrotando Yulia Tymoshenko, uma das líderes da Revolução Laranja. Já em abril do mesmo ano, o presidente ucraniano assinou um acordo referente à base de Sebastopol com o presidente russo Dmitry Medvedev. Esse acordo prolongava o controle russo da base até 2042, estabelecia que os russos deveriam investir no desenvolvimento de Sebastopol (econômico e social) e atualizava os termos sobre o fornecimento de gás, que agora seria vendido a um preço 30% abaixo do valor de mercado (MONIZ BANDEIRA, 2016; MARINHEIRO, 2015).

O acordo anterior fora alvo de diversos ataques pelo governo de Yushchenko, que tentara cumprir sua promessa de acabar com ele por, segundo ele, representar uma violação da soberania ucraniana e representar um fator com potencial de desestabilizar toda a Crimeia, principalmente pela população da região ser de maioria russa. Quando do estabelecimento do acordo de 2010, houve protestos de alguns grupos, por esse representar uma aparente superação da Revolução Laranja (HERMANT, 2010).

Mesmo antes da crise econômica mundial de 2008/2009, a economia ucraniana já se encontrava em um estado calamitoso: o nível de renda no país era o mais baixo da Europa,

cerca de 100 oligarcas controlavam entre 80% e 85% das riquezas do país, cerca de 25% da população vivia abaixo da linha da pobreza, além de possuir altos níveis de desemprego e de desnutrição. Em 2009, a situação se agrava pela contração de 15% do PIB e, em 2010, o FMI promete a concessão de um empréstimo no valor de 15 bilhões de dólares, somente para voltar atrás no ano seguinte, pois o presidente Yanukovich não conseguira cumprir com as drásticas exigências para sua obtenção (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Os ucranianos, principalmente os jovens, viam na União Europeia uma possibilidade de modificar essa realidade, aumentando a prosperidade do país. Porém, Yuschenko não foi capaz de conduzir a política externa do país de maneira a equilibrar as relações com Ocidente e Rússia, fazendo com que os EUA deixassem de apoiar o país. A partir disso, o foco do presidente passou a se concentrar na instabilidade interna e na solução dos problemas econômicos, no que também falhou (MARINHEIRO, 2015).

4.3 O GOLPE, A INCORPORAÇÃO DA CRIMEIA E A GUERRA CIVIL NO LESTE

Até a crise de 2008, a situação política do país era coordenada através de acordos com a oligarquia, porém esse sistema se tornou defasado com a crise e seu prolongamento. Além disso, os EUA passaram a ter uma política externa mais agressiva, sendo incapazes de auxiliar outros países a saírem da crise e buscando fornecer às suas empresas controle direto dos recursos dos países dependentes (KAGARLITSKY, 2016; DESAI, FREEMAN, KAGARLITSKY, 2016).

A crise que levou ao golpe teve início quando, em novembro de 2013, foi firmado o European Union Association Agreement, o qual já vinha sendo negociado com a UE desde o governo anterior. Porém, no mês anterior, o governo Putin havia elevado as tarifas aduaneiras para a importação dos produtos ucranianos, o que fez com que as exportações do país caíssem 25%. Além disso, foi cobrada a dívida ucraniana em relação ao suprimento de gás (que já alcançava o valor de 1 bilhão de dólares) e ocorreram ameaças de aumento no valor do combustível (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Sendo assim, se a Ucrânia entrasse na UE incorreria em um prejuízo imenso em seus negócios com a Rússia, pois o país teria de encerrar o tratamento preferencial dado aos produtos ucranianos no acesso aos seus mercados. A proposta de Bruxelas previa a redução das exportações para a Rússia, as quais seriam direcionadas para a UE, porém os benefícios que a Ucrânia poderia ter ao realizar esse redirecionamento não compensavam a perdas dos descontos no preço do gás natural. Além disso, a UE não seria o suficiente para solucionar os

problemas econômicos da Ucrânia, principalmente os de sua indústria bélica, a qual sofrera um grande impacto com o prolongamento da crise financeira mundial, além de ter como seus maiores clientes China, Rússia e Tailândia (MONIZ BANDEIRA, 2016; KAGARLITSKY, 2016).

A adesão à UE ocasionaria o fechamento de diversas fábricas, ou então sua compra por empresas europeias, principalmente devido ao alto preço da energia que era exigido pelo FMI e pela grande competição que sofreriam. Havia também a preocupação que as grandes empresas do ramo de agricultura do Ocidente arruinariam os pequenos produtores ucranianos, gerando mais desemprego. Por fim, seriam necessários ainda grandes gastos para a adequação das instituições e leis do país com o desenho institucional da UE, além de profundos cortes no orçamento, aumento de impostos e aumento da tarifa do gás. Em troca, a UE só oferecia o fim das barreiras alfandegárias e investimentos na forma de compra das empresas locais, não estando disposta a arcar com a recuperação da economia do país (KAGARLITSKY, 2016; LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Tendo isso em conta, no dia 21 de novembro de 2013, o presidente ucraniano assinou uma ordem que suspendia as negociações com a UE, decisão que se manteve apesar da pressão contrária de alguns oligarcas. O presidente pretendia voltar o país para a União Econômica Eurasiana, da qual faziam parte Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão. A organização vinha sendo alvo de propaganda ocidental, que acusava os países membros de estarem tentando reconstruir a URSS, o que não era verdadeiro (KAGARLITSKY, 2016. LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

No dia 17 de dezembro, Yanukovich se encontrou com Putin em Moscou, onde lhe foi oferecido um acordo que estabelecia um empréstimo de 15 bilhões de dólares da Rússia para a Ucrânia, com 3 bilhões tendo sido antecipados pelo presidente russo, além da redução do preço do gás para um terço do preço vigente no mercado mundial naquele momento. Contudo, isso levou à volta das manifestações contra o presidente, que haviam se iniciado quando da suspensão da assinatura do acordo com a UE. Naquele momento já haviam ocorrido, inclusive, as primeiras denúncias por parte de parlamentares de que instrutores a serviço da embaixada dos EUA buscavam se utilizar da mídia moderna para manipular a opinião pública e incitar a revolta contra a ordem vigente (LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Essa manipulação ocorria através das ONGs, as quais vinham crescendo desde 1990 e eram utilizadas em diversos países para efetuar a prática de *regime change*. A estratégia

utilizada era a de apoiar grupos ucranianos que buscassem uma agenda política que favorecesse o ocidente, enquanto pressionavam o governo local em todos os níveis, o que gerou um efeito extremamente desestabilizador na Ucrânia (CHENGYI, 2017). Victoria Nuland, secretária-assistente de Estado dos EUA para a Europa e Assuntos da Eurásia acabou por admitir em entrevista, datada de 13 de dezembro de 2013, que os EUA haviam investido cerca de 5 bilhões de dólares somente na Ucrânia. O financiamento dessas ONGs ocorria através de diversos programas como o Global Undergraduate Exchange Program (Global UGRAD), programas da OpenUkraine Foundation, o National Endowment for Democracy (NED) e outros patrocinados pela USAID (MONIZ BANDEIRA, 2016; MEARSHEIMER, 2014).

Os objetivos estratégicos dos EUA se alinharam com objetivos econômicos locais para alimentar o movimento contra Yanukovich. Essas questões econômicas eram relativas principalmente à perspectiva de aumento dos lucros no setor agrícola e à exploração de reservas de gás de xisto. Essas reservas eram vistas por setores de Kiev como primordiais para quebrar a dependência do país de Rússia, Irã e Qatar, países que possuíam as maiores reservas de gás do mundo. Além disso, empresas petrolíferas dos EUA e da UE já demonstravam seu interesse na exploração dessas reservas a algum tempo (REUTERS, 2014; TASS, 2014; VIABLE OPPOSITION, 2014; UNCONVENTIONAL GAS IN UKRAINE, 2013; U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2013;).

Em 2013, a empresa Royal Dutch-Shell firmara um acordo com a empresa ucraniana Nadra Yuzivska para a exploração de reservas localizadas na região de Dombass, entre as cidades de Kharkov e Donetsk, apesar dos protestos da população local. No mesmo ano, a empresa ucraniana assinou outro acordo, dessa vez com a Chevron, para o desenvolvimento da produção de óleo e gás no oeste do país, na região de Oleska. Por fim, estavam sendo realizadas ainda tratativas para mais um acordo com a Exxon Mobil e a Royal Dutch-Shell para que essas empresas realizassem investimentos na Crimeia para a produção de gás de xisto, e outro com a empresa italiana ENI para a produção não tradicional de hidrocarbonetos no Mar Negro (MATLACK, 2014; OLEARCHYK; MEYER, 2014; ORCUTT, 2014; PARRY, 2014; REED; KRAMERNOV, 2013).

Apesar desses contratos, haveria o temor em Washington de que o presidente ucraniano aderisse à União Econômica Eurasiana e que, a partir disso, os recursos energéticos ucranianos acabassem sobre controle da empresa russa Gazprom, que controlava cerca de um

quinto das reservas de gás mundiais. Sendo assim, o golpe contra o presidente Yanukovich já estava sendo preparado fazia algum tempo (PARRY, 2014).

Segundo Moniz Bandeira (2016),

“A adesão à União Europeia, a possibilitar o avanço da OTAN até a Ucrânia, tenderia destarte a romper todo o equilíbrio geopolítico da Eurásia, uma vasta região terrestre e fluvial, até o Oriente Médio, que abrangia os estreitos de Bósforo e Dardanelos, deveras valiosos para as comunicações do Mar Negro e de importantes zonas energéticas (gás e petróleo) com o Mar Mediterrâneo, cujo controle e completo domínio os Estados Unidos aspiravam a conquistar. O presidente Vladimir Putin sempre se manifestou disposto a não tolerar que a OTAN estendesse sua máquina de guerra às fronteiras da Rússia, a ameaçar-lhe a posição estratégica, nem o estacionamento do escudo antimíssil nos territórios da Polônia e da República Tcheca. (...)Os objetivos geoestratégicos dos Estados Unidos, *inter alia*, consistiam, portanto, no estabelecimento de governos submissos, em Damasco e Kiev, a fim de remover as bases russas, na Síria, e em Sevastopol, no Mar Negro, que se interligavam e asseguravam à Rússia o acesso às águas quentes do Mediterrâneo e ao Oceano Atlântico.” (MONIZ BANDEIRA, 2016, pg. 329)

Por essa razão, logo após o início das manifestações na Ucrânia, os senadores estadunidenses John McCain (republicano) e Christopher Murphy (democrata) foram até o país, se colocando junto aos manifestantes e declarando que os EUA iriam apoiar o povo ucraniano. Também se deslocou para lá Victoria Nuland, que, além de encontros com o presidente, a quem tentou dar ordens, também se encontrou com representantes dos partidos e organizações que organizavam os protestos e distribuiu comida para os presentes na praça Maidan. Posteriormente, também foram vazados áudios da mesma discutindo possíveis nomes para a substituição de Yanukovich após o golpe, que no momento da gravação ainda não se efetivara (LEUPP, 2020).

Apesar de as demonstrações contarem com diversos setores de uma população cansada da estagnação e da pobreza, os líderes do movimento, em sua maioria, se destacavam por suas tendências anti-Rússia, xenofóbicas, racistas e antissemitas, sendo integrantes de grupos de extrema direita como o Svoboda e o Setor de Direita (Pravyi Sector), além de alguns trajarem uniformes da SS Galitzia, divisão que lutara com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Esses setores e suas milícias andavam fortemente armados, inclusive realizando patrulhas pela cidade (SHAPINOV, 2015; TARTAKOVSKY, 2015).

Foram esses grupos armados que, em primeiro de dezembro de 2013, após violentas manifestações, atacaram e ocuparam prédios do governo, além de terem erguido barricadas com pneus incendiados, destruírem monumentos do período socialista e agredido jornalistas que realizavam a cobertura da situação. Por fim, a sede do Partido Comunista da Ucrânia foi invadida e bandeiras neonazistas foram hasteadas, criando um clima de terror (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Em 20 de fevereiro de 2014, Ministros das Relações Exteriores de França, Polônia e Alemanha foram à Kiev tentar mediar um acordo entre o presidente e os líderes da oposição. O acordo proposto previa a formação de um governo de unidade nacional, a realização de eleições para a presidência e o Parlamento e a restauração da Constituição de 2004. Porém, logo após o fim das negociações na noite daquele mesmo dia, o líder neonazista do Setor de Direita disse que não aceitaria nenhum acordo e que derrubaria o presidente. Tiveram início confrontos sangrentos, ocorrendo um massacre de manifestantes e policiais, a partir da ação de *snipers* postados nas janelas do Conservatório de Música. Posteriormente, se revelaria que eles seriam integrantes do Setor de Direita, buscando responsabilizar as forças do governo e aumentar a revolta da população, possibilitando o golpe de Estado (LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016; POMERANZ, 2014).

Assim, após ocuparem diversos órgãos públicos, os grupos neonazistas invadiram o Parlamento, na noite do dia 21 para o dia 22 de fevereiro. O presidente foi obrigado a fugir de Kiev para não ser assassinado, indo primeiro para Kharkhov (seu reduto eleitoral) e depois para a Rússia (POMERANZ, 2014; MEARSHEIMER, 2014).

O banqueiro Arseniy Yatsenyuk, coincidentemente também presidente da OpenUkraine Foundation, autoproclamou-se primeiro-ministro, passando a colocar os neonazistas em diversas posições do governo. Os golpistas foram logo reconhecidos pelo presidente dos EUA, Barack Obama, e, já em 21 de março, realizou-se a assinatura do acordo com a União Europeia, apesar de a remoção Yanukovich ser ilegal (LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

A militância de extrema direita ucraniana contava com quadros oriundos principalmente do oeste do país, onde havia pouca indústria e oportunidades de trabalho eram raras para os jovens, tornando a região dependente dos envios que faziam os migrantes e o governo central. Enquanto isso a indústria do leste se manteve e o governo central era bastante dependente de seus recursos, principalmente para enviar ao oeste do país. As divisões

étnicas sempre estiveram acompanhadas de divisões econômicas (KAGARLITSKY, 2016). Imediatamente após tomarem o poder, em 23 de fevereiro o russo foi banido como língua oficial do país, gerando revolta nas populações das regiões da Crimeia e de Donbass, de maioria russa (KAGARLITSKY, 2016; POMERANZ, 2014).

Ao comentar sobre o conflito, Sergei Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Rússia, citou os ocorridos no Oriente Médio e na África, que levaram ao recrudescimento do terrorismo e ao surgimento do Daesh, colocando que a situação na Ucrânia ocorrera a partir de pressão externa que buscava fazer com que o país se submetesse ao Ocidente, dando início a mais uma campanha de desestabilização, que tinha como objetivo a derrubada do regime (GEODAKYAN, 2014).

Na Crimeia, o desenrolar dos acontecimentos fez com que o Parlamento regional convocasse um referendo e, no dia 16 de março daquele ano, 83,1% dos votantes se dirigiram às urnas para aprovar com 96,77% dos votos a reincorporação da península à Rússia. Cerca de 15 mil soldados e marinheiros russos já se encontravam em Sebastopol (menos do que os 25 mil autorizados pelo acordo de utilização da base) e um número incerto foi enviado à região após o referendo para defender a península do ataque de Kiev (KAGARLITSKY, 2016).

O controle russo sobre a península ocorreu de forma pacífica antes do referendo, e, em uma conferência de imprensa, presidente Putin defendeu a incorporação da península como um reflexo da situação em Kiev, onde ocorrera a derrubada do presidente legítimo por um grupo de forças reacionárias e nacionalistas, que ameaçavam a vida dos russos e outras populações presentes na região; também teria ocorrido uma solicitação por parte do presidente legítimo para que fossem protegidas as vidas, liberdade e a saúde dos cidadãos ucranianos. Além do temor que os acontecimentos da Ucrânia fossem o ponto de partida para que o mesmo ocorresse na Rússia, o apoio ocidental ao golpe foi visto como uma tentativa de reorientar a política externa e de segurança do país para isolar a Rússia (KARAGIANNIS, 2014; MEARSHEIMER, 2014)

Assim, a Rússia acabou retomando o controle do estreito de Kerch, importante rota entre o Mar Negro e o Mar de Azov, e do canal Kerch-Yenikalskiy, por onde era possível fazer circular grandes navios entre os dois mares, além do estuário do Volga, o que permitia o acesso também ao Mar Cáspio. Pela região circulavam produtos agrícolas, metais e energia russos e agora seria possível que explorassem as reservas de petróleo e gás natural do Mar Negro e do Mar de Azov (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O governo neonazista da Ucrânia teve sua posição bastante enfraquecida, pois, caso tentasse invadir a península, entraria em um confronto direto com a Rússia, que poderia atacar o país em três frentes, sendo certa sua derrota. Ainda houve a perda do acesso físico às fontes de energia da região; do acesso à infraestrutura da região como o Aeroporto Internacional de Simferopol; das rotas de linhas aéreas; do turismo; e do acesso ao porto de Ialta. Também foram privados das empresas existentes na região que foram estatizadas pelo parlamento da Crimeia, juntamente com os gasodutos e os campos de Skifska e Foroska (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Os EUA e a UE protestaram contra a integração da Crimeia à Rússia, acusando o país de violar o princípio da integridade territorial. Porém, nada puderam fazer além de decretarem sucessivas sanções econômicas contra a Rússia e a algumas personalidades do governo e ligadas a ele, além de emitirem a Declaração de Haia, em 24 de março, denunciando a integração. Houve também uma grande desvalorização do rublo no mercado internacional, além de uma grande queda no preço do petróleo, a qual especula-se que teria resultado de uma manobra dos EUA junto à Arábia Saudita para desestabilizar a economia de seus adversários, principalmente Irã, Rússia e Venezuela, importantes exportadores de petróleo (MONIZ BANDEIRA, 2016; POMERANZ, 2014).

Apesar das acusações de interferência russa por parte do ocidente, não há indícios, tanto antes como após o golpe, de que a Rússia tentava desestabilizar a Ucrânia. A instabilidade veio pelas ações dos insurgentes que derrubaram o presidente eleito, contando com a ajuda dos EUA e levando o país para uma guerra civil. O histórico de intervenções pertencia ao ocidente, que criara situações de instabilidade e invadira diversos países como: Kosovo, Iraque, Líbia e Afeganistão, sob o pretexto de estabelecer "democracias" (KAGARLITSKY, 2016; LANE, 2016).

Sendo o comércio entre EUA e Rússia bastante limitado, os primeiros puderam aplicar as sanções econômicas sem maiores dificuldades, porém, isso não se aplicava à UE, que tinha o mercado russo como o principal destino de suas exportações agrícolas. Os países do bloco sofreram grandes perdas quando o Presidente Putin assinou um decreto que suspendia por um ano as importações dos mais diversos produtos oriundos da UE, principalmente os alimentícios. Esse decreto suspendia também as importações de produtos da Austrália, Canadá, Japão e Noruega, todos aliados dos EUA (MEARSHEIMER, 2014).

Tanto o Presidente Vladimir Putin quanto o Ministro das Relações Exteriores Sergei Lavrov denunciaram a interferência dos EUA nos assuntos internos da Ucrânia, orquestrando o golpe e apoiando os grupos neonazistas (LAVROV, 2015; METZEL, 2015). Ao mesmo tempo, as quatro missões enviadas pelo Ocidente à Ucrânia, que contaram com a participação de representantes de diversos países, não encontraram sinais de atividades militares russas ou preparativos russos para uma agressão, fortalecendo o papel do país na defesa de uma solução diplomática negociada para a crise e seu discurso de respeito à integridade territorial da Ucrânia (KAGARLITSKY, 2016; POMERANZ, 2014).

Apesar do sucesso do golpe, os manifestantes de Kiev não representavam a maioria da população ucraniana, principalmente no que se trata das províncias do leste, as quais abrigavam cerca de 7 milhões de pessoas e representavam quase 30% do PIB do país. Após o golpe e a promulgação das leis contra a população de origem russa, as províncias de Donbass, principalmente Donetsk, Kharkov e Lugansk, não reconheceram a legitimidade da junta de extrema direita e se rebelaram, exigindo a realização de referendos sobre a autonomia da região, a federalização da Ucrânia, maior integração com a Rússia e a renúncia das autoridades golpistas de Kiev (LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Essas províncias não eram ligadas à Rússia apenas pela questão étnica, mas principalmente por questões econômicas, pois o país era o maior mercado de suas exportações e de onde provinham cerca de 32% de suas importações, principalmente gás natural. As indústrias de defesa e espacial, além das outras que forneciam insumos para elas, eram dependentes das compras das Forças Armadas Russas, para quem produziam tanques, helicópteros, mísseis balísticos e outros materiais bélicos (SEIFFERT; 2014; INFOPLEASE, 2020; BLOOMBERG VISUAL DATA, 2020).

Os insurgentes de Donbass ocuparam o quartel-general do Serviço de Segurança e da Guarda Nacional e realizaram, em 7 de abril de 2014, uma sessão do Conselho Regional, onde votaram de forma unânime pela declaração de independência da região, denominada como República Popular de Donetsk, e solicitando o apoio da Rússia. Alguns dias depois, o mesmo ocorre em Lugansk, onde é proclamada a República Popular de Lugansk. No dia 11 de maio, ocorrem referendos nas regiões, aprovando com ampla maioria o direito à independência e à autodeterminação (KAGARLITSKY, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Fator importante nessa fase ocorreu em 2 de maio, quando civis foram massacrados em Odessa, gerando uma mudança na atuação russa perante o conflito, fazendo com que

houvesse um apoio maior às repúblicas separatistas (POMERANZ, 2014). Cerca de 40 pessoas foram mortas e muitas outras feridas, quando foi ateadado fogo ao prédio do sindicato, onde estavam diversos trabalhadores e manifestantes antifascistas (KAGARLITSKY, 2016).

Em resposta, a Rússia concentrou entre 12 mil e 20 mil soldados na fronteira com essas regiões, porém, o presidente Putin evitou intervir no conflito e não reconheceu a independência das duas repúblicas para não aprofundar os conflitos com o Ocidente (inclusive recomendando que os referendos não fossem realizados), mas também não deixou os separatistas à mercê de Kiev, defendendo como solução para a crise a federalização da Ucrânia e a autonomia das províncias. O presidente russo também não paralisou as exportações de gás tanto para a UE quanto para a Ucrânia (apesar de não ter havido o pagamento das dívidas com a Gazprom) (KAGARLITSKY, 2016; CROWLEY, 2015; SUTYAGIN, 2015; PUTIN, 2014; BBC, 2014).

O governo de Kiev denunciou os rebeldes como terroristas e lançou uma ofensiva contra a região, a qual foi liderada pelas tropas do Exército da Ucrânia, mas contava com a presença das milícias neonazistas, principalmente do Setor de Direita, de efetivos do Serviço de Segurança do país e de mercenários estrangeiros e ucranianos que voltavam da luta contra Bashar al-Assad na Síria. Já em março era denunciada a presença de mercenários estrangeiros no país, informação inicialmente desmentida pelas empresas envolvidas, mas depois confirmada pelo serviço de inteligência alemão (LANE, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

Eleições para o governo da Ucrânia foram realizadas em 25 de maio de 2014, sendo vencidas pelo oligarca Petro Poroshenko, que recebeu 54,7% dos votos, e legitimando o golpe. As votações se limitaram praticamente às províncias do oeste e do centro do país, devido ao conflito em andamento nas demais e à secessão da Crimeia. Poroshenko é um oligarca proprietário de dois estaleiros (um deles localizado no sudoeste da Crimeia), cinco estações de TV, do Banco Internacional de Investimentos, de um conglomerado agrário, entre outras empresas e, assim como os demais oligarcas, sofreu grandes perdas com o conflito que se seguiu ao golpe e com o fechamento do mercado russo (CHOURSINA; VERBYANY; SAZONO, 2015; PIVEN; WILLERS, 2014; KUDELIA, 2014; WALKER; LUHN, 2014).

As eleições foram monitoradas pela OSCE e seu resultado foi reconhecido por Putin, o que abriu caminho para a negociação de um novo tratado que substituiria o memorando de Budapeste. O plano de paz apresentado possuía cinco pontos principais em torno dos quais ocorreram as negociações: fim das operações em Donbass, concessão de anistia a todos que

depusessem as armas e não tivessem cometido crimes graves, libertação de prisioneiros, descentralização do governo, proteção da língua russa e reforma da constituição. Porém, o presidente ucraniano não tinha controle da totalidade da Guarda Nacional, o que dificultava o processo (THE GUARDIAN, 2014; THE WASHINGTON POST, 2014).

Os batalhões de voluntário neonazistas haviam sido incorporados à Guarda Nacional após a deserção de diversos de seus membros, que atravessaram a fronteira para a Rússia. O fato de esses combatentes serem mais motivados na luta contra os separatistas por suas visões nacionalistas radicais deu maior independência à Guarda e fez com que o governo central perdesse o controle efetivo sobre ela (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Esses setores intensificaram progressivamente a violência contra as populações do Donbass, bombardeando principalmente residências, escolas e hospitais, em um aparente esforço para eliminar a população civil. Decorreu disso o fato de a esmagadora maioria dos combatentes separatistas serem moradores da região e, ao contrário do que alegavam os EUA, somente no segundo semestre de 2014 combatentes oriundos de outros países passaram a participar junto a eles. A atuação russa, amplamente condenada pelo Ocidente, foi motivo de desapontamento para os combatentes, tendo sido muito menor do que esperavam, com Moscou se recusando a ampliar o suprimento de armas pesadas, não enviando soldados (apenas voluntários russos se juntaram às tropas separatistas) e recomendando o diálogo com o governo de Kiev (LANE, 2016; KIRICHUCK, 2014; BLUMENTHAL, 2014).

O acordo comercial com a UE foi assinado em 27 de junho e o cessar-fogo assinado recentemente durou poucos dias. No final de junho tiveram início os ataques às regiões do leste por parte da Guarda Nacional, contando inclusive com artilharia pesada e ataques aéreos e tendo como foco novamente as áreas civis, devastando diversas vilas e cidades. Grande parte dos serviços públicos como água, eletricidade, esgoto, ferrovias e a infraestrutura n geral foi atingida pelos bombardeios, que buscavam a rendição dos insurgentes (OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS, 2014; RT, 2014).

Devido a essa situação, segundo o Ministro Lavrov, em junho de 2014 já chegava a um milhão o número de habitantes da região que haviam se refugiado na Rússia. Em junho e julho, as tropas de Kiev obtiveram vitórias e conseguiram circundar parte da região, separando-a da Rússia e iniciando um bloqueio total que piorou ainda mais as condições dos habitantes (AVERIN, 2015).

A situação nas cidades isoladas passou a ser de catástrofe humanitária, ao mesmo tempo em que as unidades da Guarda Nacional começavam a sofrer algumas derrotas e deserções. No dia 17 de julho de 2014, quando os combates em Donbass recomeçavam e os insurgentes obtinham algumas vitórias, houve a queda na região de Donetsk do Boeing 777-2H6ER, da Malaysian Airlines, matando todos os 298 passageiros e 15 tripulantes a bordo. Logo as autoridades de Kiev, os EUA e a UE culpam os rebeldes e a Rússia pela queda do voo, o qual teria sido abatido com um míssil (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Com o vazamento do relatório de investigação feito por um grupo de especialistas em segurança de aviação, soube-se que o Boeing MH17 teria sido atingido por um míssil de fabricação russa, disparado por um MiG-29 ou SU-25. Porém, o equipamento utilizado só poderia ter sido disparado pelas forças de Kiev presentes na região, visto que os insurgentes não possuíam acesso tanto à força aérea, quanto à artilharia e aos radares necessários e as Forças Armadas da Rússia já não utilizavam o míssil e a ogiva em questão, que inclusive estavam fora de produção desde 1999 (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Mesmo assim, os EUA e a UE decidiram culpar a Rússia e aplicaram novas sanções ao país, reforçando o entendimento de que a derrubada do avião seria um instrumento de guerra psicológica, visando desmoralizar o adversário e justificar medidas adotadas. Enquanto isso, a situação da população civil continuava a piorar, fazendo com que os russos decidissem enviar um comboio de 280 caminhões com ajuda humanitária, os quais foram parados pelas brigadas neonazistas com a justificativa de o real objetivo do comboio ser facilitar uma invasão russa. Após pressão de entidades internacionais como a Cruz Vermelha e dos governos de França e Alemanha, Poroshenko permitiu a passagem dos caminhões. A distribuição dos alimentos, roupas, cobertas e medicamentos enviados foi feita com a supervisão da Cruz Vermelha e, desde então, diversos outros comboios foram enviados pelos russos (BACZYNSKA, 2015; LUHN; HARDING, 2014A; LUHN; HARDING, 2014B; MACFARQUHAR, 2014).

No dia 3 de setembro de 2014, o presidente Putin fez uma proposta para terminar o conflito no leste ucraniano, sendo o passo inicial conversas diretas entre as autoridades de Kiev e representantes das repúblicas de Donetsk e Lugansk. A proposta das conversas foi aceita e tiveram início no dia 5 de setembro em Minsk, na Bielorrússia, contando com a participação, além das partes já mencionadas, da Rússia e de um representante da OSCE. Ao fim do encontro ocorreu a aprovação de um protocolo, no qual era estabelecido um cessar-fogo bilateral imediato sob monitoramento da OSCE, retirada dos mercenários do conflito e a retirada da artilharia pesada de uma zona de 30 quilômetros. Além disso, o governo ucraniano

deveria estabelecer na constituição o direito à autodeterminação das repúblicas (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O cessar-fogo durou cerca de dez dias e as outras cláusulas nem chegaram a ser estabelecidas, não sendo claro se por falta de vontade do governo Poroshenko ou se por falta de controle sob o gabinete do primeiro-ministro e sob a Guarda Nacional. Outro fator que também contribuiu para o fracasso do acordo foi o início de exercícios militares da OTAN na Polônia e nos países bálticos, o que, segundo o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da Rússia, General Gerasimov, elevou as tensões na região à níveis da Guerra Fria (BACZYNSKA, 2015; MAUPIN, 2015).

Ainda em setembro, a Anistia Internacional solicitou ao governo de Kiev que investigasse as denúncias de abusos e execuções de prisioneiros por parte da Guarda Nacional. Esta estava repleta de mercenários fanáticos neonazistas, além de bandidos fugitivos oriundos da Rússia e de outros países, tendo destaque nas denúncias os batalhões Azov e Aidar. As atrocidades descritas eram similares às praticadas pelo Daesh, porém, em 5 de dezembro do mesmo ano, o presidente Poroshenko entregaria uma medalha de reconhecimento de mérito e cidadania ucraniana a Sergei Korotkykh, notório nazista bielorrusso, comandante de um dos batalhões em questão (AMNESTY INTERNATIONAL, 2014).

Os desdobramentos do conflito na Ucrânia fizeram com que, em 26 de dezembro de 2014 (após a Rada ucraniana aprovar o fim da neutralidade do país) o presidente Putin desse início à revisão da doutrina militar russa. A nova versão não só apontava a expansão da OTAN até as fronteiras do país como principal ameaça, mas trazia também a utilização de meios não militares, principalmente movimentos com financiamento do exterior. O caráter defensivo da doutrina russa se manteve, colocando que a ação militar só deveria ser utilizada após serem esgotadas todas as outras opções (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Enquanto o processo de paz ucraniano era discutido por Alemanha, França, Rússia e Ucrânia, a OTAN anunciou a concessão de um pacote de medidas que envolviam defesa cibernética, logística, tratamento de feridos, comando e controle das comunicações e a doação de 15 milhões de dólares à Ucrânia. Entretanto, membros da aliança já enviavam armamentos e outros tipos de auxílio ao país muito antes dessa data, porém de forma ilegal (THE TELEGRAPH, 2015).

Entre 12 e 17 de fevereiro de 2015, as tropas de Kiev sofreram muitas baixas em batalhas pelo controle do centro rodoviário e ferroviário de Debaltseve, localizada junto à fronteira russa e que passou para o controle dos rebeldes. O número de mortos é incerto, pois houve discrepâncias nos números fornecidos pelas autoridades do governo Poroshenko. A OTAN, junto com o governo ucraniano, acusou os rebeldes pelo rompimento da trégua, porém seu líder já havia anunciado que ela não se aplicava a essa cidade. Mesmo assim, a resposta da Washington e da UE foi estabelecer novas sanções contra a Rússia, acusando-a de ter auxiliado os rebeldes (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Ao mesmo tempo, no dia 12 de fevereiro, acontecia um novo encontro em Minsk, onde participaram representantes de Alemanha, França, Rússia e Ucrânia. Nesse encontro foram reafirmados os compromissos assumidos no ano anterior. A reforma da Constituição que estipularia a descentralização do país deveria entrar em vigor no final daquele ano, porém o acordo Minsk 2 nunca foi plenamente adotado. A troca de prisioneiros foi realizada, junto com uma retirada parcial (não total como estipulado) da artilharia pesada, mas o cessar-fogo não foi respeitado por todas as partes, tendo ocorrido diversas violações pela Guarda Nacional (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Outro empecilho para o funcionamento do acordo foi a aprovação, em 24 de março, de uma resolução da Câmara dos Representantes estadunidense que solicitava que o presidente Obama enviasse armamento pesado para o governo em Kiev. Isso já ocorria secretamente através de diversos países membros da OTAN, porém, em abril, foram enviados 300 soldados estadunidenses com a missão de treinar a Guarda Nacional ucraniana (MONIZ BANDEIRA, 2016).

Apesar de todo o esforço ucraniano, o entendimento firmado com a OTAN, em 21 de setembro de 2015, apenas prometia maior cooperação no setor de comunicações estratégicas e o aumento das tropas da OTAN no leste europeu, mas nada além disso. Porém, em 2 de outubro, os chefes de governo de Alemanha, França, Rússia e Ucrânia pareceram ter obtido um compromisso quanto à implementação dos acordos de Minsk. As províncias separatistas adiaram as eleições que estavam programadas para o mês seguinte, mas declararam que o governo Poroshenko deveria implementar os acordos em sua totalidade, garantindo, principalmente, maior autonomia às regiões. Em contrapartida, o presidente afirmou seu compromisso com a trégua, mas disse que a guerra continuaria até que os territórios ucranianos não estivessem mais ocupados (CHASSANY, 2015; EMMOTT, 2015; UKRAINE TODAY WEEKLY DIGEST, 2015; RT, 2014; REUTERS, 2014).

Isso decorreu principalmente do colapso financeiro pelo qual passava o governo, não tendo mais condições de sustentar o conflito, cujos gastos já teriam atingido cerca de 1,5 bilhões de dólares em janeiro de 2015, segundo fontes oficiais. As reformas exigidas pelo FMI e a suspensão das importações de produtos agropecuários oriundos da Ucrânia por parte da Rússia debilitaram enormemente a economia ucraniana, tornando a situação da população ainda mais grave (THE MOSCOW TIMES, 2015).

Mesmo que a votação dos partidos neonazistas não tenha chegado a 10% (quando somados), a direita ultranacionalista manteve sua maioria no parlamento ucraniano nas eleições de 2014 e, já em 23 de dezembro, aboliu o status de não alinhado do país, buscando aprofundar as relações com a OTAN e conseguir preencher os requisitos para o ingresso na aliança. Também foram aprovadas alguns meses depois, leis que promoviam a “descomunização do país”, proibindo a existência do Partido Comunista, equiparando o nazismo ao comunismo, proibindo qualquer menção positiva ao comunismo e à URSS, além de reabilitarem organizações anticomunistas e de extrema direita. Essas leis dividiram ainda mais o país provocaram ainda mais revolta nas populações separatistas (MONIZ BANDEIRA, 2016).

O empréstimo de 3 bilhões de dólares realizado pela Rússia ao governo de Yanukovich, em 2013, aconteceu como um gesto de solidariedade, em um momento no qual o país se encontrava em uma situação difícil, sendo poucos os que realizariam esse empréstimo por conta dos riscos. Nisso ele se contrapõe ao empréstimo feito pelo FMI após o golpe ao governo Poroshenko, no qual foram emprestados 17 bilhões de dólares em violação de diversas regras do Fundo, o qual se limitou a agir como um agente da política externa dos EUA (HUDSON, 2016).

O Ministro das Finanças russo, Siluanov, afirmou que o empréstimo foi realizado a pedido da Ucrânia, como um gesto de amizade, pois as reservas internacionais do país mal eram suficientes para pagar por três meses do que era importado. Mesmo assim, os russos emprestaram três bilhões de dólares a uma taxa de juro de 5%, enquanto os títulos ucranianos rendiam cerca de 12%. Uma cláusula foi adicionada para proteger os interesses russos, garantindo seu direito de solicitar pagamento imediato caso a dívida do país alcançasse 60% do PIB. O empréstimo também foi registrado sob as regras e cortes para credores de Londres, o que lhe dava, em tese, sua proteção, além da proteção do FMI (HUDSON, 2016).

Após o golpe, o novo governo anunciou sua intenção de denunciar a dívida, o que fez com que o FMI modificasse sua cláusula de respeito a débitos interestatais, para apoiar o governo golpista e dificultar a cobrança por parte dos russos. A isso se seguiu, em abril de 2014, o empréstimo de 17 bilhões ao governo ucraniano, oito vezes maior que a quota do país, quando a prática do FMI era de realizar empréstimos de até no máximo o dobro da quota. Em 29 de agosto do mesmo ano, quando Kiev começava a ter reveses na região de Donbass, uma nova parcela do empréstimo foi autorizada pelo FMI, sendo o primeiro para um ator engajado em um conflito (também foi desconsiderada a situação precária da economia ucraniana) (HUDSON, 2016; MONIZ BANDEIRA, 2016).

O empréstimo russo venceu em 20 de dezembro de 2015 e, com a proximidade da data, o presidente russo evitou usar a cláusula do PIB para realizar a cobrança do mesmo, buscando evitar, assim, críticas a nível internacional. Ainda em novembro, o presidente Putin ainda ofereceu a renegociação da dívida e a realização de pagamentos da ordem de 1 bilhão de dólares ao ano, com início em 2016, se o pagamento fosse garantido pelo governo dos EUA, pela UE ou qualquer grande instituição internacional, o que foi recusado por eles. No dia 8 de dezembro, o FMI anunciou a mudança em sua política de não tolerância de atrasos aos credores oficiais, o que, em contrapartida, gerou protestos do governo russo, o qual criticou a decisão por ser tendenciosa. A mudança fora discutida ao longo daquele ano, com o objetivo imediato de prejudicar a cobrança do empréstimo realizado pelos russos, porém, no longo prazo, seu alvo era a China e os empréstimos que realizava para países do sul global, dentro do projeto “Um cinturão, uma rota”, o qual desafiava o controle das corporações ocidentais (HUDSON, 2016).

No dia 18 de dezembro, dois dias antes do vencimento da dívida, a Ministra das Finanças da Ucrânia, Natalie Jaresko, anunciou a intenção do país de não pagar a dívida, alegando que se o fizessem falhariam em cumprir com as obrigações para com o FMI. Em seguida, o primeiro-ministro Arseny Yatsenyuk anunciou sua intenção de atar a reivindicação russa de pagamento à uma contra reivindicação multibilionária pela ocupação russa da Crimeia e intervenção no leste do país, além do não pagamento por parte de empresas estatais de centenas de milhões de dólares aos bancos russos (HUDSON, 2016).

Cerca de um quarto das exportações da Ucrânia provinham da região leste e eram vendidas principalmente para a Rússia. Com a guerra civil e o bombardeio constante da região pelas tropas do governo golpista, a situação econômica se deteriorou rapidamente, com as minas de carvão não possuindo mais eletricidade, as indústrias sendo destruídas e

aproximadamente um milhão de civis tendo deixado a região e migrado para a Rússia. Ainda assim, em 2014, o FMI elogiou o comprometimento do governo com as reformas econômicas. Enquanto isso, o empréstimo realizado era gasto principalmente com despesas militares e utilizado para continuar o ataque às províncias do leste (HUDSON, 2016).

Apesar do forte discurso, as respostas tanto dos EUA quanto da Europa não foram muito além da aplicação de sanções e de restrições a viagens de algumas figuras. Isso ocorre não só pela Ucrânia não ser muito relevante para os interesses dos EUA, mas também pela dependência europeia em relação ao gás natural russo e pelo fato de ambos não serem capazes de limitar a ação russa em seu entorno estratégico (MURRAY, HERRINGTON, 2014; MEARSHEIMER, 2014).

A partir do que foi colocado no presente capítulo podemos observar semelhanças com o caso Georgiano, tanto em relação à atuação da Rússia, quanto ao papel destabilizador dos EUA e da UE. A crise ucraniana representou diversas ameaças para a Rússia, dentre elas: a restrição das escolhas em material de política externa; a ameaça à segurança e à soberania russa; a alteração da ordem estabelecida após o fim da URSS; o incentivo ao nacionalismo (e ao fascismo) ucraniano; e a ameaça à estabilidade interna da Rússia (CHENGYI, 2017).

Principalmente a possibilidade de perda do acesso à Crimeia e a base de Sebastopol, que resultaria não só na fragilização da segurança do país, como também em perdas comerciais importantes, pois resultaria no fim do acesso ao Mar Negro e da projeção direta do país no Mediterrâneo, ambos mares de águas quentes extremamente importantes para o comércio internacional. Também devemos ressaltar que não haveria interesse russo na destabilização e na ocorrência de uma Guerra civil na Ucrânia, visto que o país é importante rota para a venda de recursos energéticos para a Europa. Em face das relações instáveis já existem há algum tempo, teve início a construção do gasoduto Nord Stream 2 na tentativa de diminuir o papel da Ucrânia no comércio russo. Porém o projeto tem enfrentado diversas sanções e dificuldades impostas pelo Ocidente, o que tem atrasado sua conclusão.

5 CONFLITO SÍRIO E A ATUAÇÃO RUSSA

Os dois capítulos anteriores nos mostraram respostas russas a situações similares de instabilidade (ocasionadas por interferência ocidental) em dois países com que faz fronteira. As expansões da UE e da OTAN para esses países representavam uma ameaça direta à Rússia, pois levariam organizações hostis às suas fronteiras. A situação na Síria, apesar de não ocorrer diretamente nas fronteiras russas, apresenta diversas semelhanças com as outras duas, que poderão ser observadas no presente capítulo.

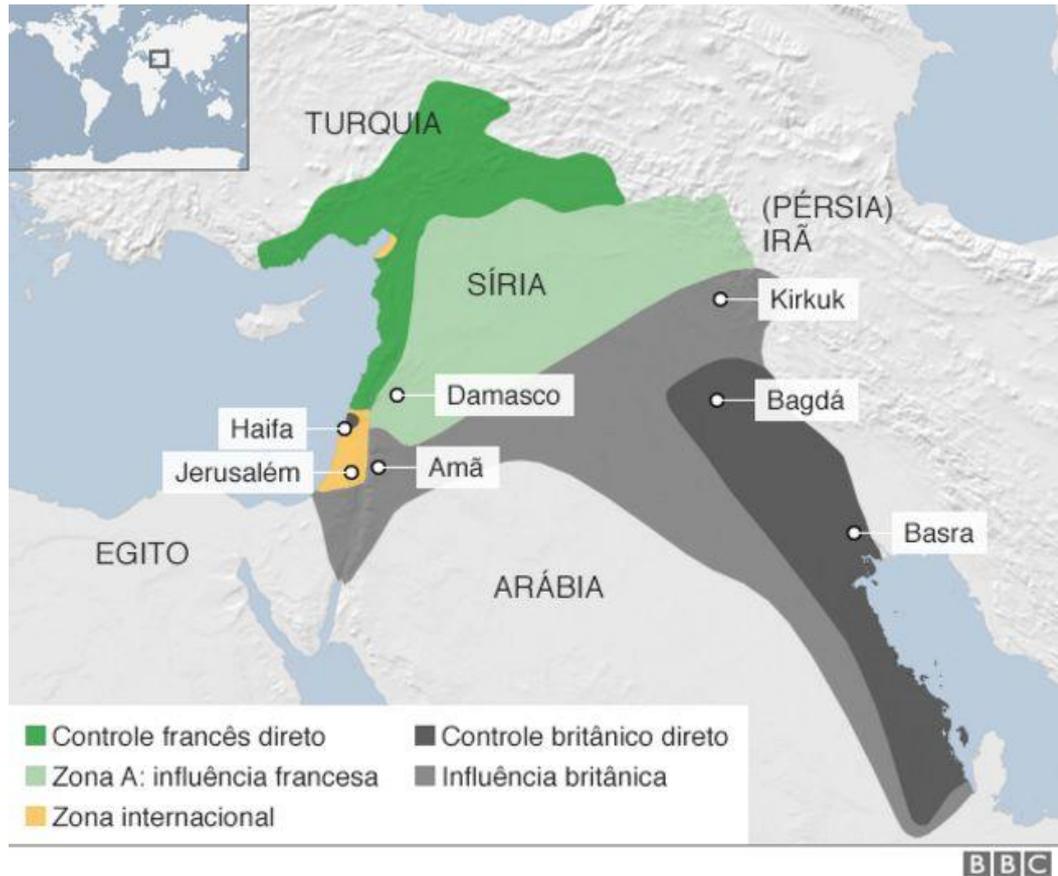
A Síria tem sido um parceiro importante para a Rússia desde a época da URSS e as relações entre ambos se mantiveram amigáveis mesmo durante uma breve retração russa, ocorrida nos anos de 1990 por conta da crise pela qual passava o país. A população síria é estimada em mais de 17 milhões de habitantes e o país faz fronteira com o Líbano, a Turquia, o Iraque, a Jordânia e Israel, além de possuir acesso ao Mar Mediterrâneo.

Neste último capítulo trataremos uma análise da atuação russa na guerra civil da Síria, suas motivações e importância. Para isso, trataremos primeiramente uma breve introdução à história do país desde sua independência das potências colonialistas. Depois, passaremos a um breve histórico das relações com a URSS e com a Rússia. A última seção abordará o conflito em si e a intervenção russa que ocorreu a partir de 2015, a pedido do governo sírio.

5.1 HISTÓRIA DA SÍRIA

Durante a maior parte de sua história, a Síria esteve sob alguma forma de dominação: do século XVI até o final da Primeira Guerra Mundial esteve sob o domínio do Império Otomano, experimentando um breve período de independência quando da derrota desse na PGM. Porém, com a Conferência de San Remo, em 1920, a Síria passa a ser colonizada pelos franceses, conforme ficara definido pelo acordo Sykes-Picot, o qual dividira os territórios otomanos entre os vencedores (PICCOLLI, MACHADO, MONTEIRO, 2016; VISENTINI, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2013; VISENTINI, 2012).

Figura 6 - Acordo de Sykes-Picot



Fonte: BBC (2016)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o país consegue obter a independência em 17 de abril de 1946, porém tem início um período de grande instabilidade e golpes, que só terminará em 1970, com a chegada de Hafez al-Assad ao poder (SOARES, 2018; PICCOLLI, MACHADO, MONTEIRO, 2016; GLASS, 2016; VISENTINI, 2014; MONIZ BANDEIRA, 2013; VISENTINI, 2012). Em 1982, ocorre uma rebelião da Irmandade Muçulmana na cidade de Hama, a qual é derrotada pelas forças governamentais e consolida o governo de al-Assad (GLASS, 2016; ROBICHEAU, 2014).

A liderança de Assad sobre a Síria estabeleceu-se a partir de uma organização estatal estabelecida através de um pacto entre os oficiais de carreira ligados ao partido Baath e os alauítas (ramo do islamismo xiita que representava cerca de 15% da população), além de diversos empresários e grandes comerciantes e outras minorias religiosas. Surgia assim uma estrutura centralizada de poder de caráter moderno e laico, quando comparado aos demais governos da região (SOARES, 2018; PAUTASSO, ADAM, LIMA, 2015; VISENTINI, 2014).

Com a estabilidade no país, tem início um período de desenvolvimento, onde ocorre a adoção de um modelo altamente centrado no setor urbano (em detrimento do campo), que contava com grandes subsídios dos países do Golfo Árabe (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI, 2014). Foram implementadas diversas políticas de subsídios à população, que, além de fornecerem saúde, transporte e educação públicos, também contavam com alimentos, gasolina e combustível para aquecimento a valores reduzidos (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI, 2014).

Em 2000, morre Hafez al-Assad e seu filho, Bashar al-Assad, se torna o novo governante, através de indicação feita pelo partido, a qual foi confirmada por um referendo. Suas promessas de governo centravam-se na promoção de reformas econômicas, incluindo diversos cortes nos subsídios e a adoção de diversas outras políticas neoliberais exigidas pelo FMI, defendidas através do discurso de tornar o país mais atrativo para investimentos externos (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI et al, 2012).

Apesar da melhora que ocorrera nas relações com os EUA depois participação síria na Guerra do Golfo de 1991, em 2003, foram impostas diversas sanções ao Banco Comercial da Síria. As acusações eram de lavagem de dinheiro para o Hamas e o Hezbollah, o que fez com que o país intensificasse seu combate a essa prática e seguisse políticas ocidentais (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI et al, 2012). Um dos fatores que contribuíram para uma rápida resposta do governo sírio foi sua dependência dos rendimentos da exportação de petróleo, que representava cerca de 20% do PIB do país e tinha como importantes destinos Alemanha, França, Itália e Países Baixos (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI et al, 2012). Porém, nada disso impediu que diversas outras sanções fossem aplicadas ao país até 2010, principalmente após o bombardeio de Hafik Hariri no Líbano, em 2005, e da sua inclusão no “Eixo do Mal” dos EUA (ROBICHEAU, 2014; VISENTINI, 2012).

Vale ressaltar que as investigações sobre o bombardeio não chegaram a uma conclusão, o que não impediu o ocidente de acusar a Síria e implementar as sanções, com claro objetivo de sufocar a economia do país. Além desse objetivo não ter sido realizado, a consequente baixa integração do país às estruturas econômicas mundiais fez com que a crise mundial de 2009 não se manifestasse tão fortemente em seu território (ROBICHEAU, 2014).

Deve-se ressaltar que, nesse período, surgiram também a Doutrina Bush e as diversas parcerias com atores da oposição nos mais diversos países, com o discurso de promoção da democracia e combate ao extremismo (MONIZ BANDEIRA, 2013). Mais uma vez, podemos

observar uma atuação baseada na política de mudança de regime e nos escritos de Gene Sharp, os quais já haviam sido aplicados no Líbano em 2005, dando origem à chamada Revolução dos Cedros e à retirada das tropas sírias do país, que ali estavam desde 1976, como consequência da guerra que tivera início no ano anterior (NAIMAN, 2015; MONIZ BANDEIRA, 2013).

Dentre os fatores que podem explicar o interesse estadunidense pela troca do governo por um que lhe fosse subordinado, está a questão das reservas de petróleo da Síria, as quais eram estimadas, em 2010, em 2,5 bilhões de barris e localizavam-se próximo à fronteira com o Iraque. Essa região é estratégica também por suas rotas de transporte de energia e esperava-se ampliar sua integração aos mercados mundiais a partir da construção do Arab Gas Pipeline, em 2008. O governo sírio detém o controle da empresa Syrian Company for Oil Transportation, a qual administra um sistema de oleodutos e gasodutos que levam a produção do país ao porto de Baniyas, localizado próximo de Latakia e Tartus, onde se encontram as bases russas. Essas bases foram estabelecidas durante a URSS e detém grande importância estratégica para ambos os países (MONIZ BANDEIRA, 2013).

5.2 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E SÍRIA

A presença russa na região da Ásia Central data do século XVIII, quando dos conflitos com o Império Otomano ocorridos nos reinados de Pedro, o Grande e Catarina, a Grande (PAUTASSO; ROCHA, 2017; BUSHKOVITCH, 2014). No século seguinte, ocorreram as disputas com os britânicos pelo controle da zona nordeste do Império Otomano e por zonas de influência na Pérsia. (PAUTASSO; ROCHA, 2017; VISENTINI, 2014; VISENTINI, 2012). A partir do avanço colonial das potências europeias na região, ocorreria um enfraquecimento da atuação russa, que só voltaria a estabelecer sua influência após a Segunda Guerra Mundial e o início dos processos de descolonização.

Na década de 1950, o envio de ajuda no campo militar acabou por ser um mecanismo muito importante para a inserção soviética na região do Grande Oriente Médio (POPESCU; SECRIERU, 2018). Ocorre, assim, uma intensificação nas relações sírio-soviéticas, com a assinatura de um pacto de não agressão e do envio de assistência soviética ao país, tanto econômica quanto militar. Considerando as dinâmicas da Guerra Fria, isso tornava a Síria como parte da zona de influência soviética no Oriente Médio, juntamente com países como Líbia, Iêmen do Sul, Iraque e Argélia (POPESCU; SECRIERU, 2018; PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

Com a Guerra dos Seis Dias e a tomada das Colinas de Golã por Israel, em 1967, ocorre um aumento significativo do auxílio soviético à Síria. Na década seguinte, com a ascensão de Hafez al-Assad ao poder, a estabilidade política do país permite uma intensificação ainda maior das relações entre os países, apesar do breve afastamento que irá ocorrer entre 1976 e 1978, como resultado da intervenção síria na Guerra Civil Libanesa. Apesar disso, nos anos de 1980, os sírios irão contar com significativo apoio econômico e militar soviético, sendo o país com o maior número de consultores militares da URSS, além de ter ocorrido a assinatura de um acordo bilateral de amizade e cooperação (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019; PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

No período após a queda da URSS, as relações entre os dois países diminuíram no geral, mas se mantiveram robustas no setor militar, com o envio de militares sírios para estudar nas academias militares russas e a manutenção da venda de armamentos para a Síria (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019). A partir de 1998, tem início uma nova fase da cooperação técnica e militar entre os dois países e, desde então, diversos acordos foram assinados para a venda de equipamentos como mísseis antitanque, lançadores de granada e outros sistemas, dentre eles caças MiG-29 (KALININA, 2014).

Atualmente, cerca de 10% da população russa é de origem muçulmana e o país faz fronteira com diversos países de maioria muçulmana, não só no Cáucaso, como também na Ásia Central (PAUTASSO; ROCHA, 2017). Apesar de esse ser um fator que torna as relações com a Síria mais importantes, o fator principal é o acesso russo às bases de Tartus e Latakia. O porto de Tartus é operado pelo país desde 1971 e haviam sido feitos planos para sua reforma e ampliação, com previsão de início em 2012, a fim de garantir o acesso do país ao Mediterrâneo, através de navios de guerra maiores (MONIZ BANDEIRA, 2013). Por fim destaca-se a importância de se contrapor aos EUA, que financiavam a oposição no país desde 2005, buscando impedir o acesso da marinha russa ao país e desestabilizar o eixo regional que se contrapunha a seus interesses imperialistas (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Apesar da importância estratégica, as relações entre os dois países são mais importantes em termos econômicos para a Síria do que para a Rússia, visto que o país representava somente 0,1% do comércio total russo e se encontrava em décimo segundo lugar entre os mercados de armamento russo (possuindo ainda diversas dificuldades de pagamento). Enquanto isso, suas importações da Rússia representaram por volta de 46% das importações totais de armamento, entre 1991 e 2014 (ALLCOCK, 2016; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015; DIAS, 2015).

Em resumo, segundo Pautasso e Rocha (2017),

“A intervenção russa na Síria em setembro de 2015 está intimamente relacionada a essa estratégia regional, com objetivos globais, desenvolvida por Moscou desde os primeiros anos da década de 2000. Essa estratégia está fundamentada no acesso ao “oceano mundial” ao mesmo tempo em que busca impedir e proteger as linhas de abordagem marítimas que levam à “Rússia Eurásia” (Mongrenier 2016). Tais concepções geoestratégicas remontam ao período soviético, principalmente durante as lideranças de Stálin e Brejnev, quando ambos os líderes buscaram contrapor as capacidades da “potência marítima”, os Estados Unidos, e neutralizar as barreiras geográficas para alcançar o alto-mar.” (PAUTASSO; ROCHA, 2017, pg. 36)

5.3 DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO E A PARTICIPAÇÃO DA RÚSSIA

O conflito em si teve início em 2011, com protestos iniciados em 26 de janeiro na cidade de Daara (localizada na região sul) os quais, após a repressão por parte das forças governamentais, se espalham por todo o país. O governo tentaria fazer concessões à oposição, porém esta desejava sua renúncia e rejeitaria todas as tentativas de apaziguar o movimento e iniciaria a insurgência já em março (VISENTINI et al, 2012; VISENTINI, 2014; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015; SOARES, 2018).

Apesar de terem ocorrido algumas deserções, as Forças Armadas do país se mantiveram leais ao governo e o defenderam quando o movimento oposicionista passou para a luta armada, com o apoio oferecido por parte de Rússia, Irã e Hezbollah sendo vital para as tropas governamentais. Por sua vez, a oposição é composta por diferentes grupos rebeldes, que possuem em comum somente o desejo de derrubar Assad, estando espalhados por todo o país e perseguindo objetivos muitas vezes conflitantes. Ainda assim, surge o Conselho do Comando Revolucionário, que tentaria unificar os grupos e eliminar as divergências entre eles, porém sem sucesso (SOARES, 2018).

Dentre os principais grupos da oposição encontra-se o Exército Sírio Livre, o qual foi formado por civis e alguns dos militares desertores e teve um papel importante na luta contra

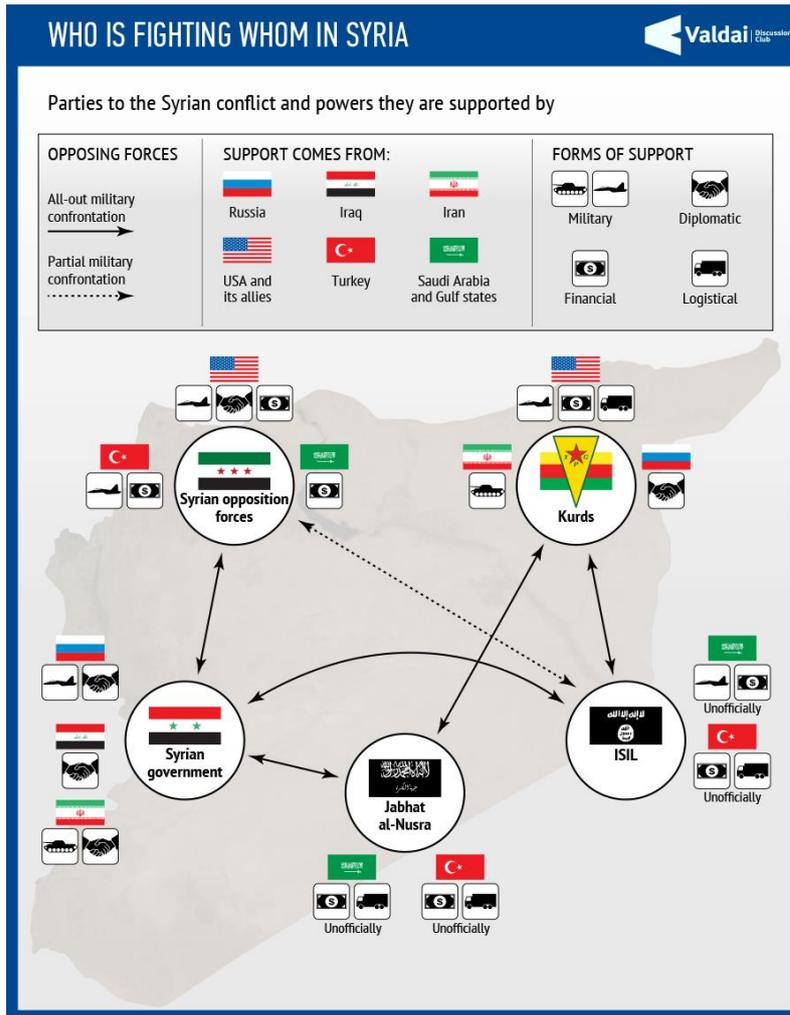
o Daesh, feita junto às potências ocidentais. A Frente al-Nusra e o Daesh⁶ (também conhecido como ISIS ou Estado Islâmico) são os mais proeminentes dentre os grupos extremistas, sendo o primeiro filiado à Al Qaeda e o segundo um importante ator na região, surgido a partir da instabilidade gerada pela intervenção estadunidense no Iraque e que levou à intervenção de coalizões internacionais lideradas tanto pela Rússia, quanto pelos EUA, ao proclamar, em 2014, um califado que abrangeria principalmente territórios da Síria e do Iraque (MONIZ BANDEIRA, 2013; VISENTINI, 2014; SOARES, 2018).

Ainda dentro da oposição, um dos principais grupos na luta contra o Daesh é formado pelas milícias curdas da Unidade de Proteção Popular. Os curdos são um grupo étnico espalhado pelos territórios de diversos países da região e buscando por autonomia, o que faz com que, apesar de terem sido aliados dos EUA no combate ao Daesh e vitais para sua derrota em 2017, sofram a oposição e até mesmo ataques diretos de países como a Turquia (SOARES, 2018; JULIO; ROCHA; MACHRY, 2016; SOARES, 2018).

A nível internacional, fazem oposição ao governo sírio países como a Arábia Saudita e as demais monarquias do Golfo Pérsico, os Estados Unidos e a União Europeia (ver Figura 7), fornecendo apoio não só político, como também logístico e militar aos rebeldes. A Turquia possui uma atuação ambígua, pois, ao mesmo tempo que declara sua oposição ao governo de Assad, também realiza operações contra as milícias curdas, as quais são muito importantes para o combate a Assad, além de serem aliados dos EUA (SOARES, 2018; PEREIRA, 2016; VISENTINI, 2014).

Figura 7 – Grupos e países que atuam no conflito

⁶ Para mais informações sobre o surgimento e as ações do grupo ver: COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico**: o fracasso da "guerra ao terror" e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015. 180 p.



Tanto os protestos, como também diversos grupos da oposição contaram com financiamento ocidental, tornando possível a rápida escalada de violência, a partir da presença de combatentes de outros países e de armas e outros equipamentos enviados do exterior. O financiamento continuaria mesmo após a ascensão de quadros extremistas, com os rebeldes sendo publicamente tratados como moderados, que estariam lutando contra um governo autocrata em busca da construção da democracia no país (MONIZ BANDEIRA, 2013; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015; PEREIRA, 2016; SOARES, 2018).

Outra forma de interferência externa ocorreu já em 2011, quando os EUA estabeleceram sanções contra o país e a UE baniu a importação do petróleo sírio e a venda de armas para o país. No ano seguinte, foi a vez da Liga Árabe expulsar o país da organização, enquanto a Turquia suspendia os diálogos e as negociações com o enviado especial da ONU falhavam (VISENTINI, 2012; VISENTINI et al, 2012; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015; PEREIRA, 2016; SOARES, 2018).

A Rússia, por sua vez, manteve uma postura crítica sobre os rebeldes sírios desde o início dos protestos, principalmente após a intervenção armada da OTAN na Líbia e a derrubada de Muammar al-Qaddafi. Em busca de melhores relações com o ocidente desde o fim da Guerra da Geórgia, o governo Medvedev se absteve de utilizar seu poder de veto sobre a resolução da ONU que criava uma Zona de exclusão aérea sobre a Líbia, permitindo a operação, resultando na derrubada e no assassinato de Qaddafi, além de ter dado início a uma década de intensos conflitos e instabilidade. Também houve a percepção de que as revoluções que ocorriam na região, conhecidas como Primavera Árabe, se voltavam apenas para os países de regime nacionalista, que buscavam se desvencilhar do controle estadunidense (PEREIRA, 2016).

Sendo assim, desde 2011, a atuação diplomática Rússia se manteve contra a possibilidade de uma interferência externa a partir da ONU no país, vetando todas as resoluções do Conselho de Segurança que abriam espaço para essa possibilidade. A articulação com a China foi vital para o veto a diversas resoluções, com o argumento de que estas violariam a soberania do país, não consideravam a atuação violenta da oposição e poderiam servir de pretexto para mais uma intervenção internacional (POPESCU; SECRIERU, 2018; MONIZ BANDEIRA, 2013; PEREIRA, 2016; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015; VISENTINI, 2012).

Os interesses dos EUA na promoção de uma “revolução democrática” (tratada pelos russos como guerra híbrida⁷ e englobando também as chamadas “revoluções coloridas”) em território sírio advém tanto do lobby israelense (que garantiria a queda de um governo hostil e sua substituição por um aliado na luta contra o Hamas e o Hezbollah), quanto de interesses econômicos, os quais não se limitam ao petróleo do país, mas também em seu papel como rota por onde passariam gasodutos e oleodutos em direção à Europa, contornando a Rússia e enfraquecendo seu poder. Eliminar a influência russa e chinesa, isolar o Irã e controlar o Mediterrâneo foram os objetivos centrais do governo estadunidense. Tem destaque também a questão de o governo sírio, assim como o líbio e o iraquiano, possuírem um caráter modernizante e estarem em busca de maior autonomia em relação ao ocidente quando os movimentos de mudança de regime têm início (MONIZ BANDEIRA, 2013; PAUTASSO;

⁷ Para mais informações sobre definições e debates em torno do conceito de guerra híbrida ver: “KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173 p. ISBN 978-85-7743-338-4.” e “PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 168 p. ISBN 9786558910107.”.

ADAM; LIMA, 2015; CORREA; DELGADO, 2018; SOARES, 2018; CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

Para isso, a atuação estadunidense ocorre principalmente através de operações escondidas que não só promovem treinamento, como também financiam os mais diversos grupos de oposição. Esse financiamento ocorre através da CIA e de serviços de inteligência de diversos países aliados que defendem a derrubada de Assad, dentre eles Arábia Saudita, Israel, Paquistão e Reino Unido. Seus principais frutos são os grupos extremistas Daesh e Al-Nusra, sendo que este último foi considerado como opção por David Petraeus, ex-chefe da CIA, para que cooperassem a fim de derrubar o Daesh no seu auge. Ainda assim, o discurso oficial insiste na alegação de defesa da democracia, dos direitos humanos e das liberdades civis, que estariam sendo colocados em risco por governos “autoritários” (PAUTASSO; ROCHA, 2017; DIAS, 2015; PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015).

Através dos documentos revelados pelo WikiLeaks, pode ser comprovado que o governo dos Estados Unidos tinha como objetivo a mudança do governo sírio pelo menos desde 2006, o qual se manteve não só durante a administração Bush, mas também durante o governo Obama, mesmo que uma mudança de política tenha sido cogitada em 2009. Em telegramas enviados pelo representante de negócios da Embaixada dos EUA em Damasco, William Roebuck, são descritas estratégias para desestabilizar o governo do país, como fomentar o medo do governo sírio de um golpe de Estado, fazendo com que reagisse de forma desproporcional; trabalhar para sabotar as reformas econômicas e impedir o investimento externo; fomentar a crença de que o governo não era legítimo; e tratar o país como apoiador de movimentos terroristas ou, quando do início de ações de combate ao terrorismo por parte do governo, mostra-lo como frágil e instável (NAIMAN, 2015).

Nesses documentos, são mencionados ainda temores sobre a influência do Irã no país e o sectarismo entre sunitas e xiitas, dois aspectos que, segundo o representante dos EUA, deveriam ser aproveitados e estimulados a fim de desestabilizar o país. Ao mesmo tempo, havia também uma preocupação com investimentos realizados pelos países do Golfo, a partir de uma maior aproximação do governo da Síria com eles (NAIMAN, 2015).

As negociações de paz tiveram início em 2012, com o lançamento do Plano de Paz dos Seis Pontos do ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, porém só se efetivaram realmente em 2014, quando ocorre em Genebra um encontro entre governo e oposição (conhecido por Genebra II), o qual não gerou resultados. Em 2013, ocorreram novas ameaças de intervenção

externa, a partir de acusações de que o presidente Assad teria utilizado armas químicas contra a população civil nos arredores de Damasco. Porém, a atuação russa foi efetiva de evitar no sentido de evitar essa intervenção, promovendo a assinatura do tratado global contra armas químicas por parte da Síria e a entrega de seu arsenal para a destruição (VISENTINI, 2014; PEREIRA, 2016; PAUTASSO; ROCHA, 2017; SOARES, 2018).

Outro fator que prejudicou as negociações de paz foi o caso Snowden, que fez com que Obama cancelasse se encontro com o presidente russo em agosto de 2013. Assim, em âmbito do CS da ONU, tiveram continuidade as divergências entre os países, com a representante dos EUA defendendo a necessidade de mais uma intervenção militar internacional em um país periférico, enquanto os russos mantinham sua postura de defesa das leis internacionais, principalmente pelo temor de que essas chamadas “intervenções humanitárias” se tornassem mais uma forma de expansionismo dos EUA e da OTAN (MASON, 2013).

Em dezembro 2013, a empresa russa de óleo e gás Soyuzneftgaz assinou um acordo de 90 milhões de dólares com o governo sírio pela exploração e produção de petróleo em reservas localizadas na zona marítima pertencente à Síria, na região entre Tartus e Baniyas no Mediterrâneo. Após as descobertas nas águas de Israel e Chipre, as pesquisas apontavam para potenciais grandes reservas localizadas na Bacia Levantina, chegando a números como 122 trilhões de pés cúbicos de gás natural e 107 bilhões de barris de petróleo ao longo da plataforma marítima da Síria (MONIZ BANDEIRA, 2013; BLANK; LEVITZKY, 2015)

Figura 8 – Campos de gás e petróleo na Bacia Levantina



Fonte: MONIZ BANDEIRA, 2013

Ao final de 2014, com a grande expansão do Daesh pelo Iraque e norte da Síria, os EUA lideram uma coalizão que intervém no país sob o pretexto de controlar essa ameaça, enquanto facções rebeldes começam a receber um auxílio ainda maior dos países do golfo. Em abril de 2015, ocorre ainda a conquista da cidade de Idlib pela frente al-Nusra e da cidade de Palmyra pelas forças do Daesh. A partir disso, a posição de Assad se torna cada vez mais instável e, após ver suas iniciativas diplomáticas iniciais frustradas, o governo russo decide intervir militarmente no conflito (PEREIRA, 2016; LUCAS; YAKINTHOU; WOLFF, 2016; CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019).

A presença da coalizão internacional liderada pelos EUA não foi autorizada pelo governo sírio, o qual alega que a maior parte das investidas que ela realiza são contra tropas do governo, ao invés de atacar grupos terroristas, como declara em seu discurso oficial. Segundo o presidente Assad, o Ocidente teria uma atitude contraditória, pois, ao mesmo

tempo em que lamenta pelos refugiados, tem apoiado os terroristas desde o início e atuado decisivamente para prolongar a crise no país (PAUTASSO; ADAM; LIMA, 2015).

Em entrevista, o presidente sírio caracterizou a guerra em seu país como um “terrorismo por procuração” e afirmou que, sem combatentes estrangeiros e sem o envio de armas aos rebeldes por parte do ocidente, a guerra terminaria em pouco tempo. Diversas matérias denunciaram a presença de combatentes contratados pela corporação dos EUA conhecida como Blackwater, os quais possuiriam instalações localizadas próximo de onde os EUA estavam instalados para conduzir suas operações no país (MONIZ BANDEIRA, 2013)

Por sua vez, a intervenção russa no país se efetivou em 30 de setembro de 2015, a pedido do governo sírio e buscava manter o status quo, evitando a desintegração do país e a perda de um importante aliado. A queda de Assad geraria grande instabilidade e poderia potencialmente favorecer movimentos fundamentalistas islâmicos, o que gerava temores em Moscou de que esses se infiltrassem em suas populações islâmicas (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019; ALLCOCK, 2016). A partir da justificativa de que seu exército promoveria o combate ao Daesh, o país pode demonstrar seu compromisso de longo prazo com a região, reforçar a sua posição como ator internacional e no Oriente Médio, além de promover um ganho vital de experiência para as Forças Armadas russas, que haviam passado por um grande processo de modernização após a Guerra da Geórgia (CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019; THORNTON, 2018; SOARES, 2018; CROSTON, 2015; PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

A atuação russa se dá principalmente a partir da base aérea de Khmeimim, em Latakia, e da base naval de Tartus, com alguns ataques sendo realizados a partir do Irã (ver Figura 8) e com o estabelecimento de um centro conjunto de informações em Bagdá, que contaria com oficiais russos, sírios, iraquianos, iranianos e membros do Hezbolah. As bases utilizadas pelos russos na Síria passaram por processos de expansão e modernização, visando acomodarem melhor seus equipamentos e pessoal (PEREIRA, 2016).

Figura 9 – Bases aéreas e navais utilizadas pela Rússia



Fonte: CHARAP; TREYGER; GEIST, 2019

Acontecimento importante para a legitimidade e a imagem da Rússia em âmbito internacional foi a visita feita por Bashar al-Assad à Moscou para um encontro com Putin, no dia 20 de outubro. Com menos de um mês do início das operações, o presidente, em sua primeira viagem ao exterior desde o início dos protestos, agradeceu o presidente russo pela ajuda e ambos discutiram a necessidade de uma resolução diplomática do conflito (KATZ, 2015).

Antes mesmo desse encontro, a Rússia já se encontrava em intensa atividade diplomática, buscando trazer todas as partes interessadas para as negociações, principalmente a oposição. Conversas com os rebeldes ocorreram em janeiro, abril e agosto de 2015, tendo como base o comunicado de Genebra de 2012 e focando principalmente em promover um diálogo de reconciliação sem interferência externa (CASULA, 2015; PEREIRA, 2016).

Outro objetivo diplomático do país era a firmação de uma coalizão antiterrorismo contra o Daesh. O papel do enviado especial da Rússia para o Oriente Médio foi vital para esse objetivo, porém o ministro das relações exteriores Sergei Lavrov e o próprio presidente Vladimir Putin participaram ativamente desse processo, principalmente a partir de junho de 2015. Foram promovidos encontros com representantes do Qatar, das forças de oposição sírias, do Kuwait, dos EAU, da Árabia Saudita, do Irã, do Egito, da Jordânia, da Turquia e do Irã. No final de julho, ocorre também uma visita de Qasem Soleimani, general das Forças Al-Quds do Irã, o que indicava que o país estava estabelecendo contatos militares para o caso de a diplomacia não ser o bastante (PEREIRA, 2016; CASULA, 2015).

Apesar de seu compromisso com o governo sírio, Moscou buscou reconhecer algumas poucas demandas da oposição, buscando facilitar o processo de negociação da paz, além de

por vezes pressionar o governo a fazer concessões. Ao mesmo tempo, Assad tem se beneficiado da desconfiança iraniana, que vê o conflito como central para a manutenção de sua posição na ordem regional e teme que a queda de Bashar seja somente o início de uma campanha dos EUA e das monarquias do Golfo Árabe para eliminar os aliados do país e derrubar o regime iraniano. Assim, a Síria tem conseguido o apoio do Irã para desafiar alguns interesses da Rússia, porém fazendo o possível para que o Irã não crie um Estado paralelo no país (POPESCU; SECRIERU, 2018).

Com a realização dos ataques aéreos por parte da Rússia, os EUA, a Turquia e os estados da Europa que apoiavam a saída imediata de Assad aceitaram sua permanência no poder por mais seis meses para a realização das conversas de paz. Outro fator que contribuiu para esse cenário foi o fracasso dos programas de treinamento de rebeldes (principalmente dos curdos) patrocinados pelos EUA, que passou a encorajar a formação das Forças Democráticas Sírias. Além disso, ainda em dezembro de 2015, os grupos de oposição formam um comitê de negociações e passam a criar instituições para gerenciar as regiões sobre seu controle, buscando fortalecer suas posições (LUCAS; YAKINTHOU; WOLFF, 2016).

Merece destaque que a Força Aérea Russa buscou não só realizar ataques contra os inimigos, mas também promoveu a entrega de ajuda humanitária a diversas localidades. Além disso, ao contrário dos EUA, não se encontra nenhuma ambiguidade na atuação russa quanto à questão dos grupos terroristas, pois o país não financiou ou buscou alianças com nenhum deles, mantendo seu apoio ao governo legítimo do país (PAUTASSO; ROCHA, 2017).

Um mês após o início da participação russa, ocorrem conversas em Viena, contando com a participação de diversos países da Europa e do Oriente Médio, além de EUA e Rússia, porém sem a presença do governo sírio (que foi representado pela Rússia). Destaca-se o sucesso dos representantes russos em conseguirem trazer para a mesma mesa de negociações Irã e Arábia Saudita, que apoiavam lados opostos do conflito e eram vitais para a solução do mesmo (CASULA, 2015). Chegou-se a um acordo de que a solução do conflito deveria ocorrer de forma diplomática e a ONU foi convidada a mediar conversas entre governo e oposição, que teriam início no ano seguinte (VISENTINI, 2014; JULIO; ROCHA; MACHRY, 2016; SOARES, 2018).

Em novembro do mesmo ano, ocorre um novo encontro, que conta com a participação dos países presentes no encontro de outubro, mais a Liga Árabe, formando o GRUPO Internacional de Apoio à Síria (ISSG, na sigla em inglês). Nesse encontro foi discutida a

necessidade de cessar a destruição do país e foi definido como prioridade imediata um cessar-fogo, o qual não se estenderia para o Daesh e a Al-Nusra. Em 2016, as negociações conhecidas como Genebra III tiveram início, mediadas pela ONU e pelo ISSG e contando com a presença de representantes sírios e dos grupos rebeldes, mas novamente não obtiveram nenhum acordo, o qual só viria a se efetivar em 2017, com a assinatura de um cessar-fogo entre EUA e Rússia, o qual foi frequentemente violado ao longo do ano seguinte. Ainda não foram alcançados os objetivos defendidos pela resolução 2254 do CS da ONU, que propunha uma nova Constituição, a transição política e a realização de eleições (JULIO; ROCHA; MACHRY, 2016; SOARES, 2018).

A atuação russa gerou resultados para sua posição no sistema internacional pouco depois do início das operações, quando o vice-chanceler da Alemanha declarou que o conflito não poderia ser resolvido sem a ajuda da Rússia, tornando impossível que solicitassem auxílio e, ao mesmo tempo, aplicassem sanções econômicas que isolavam o país. Além disso, o Parlamento francês aprovou uma recomendação ao executivo que pedia o cancelamento das restrições do comércio com os russos e países como Itália e Hungria colocaram-se contra a extensão de sanções no ano seguinte (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016).

Quando, em novembro de 2015, as forças armadas turcas derrubaram um caça russo Su-24, sob a acusação de que este havia violado seu espaço aéreo, o governo Putin evitou respostas militares, se limitando a aplicar sanções econômicas à Turquia, a suspensão de vistos e uma recusa temporária de contatos com qualquer liderança do país. Em julho do ano seguinte, as relações entre os países foram normalizadas, principalmente devido a necessidade de cooperação entre eles nas negociações de paz (NETO, 2019).

O primeiro anúncio da retirada das tropas russas veio em 14 de março de 2016, quando o presidente Putin, após a assinatura do acordo de paz em 27 de fevereiro, anunciou a retirada da maior parte dos combatentes. Porém, com a quebra dos acordos ocorrida logo em seguida, essa retirada não se efetivou (LUCAS; YAKINTHOU; WOLFF, 2016).

Novas acusações sobre uso de armas químicas por parte do governo Assad foram feitas em 2017 e 2018 e, apesar de não existirem evidências de que teriam sido realizados pelo governo sírio, ataques foram realizados pelas forças ocidentais. Além disso, durante todo o conflito, diversas acusações de ataques deliberados a civis, tanto sírios quanto de outros países como a Turquia, foram feitas contra Assad, porém não existem evidências que as comprovem

e muitas apontam para a participação da oposição⁸. Em abril de 2017, o então presidente dos EUA, Donald Trump, autorizou o lançamento de 59 mísseis Tomahawk contra uma base aérea em Homs, a parti de navios dos Estados Unidos localizados no Mediterrâneo. Já em 2018, EUA, Inglaterra e França formaram uma coalizão e atacaram áreas dominadas pelo governo da Síria, mesmo não havendo sequer provas de que os ataques com armas químicas haviam realmente ocorrido (MONIZ BANDEIRA, 2013; CORREA; DELGADO, 2018).

Embora os ataques não tenham desestabilizado o governo sírio, Vladimir Putin solicitou, após os ataques de 2018, uma reunião de emergência do CS da ONU e apresentou uma proposta de resolução que condenava o ataque dos EUA à uma nação soberana sem o aval do Conselho, o que representaria uma violação do direito internacional (CORREA; DELGADO, 2018).

Novo anúncio da retirada das tropas russas ocorre em fevereiro de 2018, quando Putin realiza uma visita surpresa à base aérea próxima à Latakia, em um momento favorável ao presidente russo: pouco antes das eleições presidenciais (que vieram a lhe garantir mais um mandato). Nessa data eram claros os sucessos da atuação russa em: assegurar a permanência de Assad e, conseqüentemente, seu acesso às bases no mediterrâneo; recuperar vastos territórios que haviam caído sob controle dos rebeldes (principalmente os campos de petróleo tomados pelo Daesh); demonstrar ao mundo a efetividade de suas Forças Armadas e de seus equipamentos militares; e, por fim, garantir uma posição de destaque nas negociações para o fim do conflito, rompendo com o isolamento internacional decorrente da crise Ucraniana. (POPESCU; SECRIERU, 2018; THORNTON, 2018; CLARK, 2018; PAUTASSO; ROCHA, 2017; VISENTINI, 2014)

Desde o início do conflito, foram ampliadas as negociações sobre venda de sistemas de armas para a Síria, que incluíam submarinos, caças Mig-29SMT e YAK-130UBS e sistemas de mísseis S-125, mesmo com o bloqueio das rotas de transporte imposto pelos países ocidentais, o que dificultava as entregas. Além desses equipamentos, o envio de assessores militares russos para a instrução de soldados sírios e a manutenção, modernização e recuperação de equipamentos fornecidos no período soviético também foram discutidos (PEREIRA, 2016; KALININA, 2014).

⁸ Para maiores informações sobre o grupo conhecido como Capacetes Brancos e seu papel nas acusações feitas contra o governo sírio ver: “BLUMENTHAL, Max. How the White Helmets became international heroes while pushing US military intervention and regime change in Syria. **The Grayzone**, [S. l.], 2 out. 2016. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2016/10/02/white-helmets-us-military-intervention-regime-change-syria/>. Acesso em: 10 jun. 2021.”

Além da Rússia, o Irã também se estabeleceu como um dos garantidores da permanência de Assad no poder, não só politicamente, mas também militarmente, com apoio terrestre às ações da Força Aérea russa e a concessão da base de Hamadan para o lançamento de taques. A cooperação entre os dois países se estendeu para o campo diplomático, não só com a participação russa no acordo sobre o programa nuclear iraniano, mas também com ambos atuando decisivamente nas negociações entre o governo e a oposição no conflito sírio (POPESCU; SECRIERU, 2018; NETO, 2019).

É difícil encontrar em números a destruição causada pelo conflito sírio, mas estimativas colocam em mais de 500 mil o número de mortos, entre civis e militares, e que cerca de metade da população do país viveria como refugiada, além dos números alarmantes de indicadores como analfabetismo e mortes por doenças tratáveis. As principais cidades do país foram devastadas e os custos de reconstrução passariam dos 100 bilhões de dólares, valor impossível de ser obtido enquanto não for encontrada uma solução (TRICONTINENTAL, 2018).

A entrada da Rússia no conflito alterou o curso da guerra, fortalecendo o governo sírio e deixando clara a impossibilidade de uma solução militar para o conflito. A escolha óbvia para o Ocidente, a Turquia e os países do Golfo Árabe deveria ser aconselhar os grupos que patrocinam e buscarem um acordo de paz, porém isso não ocorreu e o conflito se arrasta até os dias atuais. Há o entendimento de que uma vitória do governo de Assad seria uma vitória do Irã, da Rússia e do Hezbollah, o que é inaceitável para O Ocidente, a Arábia Saudita e Israel.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a resposta russa frente às pressões ocidentais em seu entorno estratégico, em termos de sua atuação em política externa a partir dos anos 2000. Para tanto, fez-se uma análise de três casos que julgamos deixarem explícito o caráter reativo da atuação russa frente ao expansionismo da OTAN e dos EUA, contrariando o discurso de que haveria um “expansionismo russo”.

Conforme já descrevemos, ao longo da década de 1980, ocorre uma perda gradual do poder nacional da União Soviética (URSS), principalmente devido aos fatores econômicos, os quais apresentavam certo declínio de produtividade. Em março de 1985, Mikhail Gorbachev torna-se o Secretário-Geral do Partido Comunista e se utiliza desse declínio como desculpa para, a partir 1987, implementar as reformas conhecidas por perestroika e glasnost. As reformas contribuíram para o colapso do bloco soviético em 1991.

Boris Yeltsin assumiu a presidência da nova Rússia tendo em mãos quatro desafios principais: a criação de uma economia de mercado, a redefinição do papel geopolítico do país, a democratização e a definição de uma nacionalidade russa. O desmonte das capacidades estatais realizado por ele redundou num enfraquecimento sem precedentes do país. Durante todos os anos de 1990, a Rússia encontrava-se em profunda crise, ocasionada pelas privatizações e pela intensa liberalização da economia como um todo que caracterizou a destruição do sistema socialista soviético e a inserção da Rússia no capitalismo. Essa crise atinge seu ápice no final da década, porém o país passa a demonstrar sinais de melhora a partir dos anos 2000, coincidindo com a alta dos preços do petróleo e a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Rússia.

Nos anos 2000, no entanto, a Rússia reemerge como um dos polos de poder global. O novo presidente, Vladimir Putin, buscou garantir a segurança do país; preservar e reforçar a sua soberania e integridade territorial; alcançar posição sólida e de prestígio na comunidade mundial consistente com os interesses da Rússia como grande potência; influenciar os processos mundiais gerais com o objetivo de formar uma ordem mundial construída sob

normas do Direito Internacional; criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar a sua economia, aumentando o padrão de vida da população; formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia; e promover uma percepção positiva da Federação Russa. Dessa forma, os presidentes Vladimir Putin e Dmitry Medvedev colocaram em prática uma política externa e de segurança pragmática, autonomista e assertiva a partir dos anos 2000.

Após a desintegração da URSS, houve o entendimento por parte do ocidente de que teria ocorrido uma vitória do bloco capitalista, o que fez com que os EUA passassem a se colocar como a potência hegemônica em um sistema internacional unipolar, adotando um papel de criadores de instabilidade no sistema. Isso pode ser observado, não só na expansão da OTAN para os países do leste europeu, mas também nas intervenções no Oriente Médio, principalmente as guerras realizadas contra o Iraque e o Afeganistão no início dos anos 2000.

Nesse contexto, se inserem as chamadas revoluções coloridas, ocorridas em diversos países. Na análise feita, podemos perceber esse papel destabilizador do ocidente ocorrendo na forma de financiamento de ONGs e grupos que iniciaram tanto a revolução na Geórgia quanto a revolução na Ucrânia. Apesar de os protestos que levaram ao desencadeamento do conflito na Síria não terem sido classificados como revolução colorida, podemos observar características semelhantes aos outros dois casos, devido à aplicação da tática de mudança de regime, como formulada pelo teórico Gene Sharp. Diversos autores tentam caracterizar os protestos sírios como parte da Primavera Árabe, colocando-o como um levante popular por democracia que sofreu dura repressão governamental, porém isso ignora diversas evidências importantes de interferência externa nesse processo.

Aos poucos, assistiu-se um retorno da Rússia a um papel de importância global, apesar de não ter ocorrido a recuperação do status que possuía a União Soviética. Inicialmente o país busca uma política de cooperação com o Ocidente, que começa a se alterar com o início das chamadas revoluções coloridas. O papel desempenhado pelos EUA e pela Europa na ocorrência dessas mudanças de regime é percebido por Moscou como uma tentativa de cercar e constranger a atuação da Rússia no sistema internacional. Além disso existe a possibilidade

de que agentes externos promovam o mesmo tipo de ação dentro da própria Rússia, trocando o governo atual por um mais subserviente aos interesses ocidentais.

Nesse sentido, através das intervenções analisadas nesse trabalho, os russos puderam garantir diversos objetivos de sua política externa, dentre eles afirmar sua posição de relevância no sistema internacional; proteger aliados e assegurar sua permanência no poder, no caso de Assad; assegurar seu acesso a áreas de importância estratégica para sua defesa, como a península da Crimeia e as bases na Síria; demonstrar ao mundo a efetividade de suas Forças Armadas e de seus equipamentos militares, principalmente após a reforma ocorrida após a Guerra da Geórgia; garantir uma posição de destaque nas negociações para o fim dos conflitos na Ucrânia e na Síria; e, por fim, evitar que a política de mudança de regime fosse bem sucedida na Síria e fosse aplicada em seu território.

Em todos os casos analisados no presente trabalho é possível perceber a atividade russa como sendo apenas reativa frente à agressão externa, como no caso georgiano, e em defesa de governos legítimos e de suas populações, como no caso ucraniano e sírio. A importância do trabalho se insere justamente nessa busca por apresentar uma visão contra hegemônica dos fatos, analisando os reais fatores que levaram não só ao desencadeamento das situações aqui analisadas, mas também as origens da atuação russa e suas percepções sobre elas.

A análise aqui realizada pode servir como base também para o entendimento de situações atuais e futuras, pois podemos perceber o uso cada vez mais recorrente das políticas de mudança de regime nos mais diversos países, tendo destaque os casos recentes na Bolívia, na Bielorrússia e em Cuba. O caso da Bielorrússia merece destaque pois, apesar de não ter sido bem-sucedido, ocorreu em mais um aliado da Rússia e país com que compartilha fronteiras na Europa e seu estopim foi o resultado das eleições de 2020, com os movimentos de oposição exigindo democracia⁹.

⁹ Para uma análise mais completa da questão ver: ORTEGA, André. Belarus: nacionalismo e oposição. **Revista Ópera**, [S. l.], p. 1, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/08/26/belarus-nacionalismo-e-oposicao/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

Além disso, podemos observar semelhanças com os casos analisados no discurso ocidental contra a China, com as alegações de que esta estaria promovendo genocídio de sua população uigur. Diversos acadêmicos supostamente imparciais que denunciam essa questão tiveram envolvimento com a questão Síria¹⁰ e com a denúncia de supostos ataques promovidos por Assad contra sua população, o que frequentemente serviu de pretexto para ataques dos EUA contra o governo. Explicita-se, assim, a importância de uma compreensão da atuação russa frente a esse tipo de política, visto que sua utilização tem sido continuada e tem com frequência buscado atingir a região aqui tratada como entorno estratégico do país.

¹⁰ Para uma lista com exemplos de acadêmicos envolvidos ver: SINGH, Ajit. “Nova” Guerra Fria e o velho método da mentira. **Outras Palavras**, [S. l.], p. 1, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/na-nova-guerra-fria-o-velho-metodo-da-mentira/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLCOCK, Simon. Explaining Russia's Intervention in Syria in September 2015. **E-International Relations**, [s. l.], 28 fev. 2016. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2016/02/28/explaining-russias-intervention-in-syria-in-september-2015/>. Acesso em: 3 abr. 2020.

AMIN, Samir. **Os Desafios da Mundialização**. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. 314 p. ISBN 85-98239-56-9.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história: ensaios políticos de Samir Amin (2000-2018)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 252 p. ISBN 978-65-991365-6-6.

AMNESTY INTERNATIONAL. Ukraine: Abuses and war crimes by the Aidar Volunteer Battalion in the north Luhansk region. **Amnesty International**, 8 set. 2014. Disponível em: <http://www.amnesty.org/en/documents/EUR50/040/2014/en/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ASLUND, Anders. How oligarchs are losing out. **KyivPost**, [S. l.], p. 1, 29 maio 2015. Disponível em: <http://www.kyivpost.com/opinion/op-ed/how-oligarchs-are-losing-out-390953.html>. Acesso em: 13 jul. 2020.

AVERIN, Sergey. One Year of Civil War in Ukraine:: Timeline and Facts. **Sputnik**, 7 mar. 2015. Disponível em: <http://sputniknews.com/europe/20150407/1020582134.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BACZYNSKA, Gabriela. Ultra-Nationalist Ukrainian Battalion Gears Up For More Fighting. **Reuters**, Ucrânia, p. 1, 25 mar. 2015. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2015/03/25/us-ukraine-crisis-azovidUSKBN0ML0XJ20150325>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BBC NEWS. Ukraine misses Gazprom's deadline to pay gas debt. **BBC News**, [S. l.], p. 1, 8 abr. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-26930998>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BBC (Brasil). Sykes-Picot: o acordo secreto que está na raiz de conflitos no Oriente Médio. **BBC**, 18 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BLACK, J. L. **The Russian Presidency of Dmitry Medvedev, 2008–12**: The next step forward or merely a time out?. 1. ed. New York: Routledge, 2015.

BLANK, Stephen; LEVITZKY, Edward. Geostrategic aims of the Russian arms trade in East Asia and the Middle East. **Defence Studies**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 63-80, 2015. DOI 10.1080/14702436.2015.1010287. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14702436.2015.1010287>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BLOOMBERG VISUAL DATA. Ukraine's Biggest Trading Partners. **Bloomberg**, [S. l.], p. 1, 15 abr. 2014. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/visual-data/best-and-worst/ukraines-biggest-trading-partners-countries>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BLUMENTHAL, Max. Is the US backing neo-Nazis in Ukraine?: John McCain and other State Department members have troubling ties to the ultra-nationalist Svoboda party. **Salon**, 25 fev. 2014. Disponível em: http://www.salon.com/2014/02/25/is_the_us_backing_neo_nazis_in_ukraine_partner/. Acesso em: 15 jul. 2020.

BLUMENTHAL, Max. How the White Helmets became international heroes while pushing US military intervention and regime change in Syria. **The Grayzone**, [S. l.], p. 1, 2 out. 2016. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2016/10/02/white-helmets-us-military-intervention-regime-change-syria/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRUCAN, Silviu. **La Disolución del Poder**: sociología de las relaciones internacionales y políticas. Madrid & Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2015. 503 p.

CASULA, Philipp. Russia between Diplomacy and Military Intervention: The Syrian Conflict through Russian Eyes revisited. **Russian Analytical Digest**: Russia and the Conflict in Syria, Zurich, n. 175, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/43408910/Boletim_NERINT_v_1_n_1https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD175.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

CHARAP, Samuel; TREYGER, Elina; GEIST, Edward. Understanding Russia's Intervention in Syria. **RAND Corporation**, [s. l.], 2019. DOI <https://doi.org/10.7249/RR3180>. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3180.html. Acesso em: 16 abr. 2020.

CHASSANY, Anne-Sylvaine. Ukraine talks in Paris end on positive note. **The Financial Times**, 2 out. 2015. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/0b24a898-693f-11e5-a57f21b88f7d973f.html#axzz3ntbj5Ujy>. Acesso em: 10 out. 2020.

CHENGYI, Peng. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: A Historical and Philosophical Perspective. **International Critical Thought**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 267-278, 7 jun. 2017. DOI 10.1080/21598282.2017.1316436. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2017.1316436>. Acesso em: 16 jul. 2020.

CHOURSINA, Kateryna; VERBYANY, Volodymyr; SAZONO, Alexander. Billionaire No More: Ukraine President's Fortune Fades With War. **Bloomberg**, 8 maio 2015. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-05-08/billionaire-no-more-ukrainepresident-s-fortune-fades-with-war>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CLARK, Robert. What Has Russia Achieved in Syria?. **E-International Relations**, [s. l.], 7 jan. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/01/07/what-has-russia-achieved-in-syria/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CLINTON, William J. President's New Conference with President Leonid Kravchuck of Kiev, January 12, 1994. **Public Papers of the Presidents of the United States**, Washington, p. 1-5, 12 jan. 1994. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/WCPD-1994-01-17/pdf/WCPD-1994-01-17-Pg45.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico**: o fracasso da "guerra ao terror" e a ascensão jihadista. São Paulo: Autonomia Literária, 2015. 180 p.

COLIN, Roberto. **Rússia**: o ressurgimento da grande potência. 1. ed. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007. 156 p. ISBN 978-85-88844-55-1.

COMPANJEN, F. J. **Between Tradition and Modernity**: Rethinking roles of NGO leaders in Georgia's transition to Democracy. Amsterdam: Vrije Universiteit Amsterdam, 2004.

COMPANJEN, Françoise J. Georgia. In: BEACHÁIN, Donnacha Ó; POLESE, Abel (ed.). **The Colour Revolutions in the Former Soviet Republics**: successes and failures. 1. ed. New York: Routledge, 2010. cap. 2.

COOPER, William H. **Russia's Economic Performance and Policies and Their Implications for the United States**. Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/106151.pdf>>.

COPSEY, Nathaniel. Ukraine. *In*: BEACHÁIN, Donnacha Ó; POLESE, Abel (ed.). **The Colour Revolutions in the Former Soviet Republics: successes and failures**. 1. ed. New York: Routledge, 2010. cap. 3.

CORREA, Fernanda; DELGADO, Fernanda. Os Novos Corredores Energéticos E A Guerra Civil Na Síria: velhos e novos atores. **Coluna Caderno Opinião: FGV Energia**, [s. l.], 2018.

CROSTON, Matthew. World War Z: Why Russia Fights DAESH Zealots. **E-International Relations**, [s. l.], 1 dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2015/12/01/world-war-z-why-russia-fights-daesh-zealots/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CROWLEY, Sean. (Not) Behind Enemy Lines I: Recruiting for Russia's War in Ukraine. **LEKSIKA**, 25 jun. 2015. Disponível em: <http://www.leksika.org/tacticalanalysis/2015/6/24/not-behind-enemy-lines-i-recruiting-forrussias-war-in-ukraine>. Acesso em: 14 jul. 2020.

DELCOUR, Laure; WOLCZUK, Kataryna. Spoiler or facilitator of democratization?: Russia's role in Georgia and Ukraine. **Democratization**, v. 22, ed. 3, p. 459-478, 26 mar. 2015. DOI 10.1080/13510347.2014.996135. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13510347.2014.996135?needAccess=true>. Acesso em: 17 dez. 2020.

DESAI, Radhika; FREEMAN, Alan; KAGARLITSKY, Boris. The Conflit in Ukraine and Contemporary Imperialism. **International Critical Thought**, v. 6, n. 4, p. 489-512, 2016.

DIAS, Virgílio Rafael Feliciano Monteiro. **As Relações Síria-Rússia no Contexto da Guerra Civil Síria**. Orientador: Maria do Céu Pinto. 2015. 17 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade do Minho, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/15742410/As_Rel%C3%A7%C3%B5es_S%C3%ADria_R%C3%BAssia_no_Contexto_da_Guerra_Civil_S%C3%ADria. Acesso em: 8 fev. 2021.

DONALDSON, Robert H. **Boris Yeltsin's Foreign Policy Legacy**. Tulsa J. Comp. & Int'l L. 1999. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.utulsa.edu/tjcil/vol7/iss2/2>>

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. **The Foreign policy of Russia: changing systems**. 4th Armonk: M.E. Sharpe, 2009.

DRAITSER, Eric. O massacre de Odessa: como a grande mídia camufla a situação na Ucrânia. **Opera Mundi**, [S. l.], 7 maio 2014. Opinião, p. 1. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniao/35153/o-massacre-de-odessa-como-a-grande-midia-camufla-a-situacao-na-ucrania>. Acesso em: 8 maio 2019.

EMMOTT, Robin. In symbolic visit, NATO offers Ukraine support but no arms. **Reuters / World News Report**. Disponível em: http://world.einnews.com/article_detail/287643883/3njHxBQ7N2T1sbWX?n=2&code=P21DsWBPJxF7hfqq. Acesso em: 14 fev. 2019.

ESTADOS Unidos: A Conquista do Leste. Direção: Manon Loizeau. França: Canal+, Lundi Investigation, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2yZHnH72dQY&list=PLgO5TiyPciGrmuqRUGUzbnKGmSkCyZdQ&index=10>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FLIGHTGLOBAL. Analysis: Ukraine's and Russia's aerospace industries will be hit hard by deteriorating relations. **Flightglobal**, Londres, 23 set. 2014. Disponível em: <https://www.flightglobal.com/analysis-ukraines-and-russias-aerospace-industries-will-be-hit-hard-by-deteriorating-relations/114421.article>. Acesso em: 28 jan. 2020.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin: vectores estruturantes de política externa**. 1. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2011. 256 p. ISBN 978-972-40-4639-6.

GLASS, Charles. **Syria Burning: A Short History of a Catastrophe**. New York: Verso, 2016.

GEODAKYAN, Artyom. Lavrov: trends of color revolutions and democracy export can be changed. **ITAR-TASS**, 12 dez. 2014. Disponível em: <http://tass.ru/en/world/766611>. Acesso em: 25 nov. 2019.

GILL, G.; YOUNG, J. **Routledge Handbook of Russian Foreign Policy**. New York: Routledge, 2018.

HAAS, Marcel de. **Russia Foreign Policy in the 21st Century: Putin, Medvedev and beyond**. 1. ed. New York: Routledge, 2010.

HALL, Gus. **A fraude Sakarov-Soljenitsine**. 1. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. 79 p.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. 308 p.

HAZARD, John N. **The post-soviet nations without Gorbachev**: Common challenges. Nationalities Papers, 1992, p. 9-15.

HAWK, J. Russia's updated Foreign Policy Concept – analysis. **South Front**, 2017. Disponível em: <<https://southfront.org/russias-updated-foreign-policy-concept>>. Acesso em: 14 set. 2019.

HERMANT, Norman. Ukraine's Orange revolution well and truly over. **ABC News**, 30 abr. 2010. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2010-04-30/ukraines-orange-revolution-well-and-truly-over/417228>. Acesso em: 21 jun. 2020.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

HUDSON, Michael. Ukraine and the New Economic Cold War. **International Critical Thought**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 556-569, 5 jan. 2016. DOI 10.1080/21598282.2016.1242344. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2016.1242344>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INFOPLEASE. Ukraine: Economy. **Infoplease**, [S. l.], p. 1, 15 abr. 2014. Disponível em: <http://www.infoplease.com/encyclopedia/world/ukraineeconomy.html#ixzz387gacUF3>. Acesso em: 14 abr. 2020.

JERVALIDZE, Liana. **Georgia**: Russian foreign energy policy and implications for Georgia's energy security. 1. ed. Londres: GMB Publishing Ltd., 2006.

JULIO, Isabela Souza; ROCHA, Douglas de Quadros; MACHRY, Patrícia Graeff. As Conversações De Paz Sobre O Conflito Sírio: Principais avanços e diferenças entre as reuniões de Viena (2015) e Genebra III (2016). **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, v. 1, ed. 1, p. 1-95, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/43408910/Boletim_NERINT_v_1_n_1. Acesso em: 20 jun. 2020.

KARAGIANNIS, Emmanuel. The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 35, ed. 3, p. 400-420, 29 set. 2014. DOI 10.1080/13523260.2014.963965. Disponível

em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13523260.2014.963965>. Acesso em: 17 dez. 2020.

KAGARLITSKY, Boris. Ukraine and Russia: Two States, One Crisis. **International Critical Thought**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 513-533, 5 jan. 2016. DOI 10.1080/21598282.2016.1242087. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21598282.2016.1242087>. Acesso em: 22 jul. 2020.

KALININA, Natalia. Militarization of the Middle East: Russia's Role. **Security Index: A Russian Journal on International Security**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 31-45, 2014. DOI 10.1080/19934270.2014.965962. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19934270.2014.965962>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KARAGANOV, Sergei. **The Magic Numbers of 2009**. Moscow: Russia in Global Affairs vol. 7, nº 2, april-june 2009, p. 72-84.

KARAGIANNIS, Emmanuel. The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals. **Contemporary Security Policy**, v. 35, n. 3, p. 400-420, 2014.

KATZ, Mark N. Russian Intervention in the Syrian Civil War. **Russian Analytical Digest: Russia and the Conflict in Syria**, Fairfax, n. 175, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/43408910/Boletim_NERINT_v_1_n_1https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD175.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

KIRICHUCK, Sergey. Ukraine: far-right extremists at core of ‘democracy’ protest: As violent scenes play out on the streets of Kiev, we look at the major role extremist right-wing movements have played in Ukraine’s ‘pro-democracy’ movement. **Channel 4 News**, Ucrânia, p. 1, 24 jan. 2014. Disponível em: <http://www.channel4.com/news/kiev-svoboda-farright-protests-right-sector-riot-police>. Acesso em: 15 jul. 2020.

KHUDOLEY, Konstantin K. **Russia’s foreign policy amid current international tensions**. Teorija in raksa let. 53, 2/2016

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 173 p. ISBN 978-85-7743-338-4.

KUDELIA, Sergiy. Ukraine's 2014 presidential election result is unlikely to be repeated. **The Washington Post**, [S. l.], p. 1, 2 jun. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2014/06/02/ukraines-2014-presidential-election-result-is-unlikely-to-be-repeated/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

KULIKE, Marcelli; AGUILAR, Sérgio L. C. Rússia e Política de Influência. Série Conflitos Internacionais, São Paulo, n.1, p.1-4, abril 2014.

LANE, David. The International Context: Russia, Ukraine and the Drift to East-West Confrontation. **International Critical Thought**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 623-644, 5 jan. 2017. DOI 10.1080/21598282.2016.1242084. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2016.1242084>. Acesso em: 26 mar. 2021.

LAVROV, S. **The Present and The Future of Global Politics**. Moscow: Russia in Global Affairs, vol. 05, n° 02, p. 8-21, april-june, 2007.

LEDENEVA, A. V. **How Russia Really Works: The Informal Practices that Shaped Post-Soviet Politics and Business (Culture and Society after Socialism)**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176 p. ISBN 978-85-7743-207-3.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 214 p. ISBN 978-85-7559-574-9.

LEUPP, Gary. Ucrânia: Dez pontos de discussão para pessoas racionais. **Revista Ópera**, 7 jan. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/01/07/ucrania-dez-pontos-de-discussao-para-pessoas-rationais/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. 1. ed. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. 447 p.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anticolonial**: desafios da revolução no século XX. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 203 p.

LUCAS, Scott; YAKINTHOU, Christalla; WOLFF, Stefan. Syria: Laying the Foundations for a Credible and Sustainable Transition. **The RUSI Journal**, [s. l.], v. 161, ed. 3, p. 22-32,

2016. DOI 10.1080/03071847.2016.1193353. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03071847.2016.1193353?needAccess=true>.

Acesso em: 20 maio 2020.

LUHN, Alec; HARDING, Luke. Russian aid convoy heads for Ukraine amid doubts over lorries' contents — Kiev says it will turn back shipment which Moscow describes as humanitarian but which west says could be prelude to invasion. *The Guardian*, Moscou, 12 ago. 2014.

LUKYANOV, F. **Medvedev's foreign policy**: period of stabilization. *Russia in Global Affairs*, 2012.

LUKYANOV, F. **Russian Dilemma in a Multipolar World**. New York: *Journal of International Affairs*, v. 63 n. 2, spring/summer p. 19-32, 2010.

MACFARQUHAR, Neil. A Russian Convoy Carrying Aid to Ukraine Is Dogged by Suspicion. *The New York Times*, 12 ago. 2014.

MASON, Robert. Beyond Chemical Weapons Control: Securing a Ceasefire and Broadening the Diplomatic Agenda on Syria. *E-International Relations*, [s. l.], 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2013/09/20/beyond-chemical-weapons-control-securing-a-ceasefire-and-broadening-the-diplomaticagenda-on-syria/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MARIN, Pedro. Euromaidan: um ano após o golpe. *Revista Ópera*, 21 fev. 2014. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2014/02/21/euromaidan-um-ano-apos-o-golpe/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MARINHEIRO, João Póvoa. **A crise na Ucrânia**: Entre a integração europeia e a restauração da esfera de influência russa. 2015. 21 p. Recensão crítica de texto (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

MATLACK, Carol. Losing Crimea Could Sink Ukraine's Offshore Oil and Gas Hopes. *Bloomberg*, 11 mar. 2014. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/bw/articles/2014-03-11/losing-crimea-could-sink-ukrainesoffshore-oil-and-gas-hopesatlack>. Acesso em: 8 jan. 2020.

MAUPIN, Caleb. Nazis to Enforce Neoliberalism: 'Operation Jade Helm' and the Ukrainian National Guard. *Neo Eastern Outlook (NEO)*, 20 jul. 2015. Disponível em: <http://journal->

neo.org/2015/07/20/nazis-to-enforce-neoliberalismoperation-jade-helm-and-the-ukrainian-national-guard/. Acesso em: 28 fev. 2020.

MCLEES, Alexandra; RUMER, Eugene. Saving Ukraine's Defense Industry. **Carnegie Endowment for International Peace**, Washington, p. 1, 30 jul. 2014. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2014/07/30/saving-ukraine-s-defense-industry-pub-56282>. Acesso em: 15 jan. 2021.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, 2014. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MEISTER, Stefan. The Domestic and Foreign Policy Nexus: politics, threat perception and Russian security strategy. *In*: KANET, Roger E. **Routledge handbook of Russian security**. New York: Routledge, 2019. cap. 6, p. 75-85.

METZEL, Mikhail. West's support for state coup in Ukraine prime cause of crisis in Ukraine — Putin. **TASS**, [S. l.], p. 1, 19 jun. 2015. Disponível em: <http://tass.ru/en/world/802418>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MEYSSAN, Thierry. A ilusão da erradicação do Daesh. **Revista Ópera**, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2018/02/17/ilusao-da-erradicacao-daesh/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA DA FEDERAÇÃO RUSSA [МИНИСТЕРСТВО ОБОРОНЫ РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ] (Federação Russa). Site Oficial. **Missão para a Síria: Restaurando a paz** [Миссия в Сирии: восстановление мира], Moscou, 2015. Disponível em: <https://syria.mil.ru/peacemaking/info/news.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA RÚSSIA (Federação Russa). Site Oficial. **Síria**, Moscou, 2020. Disponível em: <http://pt.mid.ru/maps/sy/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Desordem Mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda, 2016.

MORAES, João Quartim de. O mito do fracasso econômico da URSS. **Crítica Marxista**, n. 40, 2015. Disponível em: <https://traduagindo.com/2021/04/16/o-mito-do-fracasso-economico-da-urss/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MUNDO OBRERO. Ukraine: U.S./NATO-backed fascist coup and a growing people's resistance. **Mundo Obrero**, 11 abr. 2014. Disponível em: <https://www.workers.org/book/ukraine-u-s-nato-backed-fascist-coup-a-growing-peoples-resistance/>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MURRAY, ROBERT W.; HERRINGTON, LUKE M. Russia, Ukraine, and the Testing of American Hegemony. **E-International Relations**, [s. l.], 6 mar. 2014. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2014/03/06/russia-ukraine-and-the-testing-of-american-hegemony/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

NAIMAN, Robert. Siria. In: ASSANGE, Julian. **Los archivos Wikileaks**: El mundo según el imperio estadounidense. New York: Verso, 2015. cap. 10, ISBN 978-1-78168-944-8. Disponível em: http://resistir.info/livros/los_archivos_wikileaks.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

NETO, Getúlio Alves De Almeida. A Volta Da Rússia Ao Oriente Médio: Uma Análise Das Vendas De Armamento Russo Às Potências Regionais. **7º Encontro Nacional Da Associação Brasileira De Relações Internacionais (ABRI)**, Belo Horizonte, p. 155, 26 jul. 2019. Disponível em: https://www.encontro2019.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=68. Acesso em: 22 fev. 2021.

NORTON, Ben. American ‘humanitarian’ regime-change arm USAID discusses embedding ‘aid workers’ with military and intelligence. **The Grayzone**, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://thegrayzone.com/2019/02/20/regime-change-usaid-aid-workers-military-intelligence/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

NYGREN, Bertil. **The Rebuilding of Greater Russia**: Putin’s foreign policy towards the CIS countries. 1. ed. New York: Routledge, 2008.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS REPORT (Ukraine). Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights Report on the human rights situation in Ukraine. **OHCHR**, 15 jul. 2014. Disponível em:

http://www.ohchr.org/Documents/Countries/UA/Ukraine_Report_15July2014.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

OLEARCHYK, Roman; MEYER, Gregory. Cargill acquires stake in Ukraine agribusiness. **Information Clearing House**, 13 mar. 2014. Disponível em: <http://www.informationclearinghouse.info/article37931.htm>. Acesso em: 19 jun. 2019.

ORCUTT, Mike. Shale gas has become the geopolitical energy that can change ruling power globally. Kiev fights in Ukraine's southeast for shale gas deposits to be controlled by US. **Technology Review**, 16 ago. 2014. Disponível em: <http://gunnarlittmarck.blogspot.de/2014/08/shale-gas-has-become-geopolitical.html>. Acesso em: 8 jan. 2020.

ORTEGA, André. Ghouta e o bombardeio midiático. **Revista Ópera**, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2018/03/22/ghouta-e-o-bombardeio-midiatico/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ORTEGA, André. Belarus: nacionalismo e oposição. **Revista Ópera**, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/08/26/belarus-nacionalismo-e-oposicao/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PARFITT, Tom. Ukraine crisis: the neo-Nazi brigade fighting pro-Russian separatists — Kiev throws paramilitaries — some openly neo-Nazi — into the front of the battle with rebels. **The Telegraph**, Ucrânia, 11 ago. 2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/11025137/Ukraine-crisis-theneo-Nazi-brigade-fighting-pro-Russian-separatists.html>. Acesso em: 19 jan. 2021.

PARRY, Nat. Beneath the Ukraine Crisis: Shale Gas. **Consortium News**, 24 abr. 2014. Disponível em: <https://consortiumnews.com/2014/04/24/beneath-the-ukraine-crisisshale-gas/>. Acesso em: 8 jan. 2020.

PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel; LIMA, Bruno Rocha. A política externa da Rússia diante da crise na Síria. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2015. DOI 10.33956/tensoesmundiais.v11i21.412. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/412>. Acesso em: 13 ago. 2019.

PAUTASSO, Diego; ROCHA, Douglas de Quadros. O conflito na Síria e o retorno da Rússia ao Oriente Médio. **Boletim de Conjuntura Nerint**, Porto Alegre, v. 2, ed. 5, p. 1-88, 2017.

Disponível em: https://www.academia.edu/43409020/Boletim_NERINT_v_2_n_5. Acesso em: 12 mar. 2021.

PAUTASSO, Diego. Da política de contenção à reemergência: a Rússia volta ao tabuleiro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.3, n.6, Jul.-Dez. 2014, p.73-94.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (org.). **A Rússia: desafios presentes e futuros**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 236 p.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. **Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 168 p. ISBN 9786558910107.

PEREIRA, Tito Lívio Barcellos. A Campanha Russa Na Síria E Iraque: Geostratégias Em Análise. **Área Temática 6 - História Militar**, Florianópolis, p. 1-28, 2016. IX ENABED - 2016 - Florianópolis.

PICCOLLI, Larleianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska F. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 189-203, 2016. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/viewFile/63960/37927>. Acesso em: 22 ago. 2019.

PIVEN, Ben; WILLERS, Ben. Infographic: Ukraine's 2014 presidential election. **Al Jazeera**, 23 maio 2014. Disponível em: <http://america.aljazeera.com/multimedia/2014/5/ukrainepresidentialelectioninfographic.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

POMERANZ, Lenina. **Os Condicionantes Políticos de uma Nova Estratégia de Desenvolvimento Econômico da Rússia**. Boletim de Economia e Política Internacional, Brasília, n. 1, p. 59-67 jan./mar. 2010.

POMERANZ, Lenina. **A Crise na Ucrânia**. Palestra proferida em 9 de maio p/p no GAIC – Grupo de Análise da Conjuntura Econômica Internacional. 2014. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2014/junho/14.06.Crise_na_Ucr%C3%A2nia.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2020

POMERANZ, Lenina. **Do socialismo soviético ao capitalismo russo: a transformação sistêmica da Rússia**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. 252 p.

POPESCU, Nicu; SECRIERU, Stanislav. Russia's Return To The Middle East: Building Sandcastles?. **Chaillot Papers**: European Union Institute for Security Studies, Paris, n. 146, 2018. Disponível em: https://css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/resources/docs/EUISS-CP_146.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 167 p. ISBN 978-65-991168-4-1.

PRIEB, Sérgio. **Do socialismo da URSS ao capitalismo da Rússia**: os efeitos sociais das reformas capitalistas. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2019. 150 p. ISBN 978-85-444-3421-5.

PRIEGO, Alberto. NATO Enlargement: a security dilemma for Russia. *In*: KANET, Roger E. **Routledge handbook of Russian security**. New York: Routledge, 2019. cap. 21, p. 257-265.

PUTIN, V. **A New Integration Project for Eurasia** – The Future is Born Today. Moscow: Russia Today. Endereço eletrônico: <<http://rt.com/politics/press/izvetzyia/integration-union-economic-future/en>>. 2011a. PUTIN, V. **Being Strong**: National Security Guarantees for Russia. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/18185>>. 2011b.

PUTIN, V. **Democracy and the Quality of Government**. President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/18006>>. 2011c.

PUTIN, V. **Economic Tasks**. President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <<http://premier.gov.ru/eng/events/news/17888>>. 2011d.

PUTIN, V. **Mineral Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy**. Washington: Problems of Post Communism, vol. 53, n° 01, January- february, p. 48-54, 2006.

PUTIN, V. **Russia and the Changing World**. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/18252>. 2012a.

PUTIN, V. **Russia Mucles Up** – the Challenges we Must Rise to Face. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/17755>. 2011e.

PUTIN, V. **Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Moscow: President of Russia Official Web Portal, 2007.

PUTIN, V. **The Ethnicity Issue**. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: <http://premier.gov.ru/eng/events/news/17831>. 2011f.

PUTIN, V. **Visit to Kyrgyzstan**. Moscow: President of Russia Official Web Portal. Endereço eletrônico: < <http://eng.kremlin.ru/news/4428>>. 2012b

REED, Stanley; KRAMER, Andrew E. Chevron and Ukraine Set Shale Gas Deal. **The New York Times**, 6 nov. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/11/06/business/international/chevron-and-ukraine-sign-deal-on-shale-gas.html>. Acesso em: 8 jan. 2020.

REUTERS. Ukraine crisis sharpens focus on European shale gas. **Reuters**, 4 mar. 2014a. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/2014/03/14/europe-shale-ukraineidUSL6N0MB1WI20140314>. Acesso em: 21 jun. 2020.

REUTERS. NATO countries have begun arms deliveries to Ukraine: defense minister. **Reuters**, 14 set. 2014b. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/09/14/us-ukraine-crisis-heleteyidUSKBN0H90PP20140914>. Acesso em: 14 fev. 2019.

RT. Ukraine officially recognizes Russian aid convoy as humanitarian. RT, 16 ago. 2014a. Disponível em: <https://www.rt.com/news/180844-ukraine-recognizes-russia-humanitarian-aid/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RT. NATO to give Ukraine 15mn euros, lethal and non-lethal military supplies from members. **RT**, 4 set. 2014b. Disponível em: <http://www.rt.com/news/185132-nato-ukraine-aid-support/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

RT. Starvation as warfare: Pro-Kiev forces “block food, medicine, aid from reaching east. **RT**, 24 dez. 2014c. Disponível em: <http://www.rt.com/news/217279-ukraine-aidbattalions-blockade/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ROBICHEAU, Daniel. Syria, the MENA Region, and International Finance Capitalism. **International Critical Thought**, [s. l.], v. 4, ed. 2, p. 198-207, 28 maio 2014. DOI 10.1080/21598282.2014.906792. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21598282.2014.906792>. Acesso em: 9 abr. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. **National Security Concept**, 10 January, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000a. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/589768 .

RUSSIAN FEDERATION. **Military Doctrine**, 21 April, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000b. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2000-05/russias-military-doctrine> .

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 28 June, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2000c. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm> .

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 28 June, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2008. Disponível em: https://russiaeu.ru/userfiles/file/foreign_policy_concept_english.pdf .

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 20 may, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2013. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/122186 .

RUSSIAN FEDERATION. **The Military Doctrine of the Russian Federation**. Moscow, Dec. 2014. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029> .

RUSSIAN FEDERATION. **Foreign Policy Concept**, 20 may, Russian: ‘Kontseptsiya natsional’, 2016. Disponível em: https://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICkB6BZ29/content/id/2542248 .

RYAN, Danielle. Dictator vs. democrat? Not quite: Russian opposition leader Alexey Navalny is no progressive hero. **Salon**, Budapeste, p. 1, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://www.salon.com/2017/04/02/dictator-vs-democrat-not-quite-russian-opposition-leader-alexey-navalny-is-no-progressive-hero/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SAKWA, R. **Putin: Russia’s Choice**. Second Edition. London & New York: Routledge, 2008a.

SAKWA, R. **Russian Politics and Society**. Fourth Edition. London & New York: Routledge, 2008b.

SARNA, Arkadiusz. The transformation of agriculture in Ukraine: from collective farms to agroholdings. **OSW Commentary — Centre for Eastern Studies**, Varsóvia, n. 127, p. 1, 2 jun. 2014. Disponível em: http://aei.pitt.edu/57943/1/commentary_127.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

SEGRILLO, Angelo. **De Gorbachev a Putin: a saga da Rússia do socialismo ao capitalismo**. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2015. 255 p. ISBN 978-85-68274-39-2.

SEIFFERT, Jeanette. The significance of the Donbas. **Deutsche Welle (DW)**, [S. l.], p. 1, 15 abr. 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/en/the-significance-of-the-donbas/a-17567049>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SERDAR, Yilmaz. **NATO and Russia's Security Dilemma Within the European Union's Far Neighbors**. *International Relations and Diplomacy*, 2016. Vol. 4, no. 10, pp. 650–665.

SHAPINOV, Victor. O crescimento do fascismo na Ucrânia antes e depois do Maidan. **Revista Ópera**, [S. l.], p. 1, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2015/07/09/o-crescimento-do-fascismo-na-ucrania-antes-e-depois-do-maidan/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SINGH, Ajit. “Nova” Guerra Fria e o velho método da mentira. **Outras Palavras**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/na-nova-guerra-fria-o-velho-metodo-da-mentira/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SIPRI. Sales by largest arms companies fell again in 2012 but Russian firms' sales increased sharply. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**, Munique, p. 1, 31 jan. 2014. Disponível em: http://www.sipri.org/media/pressreleases/2014/top100_january2014. Acesso em: 22 out. 2020.

SOARES, João Victor Scomparim. A guerra civil na Síria: atores interesses e desdobramentos. **Série Conflitos Internacionais do Observatório de Conflitos Internacionais**, [s. l.], v. 5, ed. 1, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

STALIN, J. **Em defesa do socialismo científico**. 1. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. 171 p.

STALIN, J. V. **O marxismo e a questão nacional**. 1. ed. [S. l.]: Edições Nova Cultura, 2019. 144 p.

STALIN, J. V. **Obras Escolhidas (1901 - 1952)**. 1. ed. São Paulo: Editora Raízes da América, 2021. 864 p.

SUTYAGIN, Igor. Russian Forces in Ukraine. **Royal United Services Institute for Defence and Security Studies**, [S. l.], p. 1, 15 mar. 2015. Disponível em: https://www.rusi.org/downloads/assets/201503_BP_Russian_Forces_in_Ukraine_FINAL.pdf –. Acesso em: 14 jul. 2020.

TARTAKOVSKY, Joshua. Existem nazistas na Ucrânia? Uma visita a Lviv. **Revista Ópera**, [S. l.], p. 1, 12 jan. 2015. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2015/01/12/existem-nazistas-na-ucrania-uma-visita-a-lviv/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

THE MOSCOW TIMES. Ukraine's Poroshenko Says War Costing \$8 Million Per Day. **The Moscow Times**, Moscou, p. 1, 5 fev. 2015. Disponível em: <http://www.themoscowtimes.com/business/article/ukraines-poroshenko-says-war-costing-8-million-per-day/515488.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

THE NEW YORK TIMES. Russia's War of Ambition. 12 ago. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/08/12/opinion/12tue1.html>. Acesso em: 8 fev. 2020.

THE WASHINGTON POST. Understanding Russia. 02 set. 2008. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/2008-09-02/news/36806893_1_foreing-minister-sergei-lavrov-vladimir-putin-ingushetia/ Acesso em 12 de abril de 2018

THE TELEGRAPH. Minsk agreement on Ukraine crisis: text in full. **The Telegraph**, 12 fev. 2015. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/11408266/Minsk-agreement-on-Ukraine-crisis-text-in-full.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

THORNTON, Rod. The Russian Military Commitment in Syria and the Eastern Mediterranean. **The RUSI Journal**, [s. l.], v. 163, ed. 4, p. 30-38, 2018. DOI 10.1080/03071847.2018.1529892. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2018.1529892>. Acesso em: 18 maio 2020.

TRICONTINENTAL. Dossiê 3: A guerra sangrenta e implacável da Síria. **Tricontinental**, [S. l.], p. 1-13, 5 abr. 2018. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-3-a-guerra-sangrenta-e-implacavel-da-siria/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia and the West from Alexander to Putin: Honor in International Relations**. 1. ed. Estados Unidos: Cambridge University Press, 2012.

TSYGANKOV, A. P. (org.). **Routledge Handbook of Russian Foreign Policy**. New York: Routledge, 2018.

TSYGANKOV, A. P. **Vladimir Putin's last stand**: the sources of Russia's Ukraine policy. *Post-Soviet Affairs*, 2015.

TSYGANKOV, A. P. Putin and Foreign Policy. In HERSPRING, Dale R. (ed.). **Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. Third Edition. New York: Rowman and Littlefield Publisher's, 2007.

TSYGANKOV, A. P. Foreign Policy. In WEGREN, S. K. (ed.). **Return to Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. New York: Rowan and Littlefield, 2013.

TSYGANKOV, A. P. Russia's Foreign Policy. In HERSPRING, Dale R. and WEGREN, Stephen K. **After Putin's Russia: Past Imperfect, Future Uncertain**. New York: Rowan and Littlefield, 2010a.

TSYGANKOV, A. P. **From International Institutionalism to Revolutionary Expansionism**: The Foreign Policy Discourse of Contemporary Russia. *Mershon International Studies Review*, 1997, vol. 41, no. 2, pp. 247-268.

UKRAINE TODAY WEEKLY DIGEST. Ukraine wants help to build nuclear defence shield. **Ukraine Today Weekly Digest**, [S. l.], p. 1, 22 set. 2015. Disponível em: <http://uatoday.tv/politics/ukraine-wants-help-to-buildnuclear-defence-shield-arseniy-yatsenyuk-498674.html>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UNCONVENTIONAL GAS IN UKRAINE. Shale gas reserves and major fields of Ukraine. **Unconventional Gas in Ukraine**, 14 jun. 2013a. Disponível em: <http://shalegas.in.ua/en/shale-gas-resourcesin-ukraine/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

UNCONVENTIONAL GAS IN UKRAINE. Ukraine's government and Shell sign operation agreement to develop shale deposit. **Unconventional Gas in Ukraine**, 12 set. 2013b. Disponível em: <http://shalegas.in.ua/en/uryad-ukrajiny-i-shell-pidpysaly-uhodu-pro-operatsijnu-diyalnist-zvydobutku-vuhlevodniv/>. Acesso em: 8 jan. 2020.

UNITED NATIONS (ed.). GEÓRGIA. *In*: UNITED NATIONS. **Países**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/georgia>. Acesso em: 30 mar. 2021.

UTIASHVILI, Tamta. Why Is a Small State Like Georgia Important for the USA, the EU and Russia?. **E-International Relations**, New York, n. 1, 4 jun. 2014. Disponível em:

<https://www.e-ir.info/2014/06/04/why-is-a-small-state-like-georgia-important-for-the-usa-the-eu-and-russia/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VIABLE OPPOSITION. Ukraine's Oil and Natural Gas Reserves — A Pawn in Geopolitical Chess Game?. **Viable Opposition**, 16 mar. 2014. Disponível em: <http://viableopposition.blogspot.fr/2014/03/ukraines-oil-and-natural-gas-reserves.html>. Acesso em: 19 jun. 2019.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria**: o desafio socialista à ordem americana. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 167 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe**: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012. 184 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes *et al.* O Verão Árabe: guerra civil e intervenção internacional na Líbia, Síria e Iêmen. **Ciências & Letras**: O mundo árabe em transformação, Porto Alegre, ed. 51, p. 57-80, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes *et al.* **Revoluções e Regimes Marxistas**: rupturas, experiências e impacto internacional. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. 408 p. ISBN 978-85-86880-24-7.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio**: da descolonização à primavera árabe. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 336 p. ISBN 9788535271676.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os paradoxos da Revolução Russa**: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991). 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017a. 176 p. ISBN 978-85-508-0059-2.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI**: impasses e conflitos. 1. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017b. 136 p. ISBN 978-85-86880-59-9.

WALKER, Shaun; LUHN, Alec. Petro Poroshenko wins Ukraine presidency, according to exit polls. **The Guardian**, Ucrânia, 25 maio 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/may/25/petro-poroshenko-ukraine-president-wins-election>. Acesso em: 13 jul. 2020.